

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

Miquéias Henrique Mugge

*Eles estão prontos a contribuir:*

**guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania**

**Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**

São Leopoldo/RS

2012

**Miquéias Henrique Mugge**

***Eles estão prontos a contribuir:***

**guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania**

**Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**

**Dissertação de Mestrado apresentada como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre,  
pelo Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.**

**São Leopoldo/RS**

**2012**

***Eles estão prontos a contribuir:***  
**guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania**  
**Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**

**Miquéias Henrique Mugge**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (orientador)

---

Prof. Dr. Vitor Izecksohn (UFRJ)

---

Prof. Dr. André Átila Fertig (UFSC)

---

Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)

São Leopoldo, Abril de 2012

M951e      Mugge, Miquéias Henrique  
Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania Província do Rio Grande do Sul - segunda metade do século XIX / Miquéias Henrique Mugge -- 2012.  
149 f. : il. ; 30cm.  
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2012.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira;  
Coorientador: Prof. Dr. Martin N. Dreher.

1. História - Rio Grande do Sul - Guarda Nacional. 2. Política. 3. Redes de poder - Século XIX. I. Título. II. Moreira, Paulo Roberto Staudt. III. Dreher, Martin N.

CDU 981.65

Catalogação na Publicação:  
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

*Writing, at its best, is a lonely life.*

Ernest Hemingway (1954)

*Usted replicará que la realidad no tiene  
la menor obligación de ser interesante.*

*Yo le replicaré que la realidad puede  
prescindir de esa obligación,  
pero no las hipótesis.*

Jorge Luis Borges (1942)

## AGRADECIMENTOS

É imprescindível agradecer, primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, por tornar a realização dessa pesquisa possível. Depois, mas não menos importante, ao CNPq, pela bolsa de pesquisa concedida durante os dois anos em que cursei o nível de mestrado da instituição suprarreferida.

Aos arquivos que pesquisei e, claro, seus funcionários – especialmente a Karin Bauken –, que foram solícitos às minhas diversas requisições de material documental primário que compõe este trabalho: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Arquivo Nacional (ANRJ) e Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). A todas as pessoas que alcançaram, revelaram e possibilitaram o acesso às fontes, obrigado.

Ao meu orientador no primeiro ano de trabalho, Prof. Dr. Martin N. Dreher, um agradecimento destacado, pela sua importância crucial na minha formação acadêmica desde meados de 2006. Com seriedade e competência em suas orientações, esclareceu dúvidas e questões extremamente reveladoras para esta pesquisa.

Ao meu atual orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, um agradecimento de igual tamanho. Ao aceitar me orientar, apesar de nossos objetos de pesquisa, por vezes, serem diferentes, acabou por me ajudar a (re)pensar o Brasil do oitocentos de maneira diferenciada, dando relevo aos atores sociais em diversas posições e contradições cotidianas.

Devo a Martin N. Dreher e Paulo R. S. Moreira o sucesso deste trabalho.

Aos professores do PPGH-UNISINOS, pelas proveitosas aulas, pelas conversas em seus gabinetes e pelos corredores do Programa. Nomeio, especialmente, as professoras doutoras Maria Cristina Bohn Martins, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Ana Silvia Volpi Scott e Eloísa Capovilla da Luz Ramos. Aos professores doutores Marcos A. Witt e Claudio Pereira Elmir.

Às professoras Maria Cristina e Eliane Fleck, um agradecimento especial, por suas aulas destacadamente instigantes, que despertavam curiosidades epistemológicas diversas. Esse trabalho deve muito às conversas paralelas que mantivemos e aos momentos em que partilhei dúvidas e inquietações.

Aos professores das duas bancas, de qualificação e de defesa, agradeço as leituras pertinentes, os conselhos e os apontamentos não menos importantes. Tê-los me avaliando certamente foi um privilégio.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, obrigado pelos debates, pelas colaborações e pelas conversas. Em particular aos/as e amigos/as Marcelo dos Santos Matheus, Deise C. Schell, Maíne Lopes, Carina Martini e Leonardo Canciani. À Luisa Assunção (Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle), pelas frutuosas conversas. À Samira Moretto (UFSC). Aos professores Luís A. E. Farinatti (UFSM), Martha Hameister (UFPR), Flávio M. Heinz (PUCRS), Hendrik Kraay (University of Calgary), José Iran Ribeiro (UFSM) e René E. Gertz (PUCRS), por auxílios e conversas diversas.

Aos colegas, amigos e professores Dr. Miguel Ângelo Silva da Costa e Dr. Adriano Comissoli. Sorte e alegria por contar com a amizade, os auxílios, as conversas e, sobretudo, os debates muito frutíferos que sempre mantivemos. A João Augusto d'Ávila Probst, um arquiteto rendido aos encantos da História.

Finalmente, à minha família, pai, mãe, irmão, obrigado. À Juliana, é claro!

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a Guarda Nacional do Império do Brasil. Dando lugar especialmente aos homens que dela participavam, oficiais e soldados rasos, no interstício entre 1850 – ano da lei que reformou a milícia – e 1873 – quando houve nova reformulação normativa –, intenta compreender fatores relativos às práticas sociais e interfaces comportamentais de variados sujeitos em um contexto delimitado, cujo cenário é a antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. Vivências, comportamentos e estratégias diárias são revelados, buscando, assim, margens e frestas de sistemas de controle da sociabilidade. Percorrendo “fios” e “rastros” das redes políticas configuradas em uma área de colonização/imigração alemã no Rio Grande de São Pedro oitocentista, volta-se, especialmente, a tácitos acordos entre autoridades locais, abordando a sociedade imperial em um corte vertical. O cotidiano dos cidadãos em armas é objeto-chave, especialmente questões de *conflictividade*, que revelam a militarização que moldou as malhas e teias que compunham aquela sociedade. Em suma, busca por regras nem sempre escritas que explicitam o *modus operandi* da milícia em complexas manobras de revelação e obscurecimento normativo. Imigrantes naturalizados e descendentes de pioneiros, como sujeitos históricos, tornam-se, portanto, *homo politicus*. Preocupa-se, finalmente, em desvelar jogos de cooperações e conflitos, cuja análise debruça-se sobre o oficialato miliciano.

**Palavras-chave:** Guarda Nacional. Política. Cotidiano. Redes de poder. Século XIX.

**Abstract:** The purpose of this study is to analyze the National Guard during the Brazilian Empire. Considering mainly the men who participated in it, both officers and privates, during the period between 1850 – the year when the law to reform the militia was enacted – and 1873 – when the rules were again reformulated – it seeks to understand factors involving social practices and behavioral interfaces of various subjects in a delimited context whose scenario is the former German Settlement [“Colônia Alemã”] of São Leopoldo. Experiences, behaviors and daily strategies are revealed, thus seeking edges and cracks in the systems that controlled sociability. Going along the “threads” and “tracks” of the political networks configured in an area of German settlement/immigration in the province of Rio Grande de São Pedro, during the 1800s, it looks especially at tacit agreements among the local authorities, approaching Imperial society through a vertical section. The daily life of the citizens-at-arms is a key object, especially issues of conflictiveness, which reveal the militarization that molded the meshes and webs that composed that society. In brief, it looks for not always written rules that spell out the *modus operandi* of the militia in complex maneuvers of normative revelation and concealment. Immigrants who became Brazilian citizens and descendents of pioneers, as historical subjects, thus become *homo politicus*. Lastly, it concerns itself with unveiling games of cooperation and conflict, whose analysis focuses on the militia officer’ corps.

**Keywords:** National Guard. Politics. Daily life. Power networks. 19th. century.



## ABREVIATURAS

AHEx – Arquivo Histórico do Exército

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CRL – *Center for Research Libraries*

CS – Comando Superior

CSPoASL – Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo

GN – Guarda Nacional

MHVSL – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul – Limites Municipais – 1872.....	28
Figura 2 – Jacob Müller, Capitão da Guarda Nacional – 1868.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 – População da Vila de São Leopoldo dividida em Paróquias (1858 – números absolutos).....	38
Gráfico 2 – População da Cidade de São Leopoldo dividida em Paróquias (1872 – números absolutos).....	39
Gráfico 3 – Crescimento populacional de São Leopoldo (números absolutos).....	40
Gráfico 4 – Ocupações da população (1872 – %).....	41
Gráfico 5 – População de São Leopoldo – divisão por faixas etárias (1872 – números absolutos).....	41
Quadro 1 – Hierarquia da Legião da Guarda Nacional de São Leopoldo (1846-1850).....	80
Quadro 2 – Hierarquia da Guarda Nacional de São Leopoldo (1850-1873).....	80
Tabela 1 – Integrantes da Guarda Nacional (serviço ativo) em São Leopoldo (1861-1871).....	82
Tabela 2 – Composição do Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo (1861-1871).....	83
Tabela 3 – População, votantes, guardas nacionais e fogos de São Leopoldo (1858-1861).....	99
Tabela 4 – População, homens e guardas nacionais de São Leopoldo (1871-1872).....	100
Tabela 5 – Oficiais da Guarda Nacional por faixa etária (São Leopoldo/RS).....	110
Tabela 6 – Oficiais da Guarda Nacional por estado conjugal (São Leopoldo/RS).....	110
Tabela 7 – Oficiais da Guarda Nacional por ocupação (São Leopoldo/RS).....	110
Tabela 8 – Oficiais da Guarda Nacional por renda declarada (São Leopoldo/RS).....	112
Tabela 9 – Oficiais da Guarda Nacional, profissão em inventários (1852-1906).....	114
Tabela 10 – Monte-mor dos Oficiais da Guarda Nacional de São Leopoldo em ordem decrescente, em libras (atuação: 1850-1873; morte: 1852-1906).....	117

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 “PUERIS INTRIGAS”: SÃO LEOPOLDO À ÉPOCA DE PEDRO II.....	23
2.1 O processo imigratório do Império do Brasil: guerrear e povoar.....	23
2.2 A vida em “um importante e populoso município”.....	36
2.3 Espaços de atuação política I – “Um triste arcópagos”: a Câmara Municipal de São Leopoldo.....	48
3 ENTRE SÚPLICAS E QUALIFICAÇÕES: GUARDAS NACIONAIS, HIERARQUIAS SOCIAIS E CIDADANIA.....	65
3.1 “O Presidente pode fazer Guardas Nacionais” ou “qualificar e distinguir”: o processo de qualificação de guardas nacionais.....	69
3.1.1 Espaços de atuação política II – a Guarda Nacional de São Leopoldo.....	79
3.2 Das delícias da paz ao teatro da guerra: qualificar em tempos belicosos.....	88
3.3 “Reunião voluntária nenhuma poderia se esperar”: cidadania e hierarquias sociais.....	97
4 “CORIFÉUS DA DESUNIÃO”, os oficiais da Guarda Nacional: redes de poder e clientelismo.....	104
4.1 O <i>locus</i> e suas peculiaridades.....	105
4.2 Um perfil do oficialato de São Leopoldo.....	108
4.2.1 Entre ocupações e inventários: <i>following the loops</i> .....	113
4.3 Tácitos acordos: ascensão social, economia e política.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
FONTES.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICE 1 – José Joaquim de Paula.....	142
APÊNDICE 2 – Carta da Colônia de São Leopoldo.....	143
APÊNDICE 3 – Plano geográfico de São Leopoldo.....	144
APÊNDICE 4 – Plano da Vila de São Leopoldo.....	145
APÊNDICE 5 – Região Colonial do Rio Grande do Sul.....	146
APÊNDICE 6 – Ocupação nuclear de São Leopoldo.....	147
APÊNDICE 7 – Ocupação nuclear de Campo Bom e Dois Irmãos.....	148

## 1 INTRODUÇÃO

Para tornar-se um guarda nacional a serviço do Império do Brasil, no tempo de Pedro II, bastava ter mais de 21 anos e renda mínima anual de 100 mil réis. A cada janeiro (ou junho, dependendo da província) que passava, era necessário dirigir-se à Câmara Municipal, para o processo chamado de *Conselho de Qualificação*, com o fim de receber (ou não) a insígnia simbólica de “cidadão ativo”. Quem determinava se um homem poderia ser *qualificado* eram outros três, nomeados pelo Presidente da Província, liderados pelo sujeito que detinha o mais alto posto da localidade, comumente um Coronel.

Normalmente, em municípios, vilas ou cidades com vastos territórios, os capitães das companhias dirigiam-se aos distritos respectivos, com o fim de avisar os indivíduos que haviam sido *alistados* para comparecerem ao ato da *qualificação* no batalhão de guardas nacionais. Foi o que ocorreu na Vila de São Leopoldo, em 1849, quando o médico alemão, Sr. Dr. Coronel Comandante de Legião João Daniel Hillebrand oficiou a dois de seus subordinados para encaminharem-se aos distritos do Campo Bom e da Picada dos Dois Irmãos. Segundo o médico e comandante, ele teve “a satisfação de ver quase a totalidade dos alemães obedecer[em] ao Aviso que tiveram”.

Christiano Fischer, subordinado de Hillebrand, Capitão da 2ª. Companhia do 2º. Batalhão de Infantaria da Legião de São Leopoldo, saiu do Termo da Vila e chegou a Campo Bom às quatro horas da tarde, juntamente com o Capitão Huberto de Schlabrendorff, o Tenente Alexandre Herzog e o guarda Antônio de Almeida, “para avisar as pessoas em circunstâncias de servirem como guardas nacionais no batalhão”. No entanto, ao chegarem à casa de Henrique Hoffmeister, no lote que este recebera do governo imperial, medido e demarcado, ele os mandou fazer alto ainda na estrada pública, ameaçando os oficiais com pancadas. Mesmo assim, alcançaram o dito Hoffmeister e o avisaram para se apresentar no dia da qualificação. Ele respondeu que “não vinha, e se alguém o fosse buscar, que lhe quebraria a cabeça”. No dia da qualificação, incrivelmente nenhum dos moradores daquele lugar se fez presente, transparecendo um “ato de combinação”.

Sob as mesmas ordens, Jacinto José Silveira, Capitão da 4ª. Companhia do 2º. Batalhão de Infantaria, pernoitou na Picada dos Dois Irmãos. No outro dia de manhã, convidou a um alemão que morava perto da Igreja e que falava bem o “idioma brasileiro” para servir de intérprete nos avisos que ia dar. Estranhamente, Silveira só conseguiu avisar cinco homens,

“porque logo se apresentaram [na sua frente] uns armados com armas, outros com pistolas, paus e pedras, e tudo que eles puderam encontrar”. Eram umas cinquenta pessoas, que, no parecer do Capitão, estavam em “estado de anarquia e desobediência”. Em seu relato, ele afirmava que lhe disseram, nas seis quadras em que o seguiram, com o objetivo de o expulsar da picada, “que ali era República”.

Relatos como estes dão a conhecer momentos de resistência explícita. Como salientou Hillebrand, “quase a totalidade dos alemães” aceitou ser guarda nacional. Foram eles *qualificados* pelo próprio Hillebrand, pelo Tenente Coronel Júlio Henrique Knorr, pelo Major André Miguel dos Santos, pelo também Major Januário Antônio de Vargas e pelo Capitão José Joaquim de Oliveira.<sup>1</sup>

Acessar essas vivências, cento e cinquenta anos depois, é nosso objetivo. Também o é perceber relações entre estes sujeitos *qualificados*, e destes com o “restante” da sociedade, por vezes não qualificada. O cenário em que atuavam estes atores pode ser pequeno ou grande, diminuto ou múltiplo. Se, por vezes, apenas recebiam a incumbência de ser um guarda nacional e reunir-se periodicamente, outras vezes utilizavam todo o simbolismo deste título para influenciarem em eleições, receberem mercês ou indicarem aliados para ocupação de postos ou inimigos para marcharem à guerra.

O período em que nos ocupamos destes atores sociais começa em 1846, ano da elevação da Capela Curada de São Leopoldo à “Villa”; e finaliza em 1873, quando da desmobilização gradativa da Guarda Nacional, do final da Guerra do Paraguai e, finalmente, antes do episódio *Mucker*, que marcaria a vida cotidiana da região da Colônia Alemã.

Palco de expressão política de elites locais, a Guarda Nacional do Brasil foi criada em 1831, durante o que chamamos de Período Regencial. Instrumento da política liberal, a instituição foi parida em um momento de conturbações políticas. Era invocada em momentos de defesa da ordem e garantia da segurança, com o intuito de defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império recém-independente. Foi organizada em todo o território brasileiro, sob tutela dos municípios, a fim de estabelecer e resguardar a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército na manutenção da paz em fronteiras e costas. Subordinava-se aos juízes de paz, juízes criminais, presidentes de província e ministros da Justiça. Por vezes, ela é considerada sustentáculo do trono constitucional.

---

<sup>1</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. Série Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Ofício de 14 de maio de 1849 e documentos anexos, de João Batista da Silva Pereira, Comandante Superior Interino ao Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província.

A Guarda Nacional teve como modelo a *Garde Nationale* francesa, criada em 1789, com o objetivo de delegar a defesa do país às mãos de proprietários de terras e de escravos, de cidadãos ativos. No Brasil, inicialmente, os fins eram parecidos: em meio a grandes agitações políticas a instituição devia servir como base de proteção contra a anarquia do exército e contra as revoltas populares que aconteciam em diferentes partes do vasto território nacional.

Os requisitos para ser guarda nacional ativo eram bastante flexíveis e quase idênticos aos estabelecidos para os votantes: 200 mil réis de renda anual (100 mil réis para as províncias fronteiriças) e ter entre 21 e 60 anos de idade. Era, pois, na perspectiva liberal, uma *milícia cidadã*, ou a democratização do Exército. Os oficiais, no entanto, eram nomeados, a partir de 1850, pelo governo provincial, que, diante de medidas centralizadoras, adquiriu um recurso extra para negociação de lealdades com as elites locais. A Guarda Nacional se organizou em todos os municípios do país e obrigava a servir em suas filas boa parte da população masculina adulta.

Podemos inferir ainda que ser guarda nacional conferia (mais) um instrumento de diferenciação social, visto que correspondia, quase que simultaneamente, a ser um cidadão ativo. Ademais, ao galgar postos e chegar ao oficialato local, ao sujeito se reservava certo *status* social que revelava hierarquias existentes e publicizadas tanto quanto fosse necessário. O desempenho de cargos de oficial conferia privilégios, muitas vezes simbólicos, mas significativos, para aumentar, conseqüentemente, o prestígio de membros de elites. A Guarda, como serviço litúrgico que proprietários prestavam gratuitamente ao governo do país, em troca do reconhecimento de sua supremacia social não era uma burocracia estatal (como o Exército, por exemplo), nem uma instituição autônoma. José Murilo de Carvalho destaca que “su sentido político más profundo se encontraba, sin duda, en la cooptación de los propietarios por parte del gobierno central”,<sup>2</sup> e ainda limitava a nação aos setores com voz política efetiva.

Dava-se, assim, aos participantes desta instituição, maior margem de ação social. Por vezes, estes encontravam-se nas margens dos sistemas normativos, conseguindo, inclusive, legitimidades para o ilícito. Se a Guarda Nacional era um instrumento que diferenciava os *brasileiros* entre “cidadãos ativos” e “desordeiros”, parece-nos muito profícuo pensar em que medida e de que modo filhos de imigrantes alemães ou alemães naturalizados participaram

---

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX. In: SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. Ciudad de México: FCE, COLMEX, FHA, 1999, p. 334.

deste jogo, já que *qualificados*, também votavam, guerreavam e duelavam entre si, disputando clientelas e dando a conhecer seus *capitais relacionais*.

Sabemos que a historiografia recente tem demonstrado inúmeras possibilidades de abordagem da história política do cotidiano, ou seja, das práticas sociais e de suas interfaces com os comportamentos dos mais variados sujeitos em contextos e cenários também variados. Se, durante muito tempo, o foco esteve centrado na política dos atores entronizados no panteão da historiografia dos generais e dos homens de Estado, hoje, além de analisarmos fatos de seus afilhados, criados, agregados, e das “gentes” sem ocupação, também temos conhecimento de suas vivências, de seus comportamentos e de suas estratégias diárias, estejam elas nas margens ou nas frestas dos sistemas de controle da sociabilidade.

Para conseguirmos visualizar estes afilhados, estas “gentes sem ocupação” e suas vivências, comportamentos e estratégias, utilizamos o método das redes sociais sob perspectiva histórica.<sup>3</sup> Tema caro à microhistória italiana, a análise de ligações interpessoais que conformam um tecido social, uma trama, tem como escopo principal laços invisíveis que existem entre os diferentes membros de uma coletividade. De acordo com Imízcoz, a análise da sociedade a partir dos atores sociais se revela como um paradigma promissor. Neste sentido, as experiências de homens e mulheres se convertem em pontos de partida para explicar não só processos de mudança, mas também descoisifica o conceito de classe (E. P. Thompson, por exemplo), ou para propor novas formas de abordar a história política (i. e. François-Xavier Guerra, que conceitualizou os vínculos de atores políticos em sociedades tradicionais e no início da modernidade).<sup>4</sup>

Talvez um exemplo cabal da utilização deste método seja o trabalho de Giovanni Levi,<sup>5</sup> quando, a partir da identificação de atores sociais, observa-os em suas ações plurais, acessa suas relações e mescla, na análise, o parentesco com a economia, o poder com a cultura, através da redução da escala de observação. Para Imízcoz, tal análise, a das redes sociais, “rechaza las explicaciones según las cuáles los actores son movidos por fuerzas [...] esto es, por una causalidad abstracta. Las normas no son la causa mecánica de la conducta sino efectos de

---

<sup>3</sup> Ver LEMERCIER, Claire. Analyse de réseaux et histoire. In: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*. No. 52-2, 2005.

<sup>4</sup> IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes e procesos: de los individuos a las configuraciones sociales. In: *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*. Porto, III Série, vol. 5, 2004, p. 115-140.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



la situación relacional de la que forman parte los individuos”.<sup>6</sup> É claro, é necessário, nestes casos, levar em conta não só as dimensões relacionais, mas o social como um todo.

Conceitos próximos a trabalhos que se ocupam desta metodologia são os que se referem a relações pessoais mais ou menos duradouras, fortes ou fracas, efetivas ou não: o parentesco, a amizade, a patronagem, o clientelismo, a vizinhança, os aspectos profissionais, confessionais ou associativos. Imízcoz destaca que este tipo de análise é profícuo quando o historiador quer abordar “los grupos de poder, facciones políticas, oligarquías locales, clientelas cortesanas, grupos mercantiles e financieros”.<sup>7</sup>

Bertrand afirma que rede é uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações mantidas por grupos ou conjuntos quaisquer de indivíduos; mas também é um sistema de intercâmbios que permite uma circulação de bens e serviços; no entanto, consiste em um sistema submetido a uma dinâmica relacional regida por um princípio de transversalidade dos laços e suscetíveis de se mobilizar em função de uma necessidade.

Se puede definir entonces a la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente.<sup>8</sup>

Aqui, é claro, abandonamos a ideia de uma reconstrução exaustiva, mas pretendemos alcançar uma identificação de redes parciais, sobre as quais poderemos identificar lógicas relacionais e de intercâmbios que transitam através de uma rede formada a partir de sujeitos qualificados à Guarda Nacional. A continuidade de práticas administrativas diante de normas promulgadas, por exemplo, pode dar relevo à importância de um sistema relacional dentro da burocracia imperial, no caso do Brasil, a fim de entender seu funcionamento.

No caso destes homens serem, por vezes, considerados *alemães* e, por outras, *cidadãos brasileiros*, no discurso político e intelectual de então, utilizar o conceito de rede e as relações mantidas entre o indivíduo, seu sistema relacional e o aparato administrativo, pode transformar a análise da identidade social de um ator/sujeito/indivíduo de um dado fixo, dado

---

<sup>6</sup> IMÍZCOZ, op. cit., 2004, p. 121.

<sup>7</sup> IMÍZCOZ, José María. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (eds.). *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.

<sup>8</sup> BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. In: *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil, 2000.

e pré-concebido em “un fenómeno plural, temporal, susceptible de adaptaciones en función de los contextos variables que [...] envuelven [o individuo]”.<sup>9</sup>

Para alcançar tais objetivos, as fontes mais comumente utilizadas são as relativas ao estado civil (no caso brasileiro, as fontes paroquiais), as escrituras notariais e os processos e autuações judiciais. No entanto, é necessário não superestimar os laços mais formais, mais ritualizados, como o parentesco, por exemplo. Para Zacarias Moutoukias, “así se pierde el hilo de construcción de un vínculo, y la multiplicidad de significados que éste ha ido adquiriendo en diferentes contextos o para distintas personas”.<sup>10</sup>

Destacamos, no entanto, que mesmo sob a abordagem que pretende verificar redes sociais, observaremos os indivíduos e suas ações, dentro ou fora de seus relacionamentos, levando em conta não só o *capital relacional*, mas também combinando-o com o capital social. Quando se diz, por exemplo, que acessar *laços fortes* é uma via mais fácil para obtenção de um cargo público, se está dizendo algo simples: os poderosos e as pessoas com que se relacionam têm maiores possibilidades de conseguir resultados positivos do que aqueles que não são poderosos ou não têm relações diretas com eles. Os atores sociais, portanto, se relacionam entre si segundo normas, valores, códigos de conduta, crenças e instituições vigentes, mesmo que não tomemos tudo isto como algo exterior ao indivíduo, mas “levadas”, “mantidas” e “reproduzidas” por ele.

### 1.1 Historiografia: a Guarda Nacional como temática

A historiografia brasileira se ocupou em vários momentos da Guarda Nacional, se considerarmos compêndios, obras coletivas ou dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História no país. Desde meados do século XX, pesquisadores como Oliveira Vianna<sup>11</sup> e Victor Nunes Leal<sup>12</sup> destacam o caráter personalista do poder público delegado ao oficialato da instituição. Ambos tratam da Guarda Nacional como instrumento das tentativas de centralização por parte da Corte.

<sup>9</sup> BERTRAND, op. cit., 2000, p. 78.

<sup>10</sup> MOUTOUKIAS, Zacarías. Família patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. In: *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil, 2000. Ver também MOUTOUKIAS, Zacarías. Power, corruption and commerce: the making of the local administrative structure in seventeenth century Buenos Aires. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. 68, n. 4, nov. 1988, pp. 771-801.

<sup>11</sup> VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: José Olympio, 1949.

<sup>12</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

O clássico de Faoro, *Os donos do poder*,<sup>13</sup> destaca o igualitarismo social e racial e promove a organização paramilitar a um instrumento essencialmente liberal, a fim de basear o poder em autoridades e chefes locais. O ano de 1850, para ele, converteu-a em organização policial, com a finalidade de resguardar e manter a ordem social nos municípios, sob o comando dos presidentes das províncias.

Jeanne Berrance de Castro defendeu sua tese de doutorado, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*,<sup>14</sup> orientada por Sérgio Buarque de Hollanda, na USP, com o intuito de trazer à luz o “exército invisível”, que, para a autora, representou a expressão do sentimento liberal no Brasil. Vista como uma força que poderia vencer tormentas de desagregação e anarquia, a Guarda Nacional foi analisada como instrumento da unidade nacional. Mesmo que atendesse aos interesses de proprietários de terras, defendia e salientava a composição popular dos batalhões de milicianos, percebendo-a como um método de ascensão social de homens de menos posses, já que, até 1850, os cargos de oficiais eram preenchidos através de eleições individuais e secretas. Para a pesquisadora, esse fato gerou fissuras e tensões na sociedade baseada na ordem patriarcal e escravocrata, já que pobres livres teriam abertas as janelas para busca de prestígio social ao exercerem postos de comando. Castro ainda destaca que a Guarda Nacional pretendeu ser “niveladora e democrática”, mesmo concordando que a instituição era, sobremaneira, método pelo qual se atendia os interesses de proprietários de terras e escravos, já que sua função primordial era manter a ordem interna. Também demonstrou que os milicianos, por sua vez, eram os mais prejudicados, haja vista que tinham que sair de suas casas para os destacamentos e não eram remunerados para este fim.

Nelson Werneck Sodré, por seu turno, analisou a Guarda como uma força anti-Exército. Para ele, o Exército não contava com recursos e meios materiais para seu funcionamento pleno, e, assim, a Guarda Nacional, de “complemento ou reforço” passou a protagonista das ações bélicas e organizativas brasileiras. Dando destaque às retóricas de políticos e situando-a como força da elite senhorial na defesa de seus interesses de classe, Sodré afirma que “o Estado confiava muito mais na Guarda Nacional”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.

<sup>14</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

<sup>15</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 127.

Por sua vez, Maria Isaura Pereira de Queirós<sup>16</sup> ressalta o poder local no âmbito da Guarda Nacional, apontando e enfatizando proteções, domínios e distribuições de vantagens por vezes muito significativas.

O trabalho coletivo de Antônio E. M. Rodrigues, Francisco J. C. Falcon e Margarida de S. Neves, *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*,<sup>17</sup> utiliza a noção de classe social para compreender a instituição e focando as relações entre a burocracia da Corte e os oligarcas rurais, permitindo-nos estabelecer paralelos entre as províncias do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Com o fim de questionar a concepção de unidade nacional do Império, a Guarda Nacional, para estes autores, teria sido um “fiel da balança” no tocante ao acesso à cidadania, além de comprometer por laços invisíveis o Estado e a classe senhorial.

Fernando Uricoechea, em seu *O minotauro imperial*, analisa a Guarda Nacional no âmbito da grande contradição no que tange o poder privado e as tentativas de centralização no Brasil imperial. Com a metáfora grega do Minotauro, aquele que detém a chave do labirinto, para o sociólogo colombiano a Guarda Nacional ligaria as extensões quase feudais do poder à monarquia e à construção do Estado moderno: conectando poder público ao poder local/privado, funcionando através de liturgias. No entanto, como ele próprio percebe, essa atuação ambígua termina por impedir a consolidação plena da ordem senhorial, já que a participação das elites na milícia as teria enfraquecido como grupo social com força própria. Em suma, “o aparente paradoxo por trás do fato do senhor de terras brasileiro e os homens livres pobres serem, inadvertidamente, atores principais no desenvolvimento de uma autoridade racional legal desaparece para aparecer, dialeticamente, como uma esplêndida síntese de sua participação política durante o século XIX”.<sup>18</sup>

Schwartzman, ao resenhar o trabalho de Uricoechea, termina por destacar que uma das maiores contribuições do colombiano foi trazer à luz para os historiadores a importância cotidiana que a Guarda Nacional tomava na vida das pessoas do século XIX. Mesmo assim, destaca que “adota uma versão extremamente simplificada de certos conceitos weberianos, que terminam por prejudicar grande parte do valor interpretativo de seu trabalho”. Simon Schwartzman afirma que estavam a confrontar-se duas formas de dominação tradicional (a

---

<sup>16</sup> QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

<sup>17</sup> RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. M. de S. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

<sup>18</sup> URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 305.

estamental e a patrimonial), na contracorrente do que defendia Uricoechea (que prefere afirmar que era um confronto entre modernidade e tradição). Se ambos discordam acerca da função organizativa da Guarda Nacional no sistema de Estado brasileiro, o fato é que ela foi instrumento fundamental para a construção deste último, assim como seus comandantes, seus oficiais e seus soldados.<sup>19</sup>

Não deixamos de fora de nossas consultas as recentes obras de André Fertig, *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*,<sup>20</sup> que analisa a Guarda Nacional sob o pano de fundo da consolidação do Estado Imperial Bragantino, propondo-se um profundo e abrangente estudo da instituição; de Flávio Henrique D. Saldanha, *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*,<sup>21</sup> que tem como objetivo compreender a formação do Estado Nacional no Brasil, delimitando-se à Guarda Nacional de Mariana (MG), durante o primeiro período de sua existência; e, finalmente, de José Iran Ribeiro, *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*,<sup>22</sup> que explicita a transição de servidores das milícias para guardas nacionais qualificados, na Província do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XIX.

No entanto, ainda concordamos com as obras que analisam a política cotidiana, como, por exemplo, de Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*,<sup>23</sup> e aquelas que tratam dos (des)caminhos da cidadania no Brasil, especialmente as de José Murilo de Carvalho, como *Cidadania no Brasil: o longo caminho* e as recentes obras coletivas *Nação e cidadania no Império* e *Repensando o Brasil do oitocentos*, mesmo cientes das diferenças dessas abordagens.<sup>24</sup>

Pretendemos dialogar também com a bibliografia referente à imigração de alemães na Província do Rio Grande do Sul, donde destacamos a tese de doutorado de Marcos Justo

---

<sup>19</sup> SCHWARTZMAN, Simon. O minotauro imperial. Resenha. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, vol. 32, n. 2, 1980, s/p.

<sup>20</sup> FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: EdUFSM, 2010.

<sup>21</sup> SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2006.

<sup>22</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: EdUFSM, 2005.

<sup>23</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

<sup>24</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Tramontini, *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira*,<sup>25</sup> a também tese de doutoramento de Marcos A. Witt, *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*,<sup>26</sup> a obra *A revolta dos mucker*, de Janaína Amado,<sup>27</sup> especialmente os trechos em que trata de São Leopoldo; alguns textos de René E. Gertz, especialmente o livro *O aviador e o carroceiro*,<sup>28</sup> que inspirou a narrativa desta dissertação, e *A Câmara de Vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937*,<sup>29</sup> em momentos que discutiremos a participação política dos guardas nacionais teuto-brasileiros.

Abordaremos, quando trazemos à tona vieses e meios de participação na política cotidiana, como pleitos para a eleição de eleitores ou vereadores, a historiografia hispanoamericana, como as obras coletivas *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces* e *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*.<sup>30</sup>

## 1.2 As fontes das informações

Por óbvio, utilizaremos especialmente o Fundo Guarda Nacional, especificamente a Série Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), que resguarda toda a documentação referente à organização, ao destacamento e à administração da instituição em São Leopoldo, desde 1834 (ano da elevação à Capela Curada). Ali encontram-se relatórios mensais, trimestrais e anuais do estado dos corpos (4ª Secção de Infantaria de Batalhão de Guardas Nacionais e 12º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, depois da reorganização e da extinção da Legião, em 1850); requerimentos, pedidos de isenções, dispensas, elevações de cargos e relatos de deserções; propostas para oficialatos, lista de comandantes, solicitações de homens, materiais e armas.

No entanto, optaremos também, especialmente no primeiro capítulo, pelo uso intensivo de processos criminais como referências documentais. Quando partimos do

<sup>25</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira – 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

<sup>26</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã*, Rio Grande do Sul, Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

<sup>27</sup> AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

<sup>28</sup> GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EdiPucrs, 2002.

<sup>29</sup> GERTZ, René E. *A Câmara de Vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937*. In: SILVA, Haike R. K. da; HARRES, Marluza M. (orgs.). *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

<sup>30</sup> SABATO, Hilda; LETTIERI, Alberto (comp.). *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003; SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999.

pressuposto da busca pela reconstituição de vivências pela ótica de seus protagonistas – os imigrantes e descendentes qualificados e recrutados para a Guarda Nacional – a utilização de fontes como os processos criminais pode nos auxiliar, proporcionando o contato com aspectos da vida desses sujeitos até o presente momento pouco percebidos empiricamente.

Ainda aparecerão indícios coletados em registros paroquiais, relatórios dos Presidentes de Província e a grande quantidade de missivas trocadas entre o governo provincial e a Câmara Municipal de São Leopoldo. Alguns inventários *post-mortem* (e documentos associados) serão incluídos na análise, no último capítulo, com o intuito de, conjuntamente com os registros em livros de relações de conduta, mapear o perfil do oficialato na localidade.

### **1.3 O texto e sua organização**

O primeiro capítulo objetiva analisar, especialmente, a Vila (1846) e Cidade (1864) de São Leopoldo, situando-a no cômputo do Império do Brasil. Serão discutidas, neste momento, questões inerentes a uma contextualização crítica do cotidiano citadino e rural, sob o pressuposto de que a dimensão política da comunidade étnica leopoldense não se faz somente em relação ao outro, em busca de afirmação do grupo, mas também como dinâmica interna, de disputa de legitimidades, normas, símbolos e autoridades. Destacamos, também, que o período a ser estudado é um tempo de pleitos e litígios, de disputas políticas e de processos conflituosos e reivindicatórios.

*Entre súplicas e qualificações*, o segundo capítulo, analisará, especialmente, o processo de qualificação para a Guarda Nacional, dando lugar aos sujeitos a serem qualificados. Sabemos que a questão do recrutamento em território nacional pode ser entendida no contexto do processo de construção de um Estado e das mudanças que se operavam nas relações entre o poder central e seus agentes. Complexas regras não escritas possivelmente governaram a prática na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, como nos apontam as fontes já consultadas e a historiografia. Estas regras seriam compostas por um sistema em que contribuíram Estado, classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, todos, provavelmente, defendendo seus benefícios, por muitas vezes significativos.

Certamente, no capítulo 3, é onde se fará mais presente a abordagem multiscópica. Pretendemos, então, construir um perfil do oficialato da Guarda Nacional local, com o

objetivo de analisar, especialmente, as questões concernentes ao clientelismo e ao mandonismo. Sabemos que o *locus* de análise apresenta peculiaridades diversas, se comparado com outros estudos semelhantes ao nosso. São Leopoldo, à época, era uma sociedade baseada na pequena propriedade, mas que já tinha um pequeno núcleo urbano. Crescia a níveis surpreendentes no período posterior à guerra civil na província. Negociantes e vendeiros emprestavam dinheiro (em pequenos e grandes montantes) aos colonos das picadas. Não havia a figura do grande estancieiro, do senhor de porções gigantescas de terras e de um plantel numeroso de escravos, que figurava como o Comandante Superior da Guarda Nacional. Como, então, funcionava o pacto clientelístico nesses moldes? Quem fazia parte do corpo de oficiais? Como essa ascensão ocorria? São perguntas que responderemos nesta parte de nosso trabalho.



## 2 “PUERIS INTRIGAS”:<sup>1</sup> SÃO LEOPOLDO À ÉPOCA DE PEDRO II

No dia cinco de julho de 1867 foi morto o advogado baiano Francisco Ferreira Bastos. Ele estava tratando de negócios na sala de sua casa junto a dois outros homens, estando presentes também no recinto sua esposa, Dona Engrácia, e sua filha. Um tiro estourava a vidraça da janela e finalizava sua trajetória no peito de Bastos.<sup>2</sup>

Este senhor e os outros personagens desta trama residiam em São Leopoldo, uma localidade recém elevada à Vila (1846) e, posteriormente, à Cidade (1864). Emergem deste acontecimento, cujos registros hoje estão resguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, questionamentos que nos levam a crer que analisar estes conflitos (e contendas como estas) pode nos trazer resultados antes inacessíveis, especialmente se pensarmos que tais fatos, quer anteriores, quer posteriores ao que citamos, reverberaram de diferentes maneiras entre as pessoas que viveram no século XIX, especialmente em nosso *locus* de análise.

Deixando-nos guiar por disputas entre facções locais, por (re)mobilizações de amigos, parentes, compadres e apaniguados, buscaremos possibilidades de aproximarmos-nos de lógicas políticas antes deixadas de lado. Como orienta Levi, por exemplo, é nosso desejo detalhar, indicar e analisar “coisas importantes [que] podemos ver acontecer enquanto aparentemente nada acontece”.<sup>3</sup> Retornaremos ao ocorrido em breve.

### 2.1 O processo imigratório do Império do Brasil: guerrear e povoar

A parcela da historiografia brasileira que se ocupa do processo de imigração no Brasil é hegemônica quando traz os objetivos de D. Pedro I e de seu filho: criar uma classe média na estrutura social brasileira, capaz de desenvolver a policultura, para abastecer as cidades em expansão e os exércitos mobilizados em campanha; povoar os extremos do país recém-independente, que carecia de moradores em espaços fronteiriços; prover o exército imperial

---

<sup>1</sup> Relatório apresentado ao governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das colônias, 1854. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 15-16, setembro-dezembro de 1924, p. 334-439.

<sup>2</sup> APERS. São Leopoldo. Processo-Crime. Cartório do Júri. E12, M4, N87. Apelação Criminal. A justiça *versus* Vicente Baptista Orsi e Gabriel Carlsson. Sobre este processo, seus detalhes e uma preocupação com as questões de terra no século XIX decorrentes dele, ver: COSTA, Andresa Silva da. *Um crime anunciado: o assassinato de Francisco Ferreira Bastos – contribuições para a História das Relações de Poder no Rio Grande do Sul do Século XIX*. 44 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

de soldados estrangeiros para defender a hegemonia da nação recém independente; e, finalmente, promover o branqueamento da população e suprimir o tráfico negreiro.<sup>4</sup>

Fruto também do impacto da industrialização e da expansão do capitalismo na Europa, fato que transformou as relações e os vínculos cotidianos de trabalho e serviços no espaço rural alemão, a emigração europeia foi massiva em épocas em que as relações senhoriais acabavam (como o fim da servidão-da-gleba) causando a perda do acesso à terra por famílias do campo. A fundação da Imperial Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi o marco inicial deste processo.<sup>5</sup>

A localidade de São Leopoldo, a partir de 1824 denominada de Imperial Colônia, havia sido palco da Real Feitoria do Linho Cânhamo, desde 1788. Situada na região atualmente denominada de Vale do Rio dos Sinos, compreendia grande parte deste espaço regional que, posteriormente, subdividiu-se em municípios menores. Os grupos imigrantes eram provenientes de regiões como o Palatinado, com preponderância para o planalto do Hunsrück e o vale do Mosela, de Hessen-Darmstadt. Também temos registros da chegada de imigrantes vindos da Saxônia, de Baden-Württemberg, Mecklenburg-Schwerin, Saxônia-Coburgo, Schleswig-Holstein e Hannover. A maioria era composta por contingentes de agricultores e artesãos. Eram protestantes e católicos, de zonas rurais e urbanas. Variavam as motivações que levavam pessoas daquela época a emigrar da Europa e estabelecer-se no Novo Mundo.

O francês Arsène Isabelle<sup>6</sup> passou pela Colônia Alemã de São Leopoldo em 1834, ano anterior à revolta que determinou um hiato na política de imigração no sul do Brasil. O viajante chegou à localidade subindo o Rio dos Sinos, profundo e sinuoso, distante apenas sete léguas por terra (cerca de 20 léguas por via fluvial) da capital da província, Porto Alegre. Segundo Isabelle, o barco levou “toda a noite”. Era uma região “encantadora e montanhosa, coberta de matos, prados, granjas *alemãs*, campos cultivados e regados por uma multidão de arroios”. A vila, no entanto, ficava no meio de uma planície baixa, “podendo ter umas duas

---

<sup>4</sup> Ver OBERACKER Jr., C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira, o Brasil monárquico*. São Paulo, 1967; DREHER, Martin N.; GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: recortes*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

<sup>5</sup> Sobre o contexto histórico europeu, especialmente do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, ver: MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social*. Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista. Dissertação – Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2010.

<sup>6</sup> Arsène Isabelle nasceu no Havre, França. Faleceu em 13.1.1888. Veio para a América “pelo gosto de viajar”. Fundou uma indústria têxtil em Buenos Aires. Viajou ao Rio Grande do Sul em 1833, onde ficou até o ano seguinte. Tentou fundar uma empresa colonizadora no Uruguai, com a qual não obteve sucesso. Foi cônsul uruguaio no Havre. Suicidou-se por enforcamento, em sua cidade de origem.

léguas de circunferência”. Tal acidente geográfico tornava a região povoada em local de fáceis inundações, devido ao terreno pantanoso.

Em parte destacada, Arsène Isabelle afirma pensar estar na Alemanha. Transparece, então, a operosidade quase heroico dos imigrantes que penosamente transferiram-se dos territórios de origem e fixaram-se nestas colinas, morros e matos fechados, em pequenas propriedades, com o intuito de uma “prosperidade comum”; em contraponto, o viajante afirma que os *brasileiros* deixavam suas terras abandonadas, suas choupanas estragadas, imbuídos do espírito do desperdício e da destruição, “que os caracteriza tão bem quanto os argentinos”.

Sobre a população local, cita que ali também moravam franceses, comumente comerciantes que faziam bons negócios, além de todo tipo de artesãos que eram alemães, além daqueles que lidavam na terra, que compunham a maioria. Essa “pequena república” abastecia Porto Alegre, já que estavam estabelecidos curtumes, destilarias, serrarias, olarias e engenhos, o que rendia à colônia bons ganhos. O francês viajante, nosso informante, foi recebido por uma autoridade brasileira de origem alemã, homem moço, instruído e gentil: Dr. João Daniel Hillebrand, um hamburguês que conhecia o francês e o português, exercia a medicina e era líder dos colonos.<sup>7</sup>

Robert Avé-Lallemant,<sup>8</sup> por sua vez, aventurou-se ao Egito e, posteriormente, ao Brasil. Praticou medicina na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Excursionou a São Leopoldo em 27 de fevereiro de 1858, motivado pela “semigermanização” da cultura porto-alegrense. Saiu da capital da província utilizando um pequeno vapor, que viajava “duas ou três vezes por semana” para a colônia, percorrendo as 11 milhas alemãs que as separavam, viagem que durou sete horas.

O viajante alemão deparou-se, então, com uma grande praça arborizada, de onde saíam ruas irregulares, que formavam o centro da vila. Em sua maioria, as habitações eram térreas, mas existiam sobrados com até seis janelas de largura, denotando um lugar “abastado ou mesmo rico”. Havia um hotel alemão, onde o forasteiro se hospedou; percebeu que a gente que ali morava tinha um aspecto aldeão. Em algumas casas “tocava-se piano”. Outras vezes, verificou que rapazes andavam em “cavalos medíocres”, parecidos com “gaúchos *meio*

---

<sup>7</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 70-75. Todos os grifos são nossos.

<sup>8</sup> Robert Avé-Lallemant nasceu em Lübeck, Alemanha, em 1812, e faleceu na mesma cidade, em 1884. Doutorou-se em Kiel, no ano de 1837. Aventurou-se pelo Brasil, onde escreveu *Viagem ao sul do Brasil*.

*civilizados*”. Quando acenderam-se os lampiões, Avé-Lallemant impressionou-se: “via-se gente de todos os ofícios, [...] a vida e a atividade à maneira alemã, em língua alemã, tão genuinamente alemã que enche o coração de alegria”. Em dia de domingo percebeu que “dos distritos afastados da colônia também veio [vinha] gente endomingada para a vila”. Graças a estas características, a esse *habitat*, os alemães dali, seriam, então, livres, por advento do trabalho, para ele.

O médico e naturalista conheceu também as *picadas*, visitando a *Costa da Serra* e deparando-se com uma realidade muito diferente da vila, especialmente na *Serra de Hamburgo* (ou *Hamburgerberg*). Ali, a mistura com o “elemento brasileiro” quase não acontecia, segundo ele. Eram graciosos os jardins do puro elemento alemão. As moças, surpreendentemente, cavalgavam e lideravam tropas de gado. Elas ganharam especial atenção do desbravador, revelando peculiaridades em seu texto. Os caminhos por onde passava, no entanto, eram ruins, confusos e cheios de subidas e descidas.

Pernoitou, em um dia qualquer, na Freguesia de São Miguel dos Dois Irmãos, ou *Judengass* (rua dos judeus), um pequeno conjunto de casas, onde também havia uma igreja católica e uma luterana, donde saiu e visitou o *Jammertal* e o *Walachai*. Para ele, era um lugar que não havia sido humilhado “pelas diferenças de classes sociais”. Era São Leopoldo “um grande distrito colonizado por imigrantes alemães e por seus filhos, *nascidos no Brasil, mas inteiramente alemães*”.

Avé-Lallemant destaca ainda o papel do “incansável diretor” Hillebrand, homem ilustrado. Afirma que um tal de Major von Schaeffer, tipo vulgar e mal afamado, levou imigrantes para aquela região e não cumpriu suas promessas.<sup>9</sup> No entanto, dali resultaram homens “simples, laboriosos, probos e honrados”. Segundo o viajante, poucos crimes ocorreram na vila, e apenas um só homicídio de 1824 até 1858.

Em plena floresta brasileira, moravam e viviam (bem) filhos de alemães, aos quais o viajante chama de *brasileiros*, que, no entanto, não falavam o português e acessavam, no máximo, o termo da vila. Não conheciam nada além disso, para Avé-Lallemant. O idioma

---

<sup>9</sup> Sobre Schaeffer, ver: OBERACKER Jr. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1975; SCHÄFER, Georg Anton von. *O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos histórico, mercantilístico e político*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

limitava-os. Até que, “um dia [...] chega um oficial, de cuja existência nunca ouviram falar, e dá a ordem: ‘Vesti a farda da Guarda Nacional e tomai a carabina’”.<sup>10</sup>

O transporte fluvial entre Porto Alegre e São Leopoldo, a quantidade de vendas e a produção abundante de milho, feijão, farinha de mandioca e batatas seduziu o aventureiro, que passa a informar, a partir de então, dados da prosperidade colonial. Informa que é grande o número de animais de carga; que a colônia deveria investir na produção de linho, algodão e tabaco. Preparava-se a fina pastelaria nos pequenos restaurantes: tapiocas (pastéis de amido de mandioca); tomava-se cerveja e aguardente de milho, comia-se bolinhos e pãezinhos de trigo. Bons cavalos encontravam mercado na capital, assim como a manteiga animal.

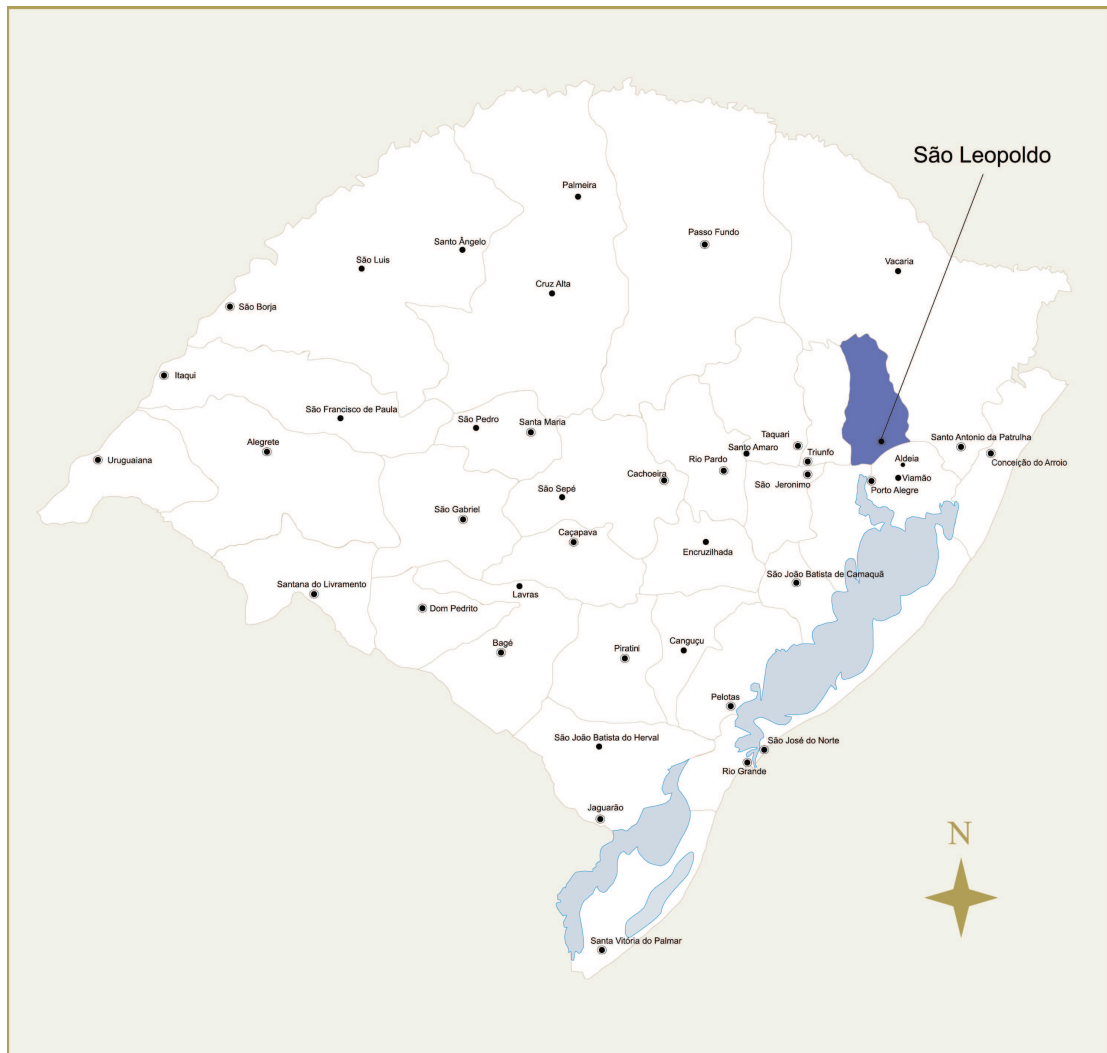
Podemos inferir aqui, em concordância com Silvio Marcus de Souza Correa, que é necessário submeter os enunciados a uma crítica hermenêutica. É o que o historiador faz, quando analisa especialmente três obras de viajantes alemães que visitaram o Brasil e deixaram seus textos impressos, aos quais hoje temos acesso, dentre os quais o de Robert Avé-Lallemant. Correa afirma que, ao visitar o sul do Brasil, estes homens viam o Rio Grande do Sul como um “desdobramento da história europeia [...]. Para ele [viajante] a germanização do Brasil meridional significa o espriar da civilização sobre a barbárie, o *continuum* entre o Antigo e o Novo Mundo”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980, p. 114-157.

<sup>11</sup> CORREA, Silvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p. 236.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul – Limites Municipais – 1872



Fonte: Mapa adaptado da compilação de dados da FEE.<sup>12</sup>

Parece-nos que estes dois relatos revelam que grande parcela da historiografia que se ocupou de estudar o processo migratório, e, por conseguinte, a Colônia Alemã fundada na beira do Rio dos Sinos, neles se baseou ou, pelo menos, utilizou dos mesmos argumentos apresentados por Arsène Isabelle e Robert Avé-Lallemant. Nossa atenção agora será direcionada para a análise *do que se sabe* sobre a colônia, a vila e a cidade de São Leopoldo.

A historiografia sobre imigração alemã é farta em estudos acerca do mundo teuto no Rio Grande do Sul, quase que exclusivamente no mundo agrário. Desde Jean Roche,<sup>13</sup> e a retomada dos estudos históricos sobre a imigração, poucas foram as obras que relacionaram

<sup>12</sup> DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. Agradeço ao colega Miguel Ângelo Silva da Costa pela cedência do mapa reelaborado.

<sup>13</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

diretamente questões políticas, culturais e sociais, problematizando antigas abordagens que, sobretudo, traziam à tona um imigrante apolítico, operoso, forte e de boa índole.

Roche foi presença marcante nos meios culturais de Porto Alegre; manteve contatos com Érico Veríssimo e Jorge Amado. Estudou História, Geografia, Literatura e Letras. Deixou o Brasil levando consigo documentação sobre a província do Rio Grande do Sul e, logo, da colonização alemã. Sua tese de doutoramento, em 1962, foi *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*, perante a Universidade de Paris V, Sorbonne. Publicou *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847 d'après les rapports inédits du Président du Rio Grande do Sul devant le Conseil General, puis l'Assemblée Législative Provinciale*. Porto Alegre: URGS, 1961; *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969; *A Colonização Alemã e o Espírito Santo*, estudo publicado em São Paulo. Fato é que existe história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, antes e depois de Jean Roche. Foi um divisor de águas. Antes de Roche, uma gama de historiadores da imigração e colonização surgiu. Eles podem ser enquadrados em três matrizes interpretativas.

A primeira das matrizes interpretativas é aquela formada por autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: nomes como Aurélio Porto<sup>14</sup> e Ernesto Pellanda.<sup>15</sup> Tais autores afirmavam que o imigrante alemão era ordeiro, operoso e amante do progresso, trazendo visão estereotipada, que se mantém até hoje no senso comum. Foram defensores da tese do isolacionismo imigrantista.

A segunda matriz interpretativa é formada por sacerdotes jesuítas alemães, expulsos da Prússia por Bismarck, que estiveram a serviço do movimento de Restauração Católica. Destaco Carlos Teschauer SJ,<sup>16</sup> Ambrósio Schupp SJ<sup>17</sup> e Theodor Amstad SJ.<sup>18</sup> É a matriz teuto-católica da imigração alemã, que buscou chamar atenção para males que podem ser causados a pessoas que se afastam dos princípios do cristianismo. É marcada pelo historicismo romântico, traz as marcas da Primeira Guerra Mundial e das comemorações de duas efemérides: centenários da Independência do Brasil (1922) e da Imigração Alemã Continuada no Brasil (1924). Foi alicerçada no conceito de cultura, que é considerada básica

---

<sup>14</sup> PORTO, Aurélio. *Die Deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1934.

<sup>15</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

<sup>16</sup> TESCHAUER, Carlos. *Historia do Rio Grande do Sul dos dous primeiros seculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921-1922. 3 v.

<sup>17</sup> SCHUPP, Ambrósio. *Os "Mucker": a tragédia histórica do Ferrabrás*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

<sup>18</sup> CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

para a prosperidade alcançada pelos teutos no Brasil, e que só será mantida caso preservarem seus costumes e os legarem aos descendentes.

A terceira matriz interpretativa é luterana. A figura de Wilhelm Rotermund<sup>19</sup> é destaque. Procurava a recuperação da autoestima dos luteranos, a fim de solicitar direitos de cidadania. Fortemente influenciados pela historiografia positivista alemã, originada por Leopold von Ranke, foi aliada à leitura romântica e idealista de Johann G. Herder, donde vem forte acento na preservação dos valores étnicos. A partir de então surge a identidade hifenizada: teuto-brasileira. Dá-se importância à História Política, legado rankeano, e à História Cultural. Outro representante desta corrente é H. G. Dohms, que foi aluno de Karl Lamprecht, responsável pela *Kulturgeschichte*. Já se pensava, então, em estudos filosóficos para a compreensão das mentalidades. Desta escola, estudaram na Europa historiadores como Carlos Oberacker Jr.<sup>20</sup> e Carlos H. Hunsche.<sup>21</sup>

É nessa terceira matriz interpretativa em que se dá a contribuição de Ferdinand Schröder. Apresentando-nos rigor positivista, suas pesquisas resultaram nas primeiras informações de grande vulto sobre os mercenários alemães chegados ao Brasil em 1850, os *Brummer*. Schröder foi pioneiro no estudo da História Militar Brasileira, ligada à imigração alemã, de forma acadêmica.

Ferdinand Schröder, que nasceu em Nortorf, no Holstein, veio ao Brasil em 1921, após a conclusão de seus estudos em teologia e história. Colaborou com Hermann G. Dohms na revista *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, de grande repercussão. No retorno à Alemanha, em 1925, doutorou-se em Berlim (1931), com a tese *A Imigração Alemã para o Sul do Brasil até o ano de 1859*.<sup>22</sup> Quando produziu sua tese de doutorado, estava participando da

---

<sup>19</sup> ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997; ROTERMUND, Wilhelm. *Leitfaden der Geographie für den Elementarunterricht*. São Leopoldo: W. Rotermund, 1899.

<sup>20</sup> OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968. 2 v.; OBERACKER Jr., Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.; OBERACKER Jr., Carlos H. *Kaiserin Leopoldine: Ihr Leben und ihre Zeit (1797-1826)*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1980.

<sup>21</sup> HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977; HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: província de São Pedro*. Porto Alegre: A Nação, 1975; HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: província de São Pedro*. Porto Alegre: A Nação, 1975; HUNSCHE, Carlos Henrique. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1979; HUNSCHE, Carlos Henrique; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004. 3 v.

<sup>22</sup> SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.



produção de matrizes interpretativas sobre a história da imigração estrangeira no sul do Brasil, debatendo acerca de etnicidade, cidadania e nacionalização.

Os estudos historiográficos acerca da imigração alemã e da participação política de imigrantes, por sua vez, vêm sofrendo revisões. Tramontini<sup>23</sup> revela que na bibliografia inicialmente consultada para sua tese de doutoramento, as questões sobre a experiência social da imigração não foram exploradas suficientemente. Witt destaca que relacionar política e imigração requer esforço e, como vimos, “ainda persiste, em parte da historiografia, a idéia de que os alemães não se envolveram com política ou foram vítimas inocentes das promessas infundadas”.<sup>24</sup>

Consideramos que o processo de (e/i)migração se deu não somente como transplante cultural. Compactuamos com Tramontini, quando este autor afirma que fatos assim “deveriam ter-se constituído como aspectos de um processo conflituoso, tenso e doloroso de organização dos imigrantes, ao mesmo tempo que tenso e problemático para a sociedade receptora, escravocrata e latifundiária, que vivia um período de estruturação burocrática, administrativa e política”.<sup>25</sup> Como ele e outros, percebemos, em contato com a bibliografia existente, relatos de imigrantes heroicos e de suas grandes obras e contribuições.

Partilhada pelas nações sul-americanas recém-independentes, as questões de povoamento de fronteiras e imigração de famílias europeias certamente foi um método ou uma tentativa de consolidação da soberania de cada país. A tarefa de angariar famílias e homens solteiros jovens para emigrarem ao Brasil foi incumbida, inicialmente, ao Major Jorge A. von Schaeffer, ajudante de ordens da Imperatriz Leopoldina. A colonização e a contratação de mercenários, no entanto, foi foco de críticas, diante de gastos excessivos e da posição contrária de grandes proprietários, associando-se à crise do Primeiro Reinado.

Com o fim do período em que D. Pedro I ocupou o trono imperial, só na segunda metade dos anos 1840 é que o projeto de assentar colonos europeus em território brasileiro volta à tona, dando como destino as lavouras de café e, novamente, formação de colônias no distante Rio Grande do Sul. Foi no âmbito desses processos que a região de São Leopoldo e suas *picadas* foi povoada e repovoada, durante o século XIX.

Hunsche informa que

---

<sup>23</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira – 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

<sup>24</sup> WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 14.

<sup>25</sup> TRAMONTINI, op. cit., 2000.

a maioria dos 5.000 colonos alemães [...] chegados ao Rio Grande do Sul de 1824 até a Lei do Orçamento, de 15.12.1830, foi localizada na Colônia Alemã de São Leopoldo, isto é, primeiramente (1824/25), na antiga Feitoria ou nas imediações (Estância Velha e Lomba Grande) e, a partir de 1826, em Sapucaia, Portão, Campo Bom, Costa da Serra (Hamburgo Velho), Bom Jardim (hoje Ivoti), Linha Quatorze, Picada Quarenta e Oito, Linha do Hortêncio e Dois Irmãos.<sup>26</sup>

Tramontini, em *A organização social dos imigrantes*, especialmente no segundo e no terceiro capítulos, trata do processo de expansão da Colônia de São Leopoldo até 1830, quando a lei de 15 de dezembro proibiu quaisquer gastos públicos com a colonização e o estabelecimento de colonos estrangeiros em território nacional. O historiador destaca que esses primeiros anos foram marcados pelo imprevisto administrativo, causado por medições confusas de terras, que foram foco de pleitos judiciais envolvendo os colonos e os antigos moradores da região, que ainda possuíam títulos de sesmarias. É interessante perceber, ainda assim, que os indicadores dessas contendas entre nacionais e estrangeiros se davam no âmbito da disputa pela autoridade local, onde se destacava o médico Dr. João Daniel Hillebrand, que discursava em prol dos colonos. O governo imperial respondia, culpando a Schaeffer, com suas promessas infundadas e exageradas, que só foram honradas em parte, graças à benevolência do Império.

Se pensarmos que esse projeto de colonização era inovador, confrontá-lo-emos com o sistema tradicional de ocupação do território, vigente, pelo menos, até a Lei de Terras de 1850. A política fundiária, portanto, seria o cerne de longas disputas judiciais, diante da ocupação não fiscalizada de terrenos aparentemente devolutos. Novos elementos, então, eram acrescidos a um sistema em que a burocracia era exigida para manutenção da ordem social. Questionamentos sobre os princípios legais, e, por vezes, morais, tomavam conta do debate e do discurso de homens que cuidavam da administração.<sup>27</sup>

Se adotarmos a concepção de Uricoechea,<sup>28</sup> também absorvida por Tramontini, não chegaremos ao confronto entre organizações diferentes, como por vezes é reiterado por

---

<sup>26</sup> HUNSCHE, op. cit., 1979, p. 14.

<sup>27</sup> Sobre a Lei de Terras e seus desdobramentos em áreas coloniais, ver, especialmente: CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese – Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.

<sup>28</sup> URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978.

parcela da historiografia (Tramontini cita, por exemplo, Seyferth<sup>29</sup>), entre o “tradicional” e o “moderno”, ou o “racional” e o “irracional”, ou ainda o “novo” e o “velho”.

Não só as indefinições sobre a posse da terra, mas também as manifestações sobre a cidadania e a propriedade por parte de pobres livres e estrangeiros interessa-nos nesta tentativa de *análise crítica do cotidiano local*, na busca por resultados que tragam alguma inovação acerca da dinâmica do processo de ocupação da Vila e da Cidade de São Leopoldo.

Ambiguidades como estas marcaram a experiência de colonização desde os primeiros anos. Se as questões de terras tomaram maior resguardo legal com a Lei de Terras, as de cidadania tomariam maior relevo na sociedade principalmente com a maioria dos filhos dos imigrantes *pioneiros*, já nascidos no Brasil, que chegaram nas primeiras levas ainda durante o Primeiro Império, e com a Lei de Naturalização.

Se o período de improviso pode ser considerado até a elevação de São Leopoldo de Capela Curada a Vila, em 1846, formado por reivindicações dos colonos, dificuldades dos governantes com fornecimento dos subsídios, problemas de adaptação dos alemães ou a presença de considerados “maus colonos”,<sup>30</sup> focaremos especialmente nos anos posteriores à instalação da Câmara Municipal, à reorganização da Guarda Nacional e ao estabelecimento de novas pessoas advindas dos territórios alemães. São estes fatos que marcam o início do recorte temporal de nossa dissertação.

Fazendo uma analogia com os recursos fotográficos, podemos afirmar que viajantes como Avé-Lallemant e Arsène Isabelle ajustavam suas lentes e seus equipamentos em busca de uma imagem panorâmica: uma grande foto horizontal, que contempla um pouco de cada cenário que visitaram e registraram em seus livros de anotações. Depois de alguns ajustes de iluminação e de focalização em aspectos por eles considerados relevantes, a panorâmica é revelada, hiperdimensionando alguns objetos e inferiorizando outros.

Autores, como os já aqui citados, Ernesto Pellanda, Leopoldo Petry e Aurélio Porto, por exemplo, ajustaram suas lentes ao macro. Focalizaram as administrações, os grandes vultos, os vereadores, deputados e diretores. Trazem em sua fotografia o retrato do imigrante com seus objetos de trabalho na pequena propriedade, destacando em segundo plano a produção, seja ela agrícola (de batatas, feijão ou mandioca) ou artesanal (jóias, couros, móveis e selas).

---

<sup>29</sup> SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994, p. 11-27.

<sup>30</sup> Ver TRAMONTINI, op. cit., 2000, p. 115.

Janaína Amado<sup>31</sup> utilizou, provavelmente, a mesma máquina, as mesmas lentes, mas com outro foco. Produziu uma tese de doutorado que trouxe à tona razões econômico-sociais como causas do conflito Mucker, acontecido no interior de São Leopoldo.<sup>32</sup> A autora insiste na interpretação do episódio como resultado da luta de classes dentro de um modo de produção capitalista – e, com isso, desconsidera fatores culturais e religiosos importantes à interpretação do ocorrido. Mesmo assim, chama a atenção para o quadro da sociedade imigrante claramente contextualizado, mostrando mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, dentre as quais destaca o desenvolvimento da desigualdade social, o que é colocado no trabalho como motivação principal para o surgimento da revolta. O livro de Janaína Amado expressa seu tempo, representando pontos de vista e uma perspectiva teórico-metodológica consolidada.

Nesta dissertação, ademais, optamos por uma outra perspectiva. Se reduzirmos a escala, ajustando as lentes para fazer transparecer o micro, podemos acessar algumas questões e alguns aspectos antes considerados inacessíveis. Se um fio de linha que passa por uma agulha antes era considerado algo dado, concebido e imutável, colocando estes objetos diante de nosso microscópio, veremos as irregularidades e as texturas da agulha, o fio formado por uma enorme quantidade de pequenos filetes de algodão retorcido; algo estranho e inquietante, quando tudo parece tão frágil e desorganizado. Quando, no entanto, essa fragilidade e essa desorganização não nos ajudarem como esperávamos, recorreremos, finalmente, ao *mezzo*.

O paradigma da análise histórica baseada especialmente no método indutivo a partir dos atores sociais revela-se, ultimamente, algo profícuo. Não partindo de categorias sociais preestabelecidas, mas sim da observação de relações entre os indivíduos, que constroem suas redes e configurações, esta proposta tem como papel decisivo a análise relacional. Adotando, assim, uma forma equilibrada das dimensões da realidade social, repensa a relação entre atores e estruturas sociais ou sistêmicas, ou formas de organização social, ou cultural, ou

---

<sup>31</sup>AMADO, Janaína. *A revolta dos mucker*. Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

<sup>32</sup> O movimento Mucker desenvolveu-se junto ao Morro Ferrabraz (hoje Sapiranga/RS). Seu epílogo foi violento, semelhante ao acontecido em Canudos e no Contestado. De cunho religioso, seus partícipes eram tanto evangélico-luteranos quanto católicos. Os devotos reuniam-se em torno da pessoa de Jacobina Mentz Maurer, que, no decorrer dos anos, comungaram da convicção de que sua líder se comunicava com Deus, além de poder interpretar a Bíblia. Discriminados pela população, foram perseguidos pelas autoridades religiosas e civis e por lideranças econômicas. Legitimadas por expressivo número de simpatizantes, entre setecentas e mil pessoas (a colônia alemã tinha uma população total de cerca de 14 mil pessoas), as práticas dos Maurer foram marcadas como avessas à Ilustração e aos progressos da ciência. Sua líder, figura feminina de Jacobina Maurer, para o Brasil do século XIX, em que a condição da mulher ainda está atrelada à submissão ao homem, é tida como revolucionária.

normativas, por exemplo. Damos assim, portanto, como a pesquisadora Mafalda Soares da Cunha,

atenção para a importância do conhecimento da distribuição de poder e da influência dentro das redes, sublinhando que os diversos tipos de conflito e/ou negociação que se geram no seu interior detêm importância explicativa no sucesso ou no fracasso da capacidade de mobilização e correlativo êxito ou insucesso de sobrevivência de certos grupos de pressão ou movimentos sociais.<sup>33</sup>

O retorno do sujeito, ademais, trouxe à tona interações de atores sociais quaisquer em contextos de modificação. Giovanni Levi estudou, neste âmbito, a *transição* do feudalismo para o capitalismo, partindo de um sujeito e de uma aldeia, de fatos aparentemente banais e antes considerados sem qualquer importância para o estudo da história geral.<sup>34</sup> Imízcoz destaca que se trata de “partir de los hombres y mujeres como protagonistas de su historia para descubrir cómo, en sus experiencias e dinámicas, se relacionan las diferentes dimensiones de la realidad”.<sup>35</sup>

Muito interessante para esta pesquisa é a afirmação de Marc Bloch:

el homo religiosus, el homo oeconomicus, el homo politicus, toda esa retahíla de hombres en us, de la que se podría alargar la lista hasta el infinito, son cómodos fantasmas, y el peligro sería grave si los tomáramos por otra cosa. El único ser de carne y hueso es el hombre, sin más, que lo reúne a la vez todo.<sup>36</sup>

O *mezzo*, finalmente, contempla a análise de redes sociais que se situa em um nível que permite articular estudos de ação e conduta de indivíduos ou grupos de indivíduos (nível micro) com as estruturas organizacionais e os sistemas normativos (nível macro). Assim, isto parece “especialmente operativo para analizar [...] las configuraciones reales de los actores sociales, sus dinámicas colectivas y de qué modo en estas dinámicas se produce el cambio”.<sup>37</sup>

Se “toda história é social”, busca-se uma alternativa para as análises de cunho generalizante (“todo imigrante é apolítico”, por exemplo), que não imponha ao passado uma ordem automática e automatizada. A aproximação ao objeto se dá de maneira microscópica, tentando revelar aspectos antes impossíveis de detectar, se pensarmos em aspectos de estrutura. Compactuamos com Levi, principalmente com a “renúncia [...] às leituras

---

<sup>33</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 121.

<sup>34</sup> LEVI, G. *op. cit.*, 2000.

<sup>35</sup> IMÍZCOZ, José María. *Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global*. In: *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*. Porto, III Série, v. 5, 2004, p. 118.

<sup>36</sup> BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. México: FCE, 1952, p. 117-118.

<sup>37</sup> IMÍZCOZ, *op. cit.*, 2004, p. 126.

esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades”.<sup>38</sup> Voltemos, agora, ao nosso objetivo.

## 2.2 A vida em “um importante e populoso município”<sup>39</sup>

A lei provincial número quatro, de 1º de abril de 1846, elevou a Capela Curada de São Leopoldo à condição de Vila, mantendo a mesma denominação. Foi decretada a necessidade da construção das Casas da Câmara e da Cadeia da Vila, “às custas dos habitantes do município”.<sup>40</sup> Os vereadores que assinaram a primeira ata foram (o presidente) Major Manoel Bento Alves, Francisco José de Souza, André Miguel dos Santos, Manoel Francisco Ramos, Ignácio Antônio de Moraes, Thiago de Pina Cabral e Alexandre Coelho Fragozo.<sup>41</sup>

Desmembrava-se do território de Porto Alegre e criava-se um espaço diferente de poder, fato que certamente causou alvoroço na localidade. O povoado deixava de estar submisso política e administrativamente à capital da província e as elites locais se rearticulavam para conquistar e manter novos espaços de mando, como o legislativo local e os postos na Guarda Nacional. No mesmo ano da elevação, dividiu-se São Leopoldo em três distritos: São Leopoldo, Pinhal e Santana. O código de posturas, no entanto, foi apenas elaborado pela Câmara e aprovado pelo presidente da província em 1848.

Mas o que, afinal, isso significava? Comissoli aponta fatores para elevação à vila da Porto Alegre do século XVIII, dentre os quais destaco aqueles econômicos, o panorama político de então, a posição estratégica da localidade e, finalmente, a condição portuária.<sup>42</sup> É importante destacar ainda o que traz Marx, que afirma que esse processo se devia,

<sup>38</sup> LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 11.

<sup>39</sup> AN, Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1850 (1850/1856) – Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício reservado nº. 9, Porto Alegre, 26 de junho de 1850.

<sup>40</sup> Ver PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo*. Berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul. Monografia. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo e Oficinas Gráficas Rotermund, 1964, p. 60.

<sup>41</sup> “Villa”: trata-se de povoação superior a Aldeia, mas inferior a Cidade. Ou ainda, “povoação aberta, ou cercada. [...] Tem juiz, & Senado da Camera”. Márcia Miranda informa que é “território sobre o qual era exercida a jurisdição civil e judiciária de suas respectivas câmaras. Ver, respectivamente: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz*. Na Typografia de Silva, 1832; BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architetonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, p. 489; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 252; por fim, MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: ALRS/MPRS/CORAG, 2000, p. 47.

<sup>42</sup> COMISSOLI, Adriano. “Os homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1867-1808). Porto Alegre: CMPOA, 2008, p. 43.

fundamentalmente, pelo crescimento populacional, econômico e em número de edificações de quaisquer localidades.<sup>43</sup> Carina Martiny faz análise semelhante, utilizando desses dois pressupostos, para criação da Vila de São Sebastião do Caí, em 1875, que se desmembrou de São Leopoldo. A historiadora destaca que este momento seria “em que tais indivíduos [da elite], suas famílias, clientela e grupos políticos aos quais pertenciam, passassem a requerer maior poder de mando local”.<sup>44</sup>

Para a população local, seja ela parte da elite econômica ou não, o fato mudou as nuances das relações sociais. Pessoas próximas a elas agora pertenciam ao *corpus* da Câmara Municipal, cuja alçada seria maior ainda se participassem da Guarda Nacional, do Juizado de Paz, da Delegacia de Polícia e outras instâncias burocráticas do oitocentos brasileiro. Um *locus* de atuação das lideranças locais havia sido criado e pode ser considerado “espaço privilegiado de negociação e disputa política entre as elites locais”.<sup>45</sup>

Ainda em 1846, foi decretada a Lei de Naturalização, sob o número 347, de 3 de setembro. A partir de então, passavam a ser reconhecidos como cidadãos do Brasil naturalizados os estrangeiros estabelecidos em São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres. No entanto, deveriam os interessados dirigir-se à Câmara Municipal para assinar termo bastante. A lei deveria ser traduzida para o alemão e afixada em diferentes lugares do município. Sujeitos como Júlio Henrique Knorr, João Pedro Schmidt, Jacob Fetter, Hubert de Schlabrendorff, Augusto Rodolfo, João Daniel Hillebrand, Pedro Prass e Fernando Kersting solicitaram suas naturalizações nos anos de 1846 e subsequentes.<sup>46</sup> A naturalização de estrangeiros tornava-os votantes e elegíveis a cargos da municipalidade. Também permitia que eles tomassem vagas no alto oficialato da Guarda Nacional e no incipiente aparato burocrático local.<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel e EDUSP, 1991, p. 52.

<sup>44</sup> MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2010, p. 52.

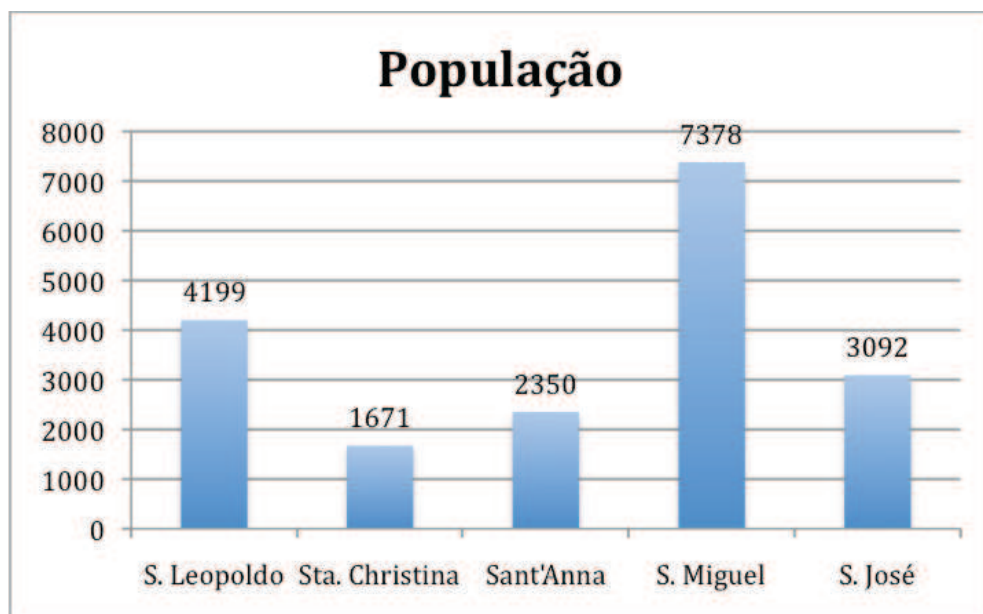
<sup>45</sup> MUAZE, Mariana de A. F. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2006, p. 133.

<sup>46</sup> MHVSL. Fundo CMSL. Série Conselho de Vereadores. Representações populares e naturalizações. Pedidos de naturalização de: Humberto Carlos Antonio Ludovigo - Barão de Schlabrendorff (23.11.1846), Júlio Henrique Knorr (23.11.1846), Pedro Francisco Affonso Mabilde (03.03.1848), Christiano Fischer (11.03.1848), Alexandre Herzog (11.03.1848) e seguintes. Documentos 01 a 47. Caixa 03.

<sup>47</sup> René Gertz afirma que a ausência de vereadores alemães até 1849 se deve ao fato de que eventuais brasileiros (nascidos no território nacional) de origem alemã tinham 22 anos de idade, no máximo: de julho de 1824 a julho de 1846. Estrangeiros naturalizados poderiam ser vereadores, já que o regulamento de 3 de setembro de 1846

Em crescente populacional, o município estabelecia-se como um pólo exportador de quantidades significativas de excedente produtivo, escoando sua produção para Porto Alegre, utilizando, para tanto, um sistema que tinha pelo menos um intermediário, o *vendeiro* ou *negociante*. Dividia-se administrativamente em cinco freguesias: Invocação de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo (termo da vila), Santa Anna do Rio dos Sinos, São José do Hortêncio, São Miguel na Picada dos Dois Irmãos e Santa Christina do Pinhal. A partir de 1864, ainda encontramos a Freguesia de Bom Jardim, que foi criada em território anteriormente pertencente a São Miguel, como se percebe pelos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – População da Vila de São Leopoldo dividida em Paróquias (1858 – números absolutos)



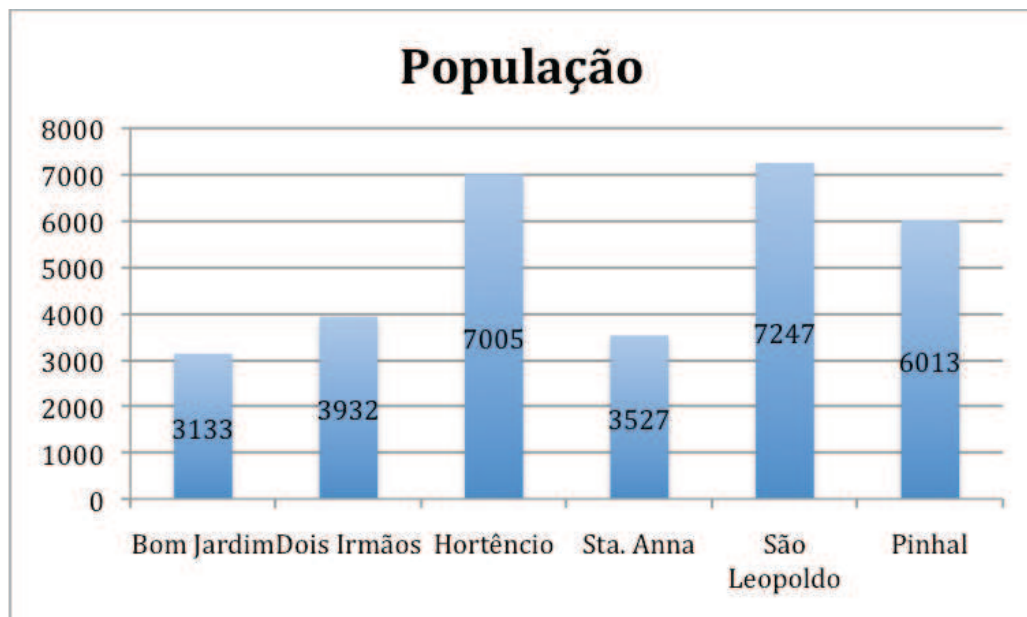
Fonte: AHRS. Fundo Autoridades Municipais. Câmara Municipal de São Leopoldo. Maço 259. Ofício de 14 de dezembro de 1858.

---

permitia (a Constituição de 1824 não proibia não-católicos de exercerem a vereança local). Ver: GERTZ, René E. A Câmara Municipal de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: SILVA, Haike R. K. da; HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara na história: 160 anos da Câmara Municipal de São Leopoldo*. São Leopoldo: Oikos, 2006.



Gráfico 2 – População da Cidade de São Leopoldo dividida em Paróquias (1872 – números absolutos)



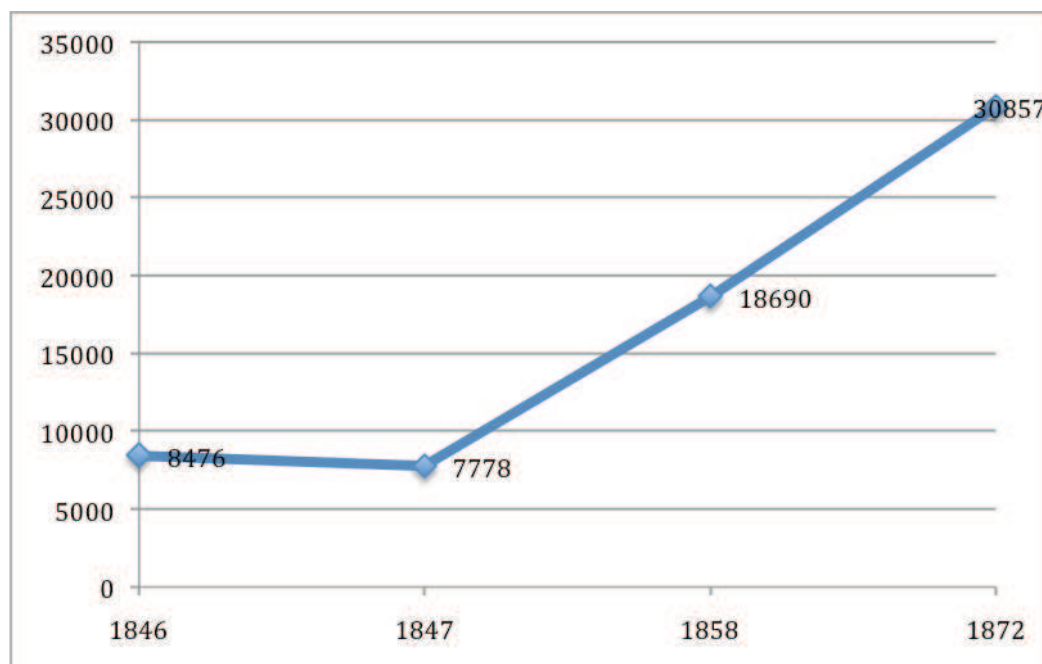
Fonte: Dados estatísticos compilados pela FEE.<sup>48</sup>

Igualmente, há um aumento significativo na população de São Leopoldo, o que corresponde tanto aos fatores naturais quanto à chegada de novos imigrantes, de deslocamento de famílias e avulsos dentro da província, que moviam-se em busca de oportunidades ou outros fatores determinantes e, ainda, a vinda de, principalmente, homens de outras províncias e países, sem participar de um projeto colonizador, como é o caso de Francisco Ferreira Bastos (casado, procurador e secretário da Câmara Municipal, tenente da Guarda Nacional, natural da Bahia e residente no primeiro distrito desde 1849), de Inocêncio Alves de Camargo Canivete (solteiro, ourives, natural da província de São Paulo), de Joaquim José Ferreira Villaça (casado, secretário da Câmara Municipal, tenente da Guarda Nacional, natural da província do Rio de Janeiro) e de João Lambert Sammel (casado, barbeiro, natural da Guiana Holandesa).<sup>49</sup>

<sup>48</sup> DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. Cópia digitalizada disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes>.

<sup>49</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo. N2946, M58, E74. 1860. Sumário de culpa ex-officio por motivo das pancadas que sofreu o Tenente Francisco Ferreira Bastos.

Gráfico 3 – Crescimento populacional de São Leopoldo (números absolutos)



Fonte: Dados estatísticos compilados pela FEE.<sup>50</sup>

A maioria da população estava ocupada em suas lavouras. No entanto, ainda temos um grande número de trabalhadores domésticos, profissões manuais e artesanais e assalariados. Percebemos um pequeno número de moradores ocupados em suas indústrias e comércios, poucos profissionais liberais e uma absoluta minoria de religiosos. À mesma conclusão chega Janaína Amado, quando afirma que

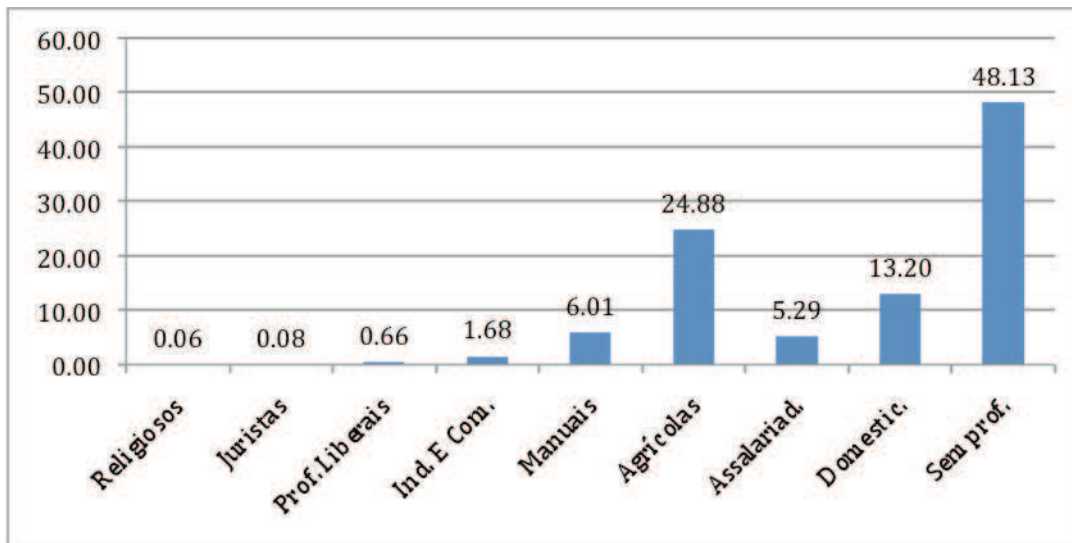
muitos membros destas famílias empobrecidas abandonaram a área rural para se tornarem empregados de casas comerciais ou artesanais da vila [...]. Alguns continuaram agricultores, mudando-se para fora do município, enquanto outros se fixaram nos centros urbanos (principalmente para Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas)<sup>51</sup>, para se dedicarem ao artesanato.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul, op. cit.

<sup>51</sup> Destacamos aqui, igualmente, a migração interna para a região de Rio Pardo, em especial para a colônia particular de Rincão del Rey, sob iniciativa do Dr. Israel Rodrigues Barcellos.

<sup>52</sup> AMADO, op. cit, 2002, p. 82.

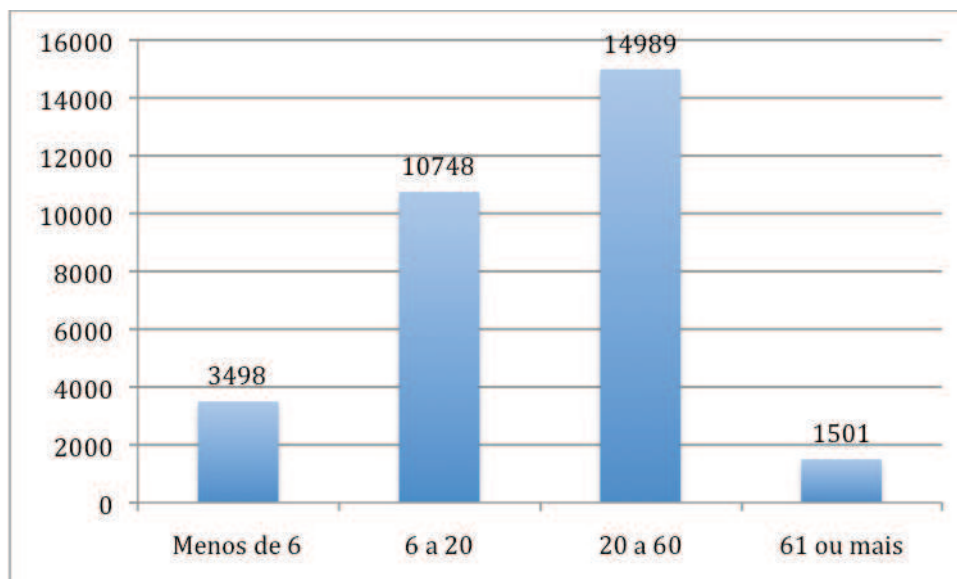
Gráfico 4 – Ocupações da população (1872 – %)



Fonte: Dados estatísticos compilados pela FEE.<sup>53</sup>

O alto índice de pessoas sem profissão provém, no entanto, da população que não trabalhava formalmente (como crianças, por exemplo), que compunham 46,35% do total. O gráfico 5 divide o total em faixas etárias, respaldando nosso argumento.

Gráfico 5 – População de São Leopoldo – divisão por faixas etárias (1872 – números absolutos)



Fonte: Dados estatísticos compilados pela FEE.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul, op. cit.

<sup>54</sup> DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul, op. cit.

Para a historiadora Janaína Amado, graças à Revolução Farroupilha e à reorganização da província, São Leopoldo ligava-se a Porto Alegre por meio de vínculos comerciais que surgiram nos anos de batalha. Desde 1852, por exemplo, o Rio dos Sinos contava com vapores em suas margens, à espera de mercadorias a serem transportadas por via fluvial. Estradas foram melhoradas e as carretas já chegavam ao número de trezentas em 1859, trafegando entre o núcleo central e as picadas mais distantes. Segundo ela, a

melhoria do sistema de comunicações, a emancipação política da colônia, a chegada de mais imigrantes e o crescimento da colonização – reflexo do interesse econômico da província pela área alemã, a partir de 1845 – aceleraram ainda mais o processo de expansão de São Leopoldo e sua integração à economia de mercado.<sup>55</sup>

Após os arrancos da guerra civil Farroupilha (1835-1845), a paisagem da região colonial de São Leopoldo observada durante os primeiros anos da década de 1830 pelo viajante Arsène Isabelle, rapidamente ganharia novos contornos, o que foi observado pelo alemão Robert Avé-Lallemant, em 1856. Entre o fim da guerra e o decurso da década de 1850, sua população aumentou cerca de 75%.<sup>56</sup> As transações mercantis e comerciais observadas por aquele viajante francês ganharam expressividade e os estabelecimentos comerciais e oficinas manuais, que impressionaram o médico alemão, triplicaram. O incipiente trânsito de mercadorias também ganhou expressividade, o que acabou concorrendo para a formação de uma rota comercial fortemente alicerçada pelo comércio de produção de gêneros agrícolas e artesanais na localidade. Em outras palavras, sua economia passou a ganhar cada vez mais espaço no comércio exportador rio-grandense, chegando a representar um aumento de 151,21%<sup>57</sup> naquele espaço de tempo, o que também contribuiu para que muitos comerciantes de origem alemã passassem, gradativamente, a ampliar suas redes e campos de negócios na região, inclusive contando com outros negociantes de mesma origem estabelecidos na capital da província.<sup>58</sup>

No entanto, o ritmo acelerado do desenvolvimento trouxe consigo rápidas mudanças nas formas como aqueles sujeitos passaram a se relacionar entre si. Poderíamos mesmo dizer

---

<sup>55</sup> AMADO, op. cit., 2002, p. 78-79.

<sup>56</sup> Em 1845, a população de São Leopoldo foi estimada em 5.393 indivíduos, estimativa que em 1857 se aproximaria dos 12.500 indivíduos. Devemos observar que os dados se referem apenas à população alemã e teuto-brasileira da localidade. Para maiores informações, ver: AMADO, op. cit., 2002, tabela 1.3.

<sup>57</sup> Em 1845, o valor total dos produtos exportados de São Leopoldo representou trezentos e vinte sete contos, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro réis (327:538\$440). Em 1857, os gêneros exportados representaram um montante total de oitocentos e vinte e dois contos, oitocentos e trinta e sete mil réis (822:837\$000). AMADO, op. cit., 2002, tabela 1.4.

<sup>58</sup> Sobre os negociantes de origem alemã estabelecidos em Porto Alegre, assim como sobre seus campos de atuação, ver: GANS, Magda. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

que as tensões sociais tornaram-se mais sensíveis, os conflitos amadureceram e seus desdobramentos ganharam maior relevo naquela sociedade, sobretudo, os de ordem política, pois, se para alguns o acesso de parentes, amigos ou patrões a instituições como a Câmara Municipal ou a Guarda Nacional representava uma forma de sobrevivência, para outros, sua atuação engendrava-se a um intrincado jogo de disputas em torno da ampliação de fortunas e da capacidade de alguns homens influírem sobre a vida de muitos daqueles novos colonos, que chegavam a partir de 1846, ou dos descendentes dos antigos.

A participação de especuladores de terras é destacada tanto por Amado quanto por Tramontini, especialmente durante o período posterior à Lei de Terras. Tratava-se de comerciantes que adquiriram terras devolutas do Governo Imperial e, “depois as loteavam e vendiam por elevadas quantias, lucrando até 600% em cada transação”.<sup>59</sup> Podemos inferir que o contingente que foi prejudicado, ficando aquém da obtenção de um lote de terras, tornou-se parte do que designamos como “sem profissão”, “assalariados” e “trabalhadores domésticos”, no gráfico 4.

Essas disputas por terras, as confusas demarcações, a compra, a venda e o loteamento, tiveram reflexo no campo jurídico da localidade. Processos que envolvem questões como essas abundam nos índices do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e alguns originais se encontram resguardados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.<sup>60</sup>

Fato é que alguns destes litígios chegaram a envolver pessoas ligadas à administração do município, solapando a participação apenas de especuladores profissionais e de colonos pioneiros ou recém-chegados. Referimo-nos aqui especialmente a dois processos que envolvem João Daniel Hillebrand, então Diretor Geral das Colônias da província.

Hillebrand acessou o Juízo da Vila Municipal de São Leopoldo em 1853, para dar queixa contra João Martinho Halbappe, pelo crime de calúnia “que acaba de cometer atribuindo ao Suppte. o crime de estelionato”. A acusação de Halbappe em público dava-se pelo epíteto de “ladrão” conferido ao Diretor Geral, ocorrida em 25 de março, em vozes inteligíveis e claras, diante de diversas pessoas. Nas palavras proferidas por Halbappe, figurava o então amanuense<sup>61</sup> da diretoria Huberto de Schlabrendorff, que teria, supostamente,

---

<sup>59</sup> AMADO, op. cit., 2002, p. 80.

<sup>60</sup> Ver COSTA, Miguel A. S. da.; MUGGE, Miquéias H. Tecendo alianças, transacionando interesses: disputas fundiárias na antiga Fazenda do Padre Eterno – São Leopoldo (1851-1864). In: CARVALHO, E. M. de; COSTA, M. A. S. da; DREHER, M. N. *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul/RS: EdUNISC, 2009.

<sup>61</sup> “Quem escreve o que o outro dita”. SILVA, Antonio de Moraes. op. cit., 1813, vol. 1, p. 115.

distribuído títulos de terras falsos, sob a firma do engenheiro para tanto destinado pela presidência da província, João Martinho Buff.

O doutor João Daniel considerava que tal atitude fora empregada para prejudicar sua reputação, já que ocupava “vários empregos eminentes da sociedade”, o que também reverberava sobre a honra de Schlabrendorff, “de quem não menos demonstrações tem recebido do subido apreço em que tem suas qualidades, pelas funções políticas a que tem sido elevado por sufrágios nas Eleições”.<sup>62</sup> Indicava como testemunhas de acusação Nicolau Stumpf, Jorge Eggers, Guilherme Petersen, Henrique Bastian, João Bastian e Pedro Roth.

João Martinho Halbappe, por sua vez, era natural de Hamburgo, “hoje súdito brasileiro”, casado, morador no termo da Vila e comerciante.<sup>63</sup> Transitava entre as casas de negócio da localidade, dentre as quais a de Nicolau Stumpf, testemunha ouvida no processo. Ali, num *locus* privilegiado,<sup>64</sup> falava abertamente contra Huberto de Schlabrendorff, acusando-o de receber dinheiro dos colonos, ludibriando-os com títulos de terras falsos. Os ditos dois contos de réis recebidos seriam divididos com o Coronel Hillebrand, cúmplice da atuação ilegal. Ao ser ouvido, o negociante Stumpf afirmou que a resposta do acusado “se referia a muitos fatos que contavam contra Huberto de Schlabrendorff, como a colônia inteira está ao fato de tudo”.<sup>65</sup>

No instrumento de defesa de Halbappe, fica clara a cisão entre as autoridades locais em pelo menos dois grupos, um deles liderado por Hillebrand, do qual Schlabrendorff fazia parte, contando com proteções e auxílios. Ele indicava que Stumpf era íntimo amigo do queixoso e de seu amanuense, “o que se vê pela proteção que lhe dão”. Revelando laços de dependência, afirma que “o dito amanuense [é] uma pessoa que por dolo e malícia nada possui em seu nome, mas sim em nome de outros”, e que “o queixoso [...] necessita por empréstimos e suprimentos, e [necessita] de [sic] servir como Médico na dita Casa do Stumpf”. Quanto aos empregos que Hillebrand ocupava, Halbappe tinha uma opinião muito

---

<sup>62</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo. N2910, M57, E74. 1853. Queixa do Coronel João Daniel Hillebrand contra João Martinho Halbappe. Petição primeira.

<sup>63</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo. N2910, M57, E74. 1853. Queixa do Coronel João Daniel Hillebrand contra João Martinho Halbappe. Qualificação do acusado.

<sup>64</sup> Ver WITT, Marcos A. op. cit., 2008. Especialmente o capítulo 5: *Locus colonial privilegiado: a venda*, em que o historiador considera as casas de negócios, ou *vendas*, como peças-chave para o desenvolvimento das regiões coloniais. Um lugar de negociação, seja ela monetária ou política. Para ele, em nenhum momento elas ficavam reduzidas à sua função inerente. Percebe-se amplas redes de pequeno comércio que envolviam São Leopoldo e Porto Alegre, extrapolando a microrregião em que estava inserida.

<sup>65</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo. N2910, M57, E74. 1853. Queixa do Coronel João Daniel Hillebrand contra João Martinho Halbappe. Depoimento da testemunha Nicolau Stumpf.

clara: “[ele] faz com que não o desgostem, temendo que sempre ele estará com os mandos, e que facilmente encontraria meios de perseguir aos que o desagradassem”. Elencando diversas atuações ilegais de Schlabrendorff, o comerciante João Martinho tentava defender-se da acusação proferida contra ele. Para que fossem respaldados os argumentos do acusado, indicava como testemunhas João Coelho Barreto, João da Silva Paranhos, Manoel dos Reis Nunes e Israel Baptista Orsy.

No entanto, os autos são conclusos antes de considerar procedente ou não a queixa, em 18 de junho de 1853. “Razões ponderosas obrigam-me a dar e como dou-me de suspeito no presente processo. O escrivão faça conclusos estes autos ao segundo suplente do Juízo Municipal, visto ser o primeiro autor e como tal interessado na causa pendente”, escrevia Marques Bacalhau.

O litígio entre Hillebrand e Halbappe, no entanto, terminou por originar outro, cujo sumário de denúncia se dá pela justiça (por seu promotor) contra Huberto de Schlabrendorff (réu). Antonio José de Moraes Nunes, o promotor, denunciava Schlabrendorff, respaldado pelas informações de Halbappe no processo de 1853. Os fatos agora estão mais claros: o amanuense teria distribuído 54 títulos falsos, nos quais a firma do engenheiro provincial foi supostamente falsificada pelo réu.<sup>66</sup>

Promoveu-se, então, uma “cotização de 1:200\$000 réis”, dos quais 900\$000 estavam em poder de João Pedro Schmidt, morador na Costa da Serra, a ser entregue para João Bento Alves. Os títulos, então, foram entregues “a um alemão Altenhoff, morador na Picada dos Dois Irmãos”, para que fossem distribuídos.

Inclusos nos autos do sumário, encontram-se documentos que revelam outras atuações suspeitas de Schlabrendorff: um ofício que serviu de base para um processo crime contra o Guarda Nacional Henrique Hoffmeister, supostamente assinado pelo Capitão Christiano Fischer, endereçado ao Tenente Coronel Julio Henrique Knorr, comandante de batalhão, mas que continha a letra do réu; e um documento que o próprio réu contradiz e desmente um depoimento dado sob juramento diante do juiz, no mesmo processo de Hoffmeister.

---

<sup>66</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo. N2912, M57, E74. 1859. Sumário de denúncia: a Justiça (por seu promotor) contra Huberto de Schlabrendorff.

Uma das testemunhas-chave do processo é justamente Knorr, que afirmava que sabia por ver e conhecer que os títulos distribuídos eram, de fato, falsos, mas que ignorava o recebimento do dinheiro em troca daqueles papéis. A defesa de Schlabrendorff, no entanto, contestou a testemunha, já que era ela “suspeita por ser seu inimigo capital e íntimo amigo ou sócio de Martinho Halbappe”.

Reunindo parte da burocracia local, o processo também contou com a testemunha Joaquim José de Oliveira, “Collector desta Villa”, que disse ter “íntima amizade ao acusado, o que era público”. Além deste, outras treze pessoas foram ouvidas. Depois, ainda solicitou-se que fossem colhidos os depoimentos de José Bento Alves, Israel Baptista Orsy e Francisco Ferreira Bastos.

Os autos foram enviados, então, para o segundo suplente de Juiz Municipal, já que o primeiro suplente (Hillebrand) era suspeito para julgar, ficando eles a cargo de Ignácio José de Alencastro. Este último, no entanto, “achando-se doente”, determinou que os autos deveriam ser conclusos “a quem competir”: o terceiro suplente, José Correia Ferreira da Silva.

Ferreira da Silva determinou que eram quatro as acusações: 1. do crime de falsificação da assinatura; 2. de ter empregado meios fraudulentos para haver dos colonos a quantia de 1:200\$000; 3. de falsificar a firma do Capitão Christiano Fischer, em participação oficial deste dirigida ao Ten. Cel. Comandante do Batalhão de Guardas Nacionais Julio Henrique Knorr; 4. de ter cometido o crime de perjúrio em um processo-crime arbitrado contra Henrique Hoffmeister. Todas estas foram consideradas infundadas, por não existirem provas nem indícios para a denúncia, de acordo com o juiz. O sumário, portanto, foi considerado improcedente, após vários “notáveis” locais se furtarem a julgar o caso.

É claro que os finais dos processos são indícios de solidariedades e conflitos, de laços ativados durante um extenso intervalo de tempo, que envolvia grande parte da elite econômica e política de São Leopoldo, de uma vila recém-emancipada, mas que apresentava uma organização social já consolidada. O povo miúdo, por exemplo, é aquele que foi supostamente ludibriado, mas que termina por afirmar que tudo o que Schlabrendorff fez foi dentro da lei, o que se tornou peça fundamental no julgamento do terceiro suplente de juiz.

Serve para trazer à luz um sistema de relações onde cada nó, de cada laço, necessitava de estratégias para que pudessem ter um resultado esperado para seus desejos. Aparece, então, um quadro de solidariedades e conflitos explícitos socialmente, “como é público e notório”, cujo conteúdo denota alianças, traições e inimizades. Esses sentimentos eram levados e



reproduzidos tanto através de laços densos, como parentes diretos ou consanguíneos, quanto aqueles considerados mais débeis, como protegidos, apaniguados ou clientes. Nesse sentido, concordamos com Levi, quando este destaca que “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”.<sup>67</sup>

Neste âmbito, ultrapassamos o conceito de política como aquele somente pertencente ao campo partidário, da disputa entre partidos com diretrizes claras e objetivas. Nosso foco não foi este, igualmente. Temos conhecimento, por ora, que Hillebrand e seus amigos eram conservadores. Que deste grupo também fazia parte Francisco Ferreira Bastos. Nicolau Stumpf, no entanto, era liberal, o mesmo que defendia Schlabrendorff e Hillebrand no primeiro processo que aqui trouxemos à luz da análise historiográfica.

A utilização da distensão do conceito de política, permite-nos perceber, ainda em 1853, uma intensa mobilização do grupo considerado “alemão” pela historiografia que dele se ocupou, participando de instâncias políticas, com tentativas de tornar seu grupo mais legitimado que o outro e, ainda, conquistar a confiança de novos colonos e de descendentes dos antigos como representantes de seus interesses junto ao governo brasileiro. Isto vai ao encontro com o que Levi concluiu no início de seu trabalho: a comunidade camponesa não pode ser descrita através “de uma imagem idílica de uma sociedade solidária e sem conflitos”.<sup>68</sup> Nesse sentido, Tramontini informa que

As disputas pela liderança das ‘comunidades’ se reforçam aqui como disputas verdadeiramente políticas [...]. Integram as disputas pelo poder local com a discussão política provincial. Portanto, ficam invalidadas as interpretações que supervalorizam o localismo, a política no interior das picadas como única ou maior força na determinação da vida colonial. A organização dos colonos [...] se articula com a disputa política de lideranças na zona colonial, e, por sua vez, com a discussão política brasileira.<sup>69</sup>

A mobilização faccional de pessoas que tinham reconhecimento “elevado por sufrágios nas Eleições”, aproveitava-se do contexto caótico em que se encontrava a demarcação de terras após a chegada de um grande número de colonos ao território leopoldense. Livres pobres, sem a condição de cidadãos do Império, eram cooptados para que se naturalizassem, encontrassem terras livres onde poderiam levar a cabo alguma produção e, finalmente,

---

<sup>67</sup> LEVI, op. cit., 2000, p. 45.

<sup>68</sup> LEVI, op. cit., 2000, p. 43.

<sup>69</sup> TRAMONTINI, op. cit., 2000, p. 311.

pudessem exercer sua mais baixa cidadania política, participando dos sufrágios para a Câmara Municipal.<sup>70</sup>

### 2.3 Espaços de atuação política I: “Um triste areópago”:<sup>71</sup> a Câmara Municipal de São Leopoldo

Era 25 de maio de 1852. Os senhores João Álvares Ferraz d’Elly, Julio Henrique Knorr, Patrício de Azambuja Cidade, Israel Baptista Orsy, Jacintho José Silveira e Luis Fernandes da Cunha, que ocupavam as cadeiras da vereança da Vila de São Leopoldo, encaminhavam à presidência da província uma extensa missiva, com a intenção de alertar a autoridade máxima do Rio Grande do Sul que os negócios marchavam tortuosamente em seu município. Indicavam que existiam “três ou quatro indivíduos”, conhecidos publicamente, que tratavam de “conservar e aumentar” um estado de coisas lamentável. Eram estes homens “coriféus da desunião”, que tratavam de polarizar as forças políticas do município em duas facções etnicamente distintas, “brasileiro e alemão [sic]”. Ao informar que tipo de fatos se sucederam, cita-se a desorganização da Guarda Nacional, diante da resistência dos brasileiros de origem alemã, que apedrejavam e insultavam oficiais, resistiam com armas, “como pouco [sic] aconteceu com o Tenente Tatsch”.<sup>72</sup>

No mais, são trazidos à luz na correspondência sintomas de resistência explícita à participação dos colonos como cidadãos do Império brasileiro. A tabuleta das Armas Imperiais, por exemplo, no dia em que mandou a Câmara Municipal afixar editais que

---

<sup>70</sup> Exemplo disso é encontrado no conto de Wilhelm Rotermund, *Empresas disparatadas no Brasil*. O texto trata de tensões decorrentes da inserção política de imigrantes alemães no sistema eleitoral brasileiro. Não cabe aqui entrarmos em maiores detalhes acerca da narrativa de Rotermund. No entanto, destacamos o “olhar” do pastor protestante para as disputas de poder e para os acordos políticos realizados numa colônia fictícia, mas que, claramente, se parecia muito com São Leopoldo à época da sua chegada. Seus dois personagens principais, Michel e Sepp, um suábio e o outro bávaro, se veem confrontados com práticas de trocas de favores, que representavam relações de processos políticos que se desenvolviam em um contexto e uma época determinados, como, por exemplo, especulações fundiárias, projetos de estradas e disputa por clientelas.

<sup>71</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Direito da 1a. Vara da Leal Cidade de Porto Alegre. N3010, M59, E74. Responsabilidade. A justiça (autor) vs. Francisco Ferreira Bastos (réu). Ofício de Francisco Alves dos Santos. Areópago: trata-se de um antigo tribunal mais importante da justiça ateniense, mas que incluía em seu cerne também poderes administrativos e constitucionais. É considerado o principal corpo político de Atenas. A ocupação do areópago era restrita aos homens que tinham ocupado um alto cargo público e, por consequência, tinham legitimação pública de poderes. É interessante perceber que os participantes do areópago tinham atribuições militares em tempos de guerra. Também é preciso destacar que os membros eram aristocratas escolhidos no interior das famílias de Atenas, supostamente cidadãos de virtude. Parte daí, aparentemente, sua analogia com a maçonaria (que usava a denominação para as seções de assembleias de alguns graus, no Rito Escocês), de caráter elitista e corporativo. Ver: STARR, Chester. *The birth of atenian democracy: the assembly in the fifth century B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1990.

<sup>72</sup> Certamente aqui a missiva se refere ao caso ocorrido com Henrique Hoffmeister, duas vezes citado nesta dissertação.

continham artigos de posturas, foi “borrada de m...”, ocorrência em que o Delegado de Polícia não se pronunciou, nem “ao menos para salvar as aparências”.

Ademais, os vereadores expõem que devia-se dotar São Leopoldo de autoridades ilustradas, honradas e circunspectas, já que os colonos alemães e os já nascidos no Brasil estavam sob “influência malévola e perniciososa”, que tornava a colônia “uma Alemanha degenerada”.<sup>73</sup>

Aparentemente, o presidente da província, Luís Alves de Oliveira Bello,<sup>74</sup> encaminhou a missiva ao Ministro dos Negócios da Justiça José Idelfonso de Souza Ramos, com a finalidade de dar-se uma solução. Finalizando o encaminhamento, ele conclui que havia pessoas que cumpriam seus deveres sociais e eram devotados ao Brasil, afirmando que se tratava de situações que ultrapassavam comportamentos normais.<sup>75</sup>

Certamente, estes problemas locais foram utilizados como instrumentos de convencimento por parte da Câmara Municipal de São Leopoldo, junto ao governo provincial, atingindo indiretamente a Corte, com intuito de legitimar certo grupo que então tomava as cadeiras camarárias. O grupo imigrante recém-chegado (1846 e anos posteriores) e já estabelecido (1824 a 1830) era considerado um grupo homogêneo, organizado e causador de problemas, na tentativa de imobilizar o câmbio político que as futuras eleições, por exemplo, guardavam consigo.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> AHRS. Fundo Autoridades Municipais. Câmara Municipal de São Leopoldo. Maço 258. Ofício número 07, de 25 de maio de 1852.

<sup>74</sup> Luís Alves Leite de Oliveira Bello nasceu em Porto Alegre, no ano de 1817. Faleceu na Barra do Ribeiro, em 1865. Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo, graduando-se em 1841. Entre 15/10/1851 e 02/12/1852 e 01/07/1855 e 17/09/1855 foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Era um político conservador e foi eleito seis vezes para a Assembleia Geral. Ver os verbetes em: PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917 e FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Sobre a colônia de São Leopoldo, escreveu aos Deputados Provinciais ser esta “a mais florescente de todo o Império”. Destaca a produção agrícola e artesanal da localidade, achando-se “no estado mais satisfatório”. Relata as relações mercantis entre a capital da província e a colônia, cuja “empresa, [...] deve merecer a vossa atenção”. Sobre o projeto imigrantista, afirmou que “deve ser submetido a um sistema mais regular e mais adequado às circunstâncias”. Ver: Relatório do vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1852. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/881/index.html>

<sup>75</sup> AN. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1578. Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. 1852-1853. Ofício de Oliveira Bello, de 5 de junho de 1852.

<sup>76</sup> As eleições para a Câmara de 1852 (vereança de 1853 a 1856) tiveram como resultado: Presidente: Patrício de Azambuja Cidade. Vereadores: José Joaquim de Paula, João Nepomuceno das Chagas, Manoel Bento Alves dos Santos, João Álvares Ferraz d’Elly e Israel Baptista Orsi. Como suplentes, assumiram em 1853: Julio Henrique Knorr, Luiz Fernando da Cunha Júnior e João Coelho Barreto; em 1854: Nicolau Stumpf; em 1855: João Daniel Hillebrand e Afonso Mabilde. O câmbio faccional ocorreu na eleição seguinte, de 1856 (vereança de 1857 a 1860): Presidente: João Daniel Hillebrand (552 votos). Vereadores: José Corrêa Ferreira da Silva (479), Afonso Mabilde (394), Antônio José da Rocha Júnior (383), Nicolau Stumpf (381), Manoel Pereira da Silva Lima (344) e

Disputas como esta, portanto, derivavam da necessidade de conflitos por legitimação como autoridades máximas locais; como intermediários principais dos colonos (que supostamente estavam em um “estado de ignorância”), para que estes acessassem o aparato burocrático imperial. Certamente, atingiam diretamente ao médico alemão já muito reconhecido como autoridade imperial, do qual já tratamos aqui, João Daniel Hillebrand, cuja nomeação como Diretor Geral das Colônias ocorrera em 1848.

Podemos afirmar, a partir disto, que a homogeneidade cultural emerge em momentos de conflito aberto entre facções, sejam elas dominantes ou não. Enquanto que na Câmara Municipal fazia-se presente um alemão naturalizado brasileiro, Julio Henrique Knorr, percebia-se a polarização entre alemães e brasileiros. Certamente esta conceituação foi propícia para o momento de peijas que buscava solapar do espaço público autoridades destacadas de outra parcialidade que não a aliada.<sup>77</sup>

Homens como Hillebrand, Knorr, Orsy e outros instrumentalizavam sua posição social, inseridos nas tramas da política provincial por intermédio de laços com outros homens de trânsito. Pretendiam colocar-se como homens do Estado junto aos colonos, ou mesmo cortejar posições de liderança dos próprios colonos, exercendo, por vezes, funções diversas concomitantemente, quer uma cadeira na Câmara, quer o comando da Legião da Guarda Nacional, ou ainda um cargo na direção geral.

Mesmo assim, discordamos quando Amado afirma que “a grande maioria dos moradores [estava] geralmente distanciados [sic] das decisões da política local”.<sup>78</sup> É claro que a elite econômica, como os comerciantes, negociantes, especuladores e proprietários de terras procuravam galgar postos importantes para que pudessem manejar com maiores recursos as tramas do poder local. No entanto, não podemos nos esquecer que o próprio sufrágio durante o período imperial foi considerado amplo demais por estas mesmas elites.

No que tange às eleições, destacamos que as tramas do processo eleitoral possuíam uma dimensão litúrgica própria, como nos informa Richard Graham. Para o autor, as eleições eram um momento em que eram reiteradas, naquela sociedade do século XIX, as hierarquias

---

Manoel de Figueiredo (335). Cf. MHVSL. Primeiro Livro das Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo; MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2011)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

<sup>77</sup> Ver LEVI, op. cit., 2000, p. 43.

<sup>78</sup> AMADO, op. cit., 2002, p. 104.

sociais, o que traduzia o papel que as regras de prestígio assumiam enquanto dimensão da distinção social.<sup>79</sup>

Um dos presidentes da província do Rio Grande do Sul, o marquês de São Vicente,<sup>80</sup> por exemplo, escrevia em 1857 que “quase que é preciso ser mendigo para [não poder votar] [...], ou pelo menos ser homem perfeitamente vadio e inútil. [...] [a Constituição] institui, como dissemos, o voto quase universal”.<sup>81</sup> Um outro episódio ocorrido na região colonial pode nos trazer maiores possibilidades de conclusões profícuas.

Era início de janeiro de 1861 quando o presidente da província do Rio Grande do Sul, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, recebia um abaixo-assinado que solicitava providências acerca dos acontecimentos ocorridos devido ao procedimento de uma das mesas paroquiais de um populoso município do território que governava.

No processo eleitoral que designaria os eleitores de uma certa paróquia, em fins de dezembro do ano anterior, logo após o Natal, houve empate no resultado final. Dois sujeitos, com os mesmos 42 votos, disputavam somente uma vaga. O Artigo 115, da Lei da Reforma, Número 387, de 19 de agosto de 1846, regulava estes casos: dever-se-ia proceder pelo sorteamento, anunciado por editais afixados o mais publicamente possível, com vinte e quatro horas de antecipação; as cédulas deveriam ser extraídas de uma urna por um menino com menos de sete anos, lidas em voz alta pelo presidente da mesa e apresentadas aos assistentes.<sup>82</sup>

Certamente estes casos eram comuns em municípios que eram formados por grandes e pequenas paróquias. No entanto, em nosso caso, o ocorrido resultou em uma disputa dita “incomum”, por grande parte da historiografia que deste espaço geográfico e das pessoas que nele moravam se ocupou. Em nome de 38 outros votantes, quatro sujeitos peticionaram ao dito presidente da província que o Juiz de Paz e presidente da Mesa agiu com inconformidade à Lei Eleitoral e que medidas deveriam ser tomadas.

---

<sup>79</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

<sup>80</sup> O santista José Antônio Pimenta Bueno foi Bacharel em Direito pela primeira turma da Faculdade de Direito de São Paulo. Ocupou cargos de juiz e chefe de polícia em Santos. Foi desembargador, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça na Corte. Também presidiu o Conselho de Ministros. Ocupou a presidência da província do Rio Grande do Sul de 6 de março a 4 de novembro de 1850. Um dos líderes do Partido Conservador,

<sup>81</sup> BUENO, José Antônio Pimenta. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. In: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 267.

<sup>82</sup> Cf. *Collecção das leis do Império de Brasil de 1846*. Tomo VIII. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847, p. 35.

O desempate foi feito, segundo uma das facções, de maneira tendenciosa: sem ter afixado editais, o presidente da mesa lançou mão de dois “papezinhos”, amassados “na forma de umas bolinhas”, alocados dentro de um chapéu (“e não d’uma urna”), do qual um menino de seis anos os retirou e deu-os “às partes interessadas”. Quando um dos votados recebeu a “assim chamada cédula” com a mão direita, “meteu-a debaixo do seu poncho, e pôs ela depois com a mão esquerda na mesa, a fim de abri-la; e sendo aberta, achou-se a cédula muito suja, contendo a escritura ‘eleitor’”, por conseguinte, o homem citado foi declarado como tal pela mesa paroquial.<sup>83</sup>

Este caso, aparentemente banal, revela práticas políticas costumeiras do Brasil oitocentista: disputas locais por poder de mando, por ampliações de fortunas e por necessidade de maior número de clientes, que eram passíveis de cooptação e de gerarem uma “espiral infinita de débitos e dependências”. Muitos autores já se ocuparam desta temática, dando visibilidade a notáveis políticos, sejam eles locais, provinciais ou imperiais, entre os quais destacamos José Murilo de Carvalho,<sup>84</sup> Ilmar Rohloff de Matos,<sup>85</sup> Raimundo Faoro,<sup>86</sup> Maria Fernanda Vieira Martins<sup>87</sup> e outros. Outrossim, demonstramos, aqui, especial correlação com as obras de Maria Odila Leite da Silva Dias<sup>88</sup> e Richard Graham (cientes estamos das diferentes posições atribuídas e relevadas às obras desses autores).<sup>89</sup>

O Richard Graham, em sua obra *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, mais especificamente no capítulo quatro, *O Teatro das Eleições*, cuida de apresentar as eleições como um momento em que são reiteradas naquela sociedade as hierarquias sociais, o que traduz o papel que as regras de prestígio assumem enquanto dimensão essencial na organização social. Para ele, “as eleições ocupavam a atenção das comunidades locais quase todo o tempo”.<sup>90</sup> Um emaranhado de ambiguidades surgia neste sistema. À “massa de

---

<sup>83</sup> AHRS. Fundo Eleições. Lata 208. Mesa Paroquial – correspondências e atas. Requerimento de 03 de janeiro de 1861.

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>85</sup> MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

<sup>86</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

<sup>87</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>88</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

<sup>89</sup> GRAHAM, op. cit., 1997.

<sup>90</sup> GRAHAM, op. cit., 1997, p. 141.

cidadãos ativos” foi estendido o voto, compreendendo uma boa parte do contingente populacional masculino: um homem votava desde os 21 anos, desde que fosse casado, tivesse recebido consagração religiosa ou patente de oficial militar ou da Guarda Nacional. Desde os 25 anos, caso não respondesse a uma destas demandas. Deveria possuir renda líquida anual de 200 mil réis, valor considerado baixo por Graham. No entanto, este sufrágio amplo não significava, por consequência direta, uma política democrática, mas tornava possível atingir um importante objetivo das eleições: servir de teatro no qual os participantes usavam a linguagem da estratificação social para, mais que excluir os votantes, diferenciá-los. “E os endinheirados definiam esta estratificação. [...] E como os chefões rivais subiam e caíam, precisavam de um palco para deixar claro seu lugar atual”.<sup>91</sup>

É interessante perceber na análise de Graham a sobressaliência de figuras como o Juiz de Paz, que fazia as vezes de autoridade, “como fazendeiro, estancieiro ou homem de outras posses”, que ocupava o lugar de presidente da mesa.<sup>92</sup> Autoridades como estas, eram publicizadas *ad nauseam*. Os oficiais da Guarda Nacional, por exemplo, mantinham a ordem nas eleições vestindo uniformes adornados, arrematados com luvas brancas e espadas com cabos reluzentes. Figuras importantes, elegantes e quase inacessíveis. Impregnavam-se, assim, os vínculos cotidianos de relações claramente hierárquicas e hierarquizadas. O eleitor comum, por sua vez, “também se vestia para a ocasião: calçava sapatos. E sapatos diziam tudo”.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> GRAHAM, op. cit., 1997, p. 150.

<sup>92</sup> Idem, p. 150.

<sup>93</sup> Idem, p. 161.

Figura 2 – Jacob Müller, Capitão da Guarda Nacional - 1868



Fonte: Acervo do MHVSL, digitalizada por e localizada no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – UNISINOS

Percebe-se, portanto, que os processos eleitorais, sobretudo, desempenhavam um papel de reiteração de diferenciações preestabelecidas. O espectro de postos, de autoridades e de honras transparecia em uma ocasião como esta. “Os ritos repetidos a cada eleição reafirmavam e reforçavam a classificação da sociedade e sua conveniência”.<sup>94</sup>

As fraudes, ou as alegações de fraude, por sua vez, fazem transparecer disputas entre duas ou mais facções locais, que contavam ou não com o apoio do presidente da província. Relatadas, oficializavam esta disputa, como aconteceu com o caso que abordamos aqui. Elas chamavam a atenção à presença de lideranças em conflito. O passo inicial, aparentemente, é sempre o mesmo: desqualificar o presidente da junta de qualificação de votantes, e, posteriormente, o presidente da mesa. Quem era este homem? Segundo a lei de 1846 já supracitada, tratava-se do sujeito que recebesse mais votos na última eleição para o juízo de paz, mesmo que não estivesse no exercício do cargo ou ainda que fosse indiciado por crime de responsabilidade.

O caso dos *papeizinhos* ocorreu na Paróquia de São Miguel dos Dois Irmãos, então Quarto Distrito da Vila de São Leopoldo. Percebemos que a maior parte dos fogos da vila era

---

<sup>94</sup> Idem, p. 164.



lá localizada, assim como perfazia o distrito com maior número de habitantes. No entanto, até 1858, não contava com nenhum eleitor arrolado nas listas de São Leopoldo.

À época do litígio do qual tratamos aqui, o Juiz de Paz do dito distrito era o destacado comerciante, negociante, vendeiro e especulador de terras João Pedro Schmidt.<sup>95</sup> A disputa que relatamos se deu entre Martin Müller e João Schüller. Teve influência direta no caso, ainda, “o Capitão Orsy” que, sem ser votante naquela paróquia, “funcionou na mesa” e não aceitou o protesto de Schüller, que se disse prejudicado pela prática “ilegal”. No entanto, sabemos que os quatro petionários (que representavam os 42 votantes em Schüller) se chamavam Felipe Verle, Leonhardt Altenhofen, Nicolau Staudt e Jacob Kronbauer.

Quanto aos protagonistas, Martin Müller foi elencado na lista de qualificação eleitoral de 1865 sob o número 75, morador no 4º Quarteirão, com 34 anos, profissão de moleiro e renda anual líquida de 500 mil-réis. Infelizmente, não obtivemos notícias de João Schüller nesta mesma lista. Entretanto, está presente Jacob Schüller, provavelmente um parente seu.

Os outros quatro já supracitados aparecem na lista de qualificação: sob o número 53, Felipe Verle: 34 anos, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis; 86, Leonardo Altenhofen: 33 anos, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis; 76, Nicolau Staudt: 28 anos, casado, marceneiro, renda anual líquida de 400 mil-réis; e, por fim, 61, Jacob Kronbauer: 35, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis.

Jacob Kronbauer, petionário em 1861, assinava a lista dos votantes qualificados na Freguesia de S. Miguel dos Dois Irmãos, como Juiz de Paz, em 20 de fevereiro de 1865. Certamente, as forças políticas, neste interstício curto de tempo, se realocaram. No entanto, não sabemos como se deu este processo, nem o resultado final da solicitação dos apaniguados de Schüller, que chegou às mãos do presidente da província.

Destacamos aqui, entretanto, que este caso exemplifica a vida cotidiana na Vila (1846) e depois Cidade (1864) de São Leopoldo. Mostra que a política, mesmo que não a político-partidária, estava nos meandros das relações sociais estabelecidas por moradores do lugar, sejam eles imigrantes, descendentes de alemães, cearenses, portugueses ou baianos.

Uma das possibilidades abertas a partir dessas abordagens, como a de Tramontini, de Witt e desta dissertação é analisar o cotidiano, a situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos muito arraigados ao *local*, mas interligados a alguns fatos

---

<sup>95</sup> Sobre João Pedro Schmidt, ver: SPERB, Ângela. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *Anais do IV Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: IHSL, 1987, p. 17-44.

políticos e econômicos que fogem ao controle direto do sujeito, do ator social, mas coloca-nos diante de problemas sugestivos no que tange às motivações e, talvez, estratégias de ação política.<sup>96</sup>

Na contracorrente de estudos clássicos sobre áreas de imigração alemã no Rio Grande do Sul, que preferiram atribuir caráter apolítico ao cotidiano das pessoas *comuns* que ali moravam, destacando apenas grandes vultos, como o Diretor das Colônias, Comandante da Guarda Nacional, Coronel, Delegado de Polícia, Juiz Municipal e Juiz de Paz Dr. João Daniel Hillebrand, pretendemos mostrar que situações de conflito e de rebeldia, de confronto e de reivindicação, se fizeram presentes em São Leopoldo e, assim, desconfiguraram a polarização entre *mau imigrante* e *bom imigrante*. Questionamos também a *tese do isolamento*, trazendo à luz inserções de sujeitos em situações que forjariam, posteriormente, práticas políticas que, mesmo que consideradas ilegais, faziam parte do jogo político socialmente aceito.

As disputas pelas Câmaras Municipais, por exemplo, que ocorreriam em São Leopoldo a partir de 1846, com elevação da Capela Curada a Vila, podem esclarecer melhor alguns elementos que levaram grupos e indivíduos a disputar um espaço político que, mesmo com relativa perda de autonomia (com as reformas centralizadoras do Império), eram instrumentos poderosos de mando. Se a não participação de parcela da população é reiterada na historiografia, isso não significa, necessariamente, afirmar que houve um isolamento quase individualista e antissocial dos colonos.<sup>97</sup>

Tramontini, em sua tese de doutorado, conclui que

a série de abaixo-assinados, manifestos, requerimentos, disputas, evidências de organização social e mesmo de revolta [...] e, principalmente, o estudo que agora se inicia da Câmara Municipal de São Leopoldo se contrapõem completamente a essas interpretações [tradicionais, que traziam em seu bojo o imigrante como ordeiro, operoso e apolítico].<sup>98</sup>

É claro que o cotidiano não se resumia a um emaranhado de conflitos e cooperações. Entretanto, também em laços de amizade, de compadrio e de formação de uma incipiente elite se encontram práxis políticas.<sup>99</sup>

A heterogeneidade do grupo considerado “alemão”, germanófono ou imigrante, em um contexto marcado por recepções e emergências de ideários políticos e científicos

---

<sup>96</sup> Cf. LEVI, op. cit., 2000.

<sup>97</sup> Cf. TRAMONTINI, op. cit., 2002, p. 300-305.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 311.

<sup>99</sup> Cf. WITT, op. cit., 2008.

diferenciados, como as revoluções liberais alemãs, ou a transição do Império à República, no Brasil, gerou cosmovisões diferentes entre intelectuais. Posicionamentos diferentes, sejam eles religiosos, políticos ou partidários. Magda Gans e Haike da Silva destacam isso, apresentando pastores luteranos, padres católicos e livres pensadores que compunham um espaço de debate intenso e produtivo, trazendo aos moradores de São Leopoldo, por exemplo, diferentes discursos.<sup>100</sup>

É claro que, até a Lei Saraiva, em 1881, imigrantes, descendentes destes e acatólicos eram impedidos de participar de instâncias superiores da cidadania política no Brasil do oitocentos. Mesmo assim, a escolha de representantes como vereadores, juizes de paz e eleitores de paróquia eram feitas de forma direta. Definindo o lugar de cada cidadão dentro da *vida política*, a legislação designava a quem competia certo destaque local: ser votante significava emergir da massa dos sem-nome, obter distinção social e *se fazer aparecer*.

A governança municipal, assim, foi tomada, a partir de 1846, pela possibilidade de participação política dos colonos moradores nas picadas e no termo da vila. Apesar do acesso limitado a isto, indivíduos e grupos poderiam influenciar a política provincial e, por vezes, imperial, através de *mediadores*. Foi o que demonstrou Jonas Moreira Vargas em sua análise sobre a política na província do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Em um caso especial, inclusive, cita São Leopoldo, onde se destacava Caldre Fião.<sup>101</sup> Analisou, portanto, algumas facetas de complexas teias de interesses recíprocos, que envolviam sujeitos diversos e de estratos sociais absolutamente diferentes.

Mesmo não participando da disputa por cargos do legislativo imperial, estudar esse lócus e, sobretudo, estes grupos ou indivíduos, a partir de seu cotidiano, quiçá seguindo as prerrogativas da *microstoria* ou da *Alltagsgeschichte*,<sup>102</sup> pode revelar e trazer à tona trajetórias de imigrantes e de seus descendentes que se aproximavam a outras categorias sociais de seu período. Poderiam, portanto, participar do jogo político local, assim como das disputas eleitorais nas diversas paróquias de suas localidades, serem qualificados à Guarda Nacional e galgarem postos como oficiais ou ainda trazer à tona equívocos de generalizações exacerbadas.

---

<sup>100</sup> GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004, p. 120. Ver também: SILVA, Haike R. K. da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. História de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.

<sup>101</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: EdUFSM, 2010.

<sup>102</sup> Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; LÜDTKE, Alf (ed.). *The History of Everyday Life*. Reconstructing historical experiences and ways of life. Princeton/EUA: Princeton University Press, 1995.

Passaremos a analisar mais um episódio, através do qual localizaremos a Câmara Municipal e a Guarda Nacional como espaços fundamentais de ação política durante o oitocentos brasileiro.

Corria o ano de 1866 quando o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul encaminhava, do Palácio do Governo, em Porto Alegre, uma petição ao Chefe de Polícia provincial para que fosse investigado o secretário interino da Câmara Municipal da Cidade de São Leopoldo, o nosso já conhecido Tenente Francisco Ferreira Bastos, com a finalidade de investigar o fato denunciado: uma substituição de nomes no Livro de Atas daquela casa camarária.<sup>103</sup>

Segundo a denúncia, o tenente substituíra o nome de *Becker* pelo de *Mayer*, quando se definiria por onde passaria a estrada que era destinada à ligação entre a cidade e a localidade denominada Feitoria Velha. A falsificação executada efetivava a responsabilidade do citado Bastos pelo crime previsto no artigo 129, parágrafo oitavo, do Código Penal vigente.

O Chefe de Polícia, Gervázio Campello Pires Ferreira, encaminhou em 13 de março daquele ano, nota propondo que o caso fosse levado à justiça, já que, segundo seu ofício, Bastos “[era] único autor da prevaricação [...] promovendo interesse seu”. Assim, estariam provados os fatos alegados em representação por Nicolau Stumpf.

Para chegar a tal conclusão, Pires Ferreira foi a São Leopoldo e ouviu o Delegado de Polícia, o presidente da Câmara Felipe Herzer e o vereador Francisco Alves dos Santos. Segundo ele, estes depoimentos “expõe[m] a primazia que querem ter os vereadores de raça alemã sobre os de raça brasileira”; no entanto, os mesmos se mostravam estranhos a semelhantes intrigas, afirmando que nada disto existia, já que “eram todos brasileiros”. Em São Leopoldo, conclui o Chefe de Polícia, “vivem em perfeita paz e harmonia, e entregues exclusivamente a seus trabalhos”.

Nicolau Stumpf, em sua representação, se dizia vereador e tinha como aliados na missiva os vereadores João Schmitt e João Jorge Schreiner. Acusava formalmente Francisco Ferreira Bastos pelo crime de falsificação e ainda os vereadores Felipe Herzer e Francisco Alves dos Santos por conivência com o fato.

Ao averiguar, Pires Ferreira ouviu o próprio Stumpf, que à época tinha sessenta e quatro anos de idade, era casado, alemão, negociante matriculado e morador na cidade de São

---

<sup>103</sup> APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Direito da 1a. Vara da Leal Cidade de Porto Alegre. N3010, M59, E74. Responsabilidade. A justiça (autor) vs. Francisco Ferreira Bastos (réu).

Leopoldo; no depoimento, acusava Bastos de receber cinco onças em ouro para que modificasse, na ata, o registro do nome do colono que teria em suas terras construída a estrada. Ouvia também a João Jorge Schreiner, quarenta e dois anos, casado, brasileiro naturalizado, morador em São Leopoldo e comerciante, que respondeu ao Chefe de Polícia que Bastos receberia três onças em ouro pelo procedimento criminoso.

Francisco Ferreira Bastos, por sua vez, respondeu ter quarenta e cinco anos de idade, ser casado e natural da província da Bahia, morador em São Leopoldo e secretário interino da Câmara Municipal desta localidade, onde servia desde agosto de 1865. Era ele quem guardava, em sua casa, os livros das atas da casa legislativa. Além disso, afirmou ter recebido ordens do vereador Alves dos Santos, então presidente, para que modificasse as atas, substituindo o nome de Becker por Mayer.

O exame das ditas atas, que confirmou a falsificação, ou ao menos a rasura, foi feito pelos peritos Antonio Ferreira Tavares Leiria, o escrivão de órfãos do termo, por Caetano Antônio de Moraes Cunha, escrivão da subdelegacia do primeiro distrito, pelo Doutor Promotor Público Luiz Ignácio de Mello Barreto, pelo presidente da Câmara Municipal Felipe Herzer e, finalmente, pela testemunha João Henriques Fróes.

Aos autos do processo, em fevereiro de 1866, foi juntada uma missiva de Francisco Alves dos Santos, que se dirigia ao Chefe de Polícia, para esclarecer os fatos “com a imparcialidade que nutro [sic]”. Nestas páginas, Alves dos Santos expressa que nas eleições anteriores ao ano de 1866, graças à inclusão no número dos eleitos dos brasileiros “de raça alemã”, a Câmara Municipal se constituiu de tal forma que a cadeira de presidente recaiu em um indivíduo pertencente a este grupo (mesmo que este grupo não se definisse como tal).<sup>104</sup> No entanto, jamais houve “a menor rivalidade ou discrepância”, e “as coisas marchavam com tino e prudência”, até que a saída dos corpos da Guarda Nacional do município fez com que algumas cadeiras de vereadores oriundos do “grupo” brasileiro ficassem vazias, assim como os empregos de procurador e secretário.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> O resultado das eleições de 1865 foi o seguinte: Presidente: Francisco Alves dos Santos. Vereadores: João Jorge Schreiner, João Henrique Fischer, Nicolau Stumpf, João Daniel Collin, João Schmitt, Henrique Braescher e Felipe Herzer. Como suplentes, assumiram no interstício de 1865 a 1868: Antônio José da Rocha Júnior, Antonio José Silveira, Manoel Bento Alves Júnior, Patrício de Azambuja Cidade, Pedro José da Silva Vargas, André Miguel dos Santos, João Coelho Barreto, Antonio Joaquim da Silva Camboim e o Dr. José Antonio do Valle Caldre Fião. Cf. MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa* (1824-2011). São Leopoldo: Oikos, 2011.

<sup>105</sup> Em ata, o então vereador Stumpf solicitava que, já que o procurador José Joaquim de Paula teve que marchar para a Campanha do Paraguai, fosse nomeado para este lugar Luiz Schreiner. Por sua vez, Manoel Bento Alves Filho solicitou que fosse enviada correspondência ao Comando Superior da Guarda Nacional, com a finalidade

A partir de então, “quando nós nos felicitávamos em ver harmonizados com os mesmos sentimentos e compaternizados”, viram os vereadores aparecer matérias perniciosas publicadas no *Deutsche Zeitung*, ou *Jornal Alemão*, que despertavam *antigas rivalidades*, inclusive uma delas, de um “vereador alemão”, que solicitava a demissão do procurador “sem coisa justificada”, a fim de que se nomeasse um aliado de sobrenome teuto.

Deu-se então um perigoso jogo de “imprudências e leviandades” e de “peripécias indignas”, para o nosso informante. Encaminharam os vereadores presentes a demissão do secretário, que gozava da confiança da maioria dos legisladores municipais. O “partido da raça alemã” queria pôr alguns fora do combate, instigado pelo “perigoso apostolado da imprensa alemã”. A culpa recaía sobre o redator do *Deutsche Zeitung*, que recém tinha assumido esta função. Alves de Moraes ainda informava que houve um “eco consolador”, e nem todos os vereadores teuto-brasileiros se deixaram levar pela “mão estrangeira” do jornal, que desejava “converter a Câmara em um clube de alemães”. Herzer, Collin e Fischer não se curvaram às “ridículas doutrinas do redator”.<sup>106</sup>

Dando nome ao mais influenciado por essas ideias, o antigo presidente da Câmara avisa ao presidente da província que Nicolau Stumpf, *ex-vereador*, que ao mesmo tempo é autoridade brasileira, *celebreturve* dos colégios, tentava influir nas decisões de seus colegas, “para os tornar instrumentos de vinganças”. O tal “velho octogenário e caduco” insultava constantemente a Câmara e seus vereadores, e havia solicitado sua demissão em anos anteriores, levando consigo “três vereadores de sua raça, dois suplentes e um de número, que faziam parte do conluio”. Alves de Moraes finaliza sua missiva informando que “as maquinações continuam”, já que a facção de Nicolau Stumpf continuava a manejar intrigas e concitar animosidades.

Stumpf e seus apaniguados aproveitaram o soar do clarim da guerra contra o Paraguai, quando foram deixadas vagas algumas cadeiras de vereadores e as de secretário e procurador da Câmara, com a finalidade de preencher interinamente os cargos, situando ali homens de sua facção. Ele foi banido da Câmara, quando pediu demissão em uma das sessões de 1865.

---

de pedir a dispensa de marchar para a guerra do secretário Tenente Francisco Ferreira Bastos, “visto ser mais difícil sua substituição nesta Câmara do que no corpo onde é oficial”.

<sup>106</sup> O redator do *Deutsche Zeitung*, tantas vezes assim citado, nunca teve seu nome indicado. Trata-se de Carl von Koseritz, que veio para o Brasil em 1851, como grumete de um navio que trazia mercenários alemães para lutarem contra Rosas. Afora suas desventuras no Rio de Janeiro, Koseritz trabalhou como professor particular em Pelotas e passou a colaborar com jornais locais. Teve relações próximas com Domingos José de Almeida e chegou a dirigir o jornal diário Brado do Sul. Em 1864, chega a Porto Alegre. Trabalhou como intérprete provincial. Colaborou com outros periódicos da capital, como o *Jornal do Commercio*, o *Rio Grandense* e *A Reforma*. Desde então, o *Deutsche Zeitung* ficou sob sua redação, de forte tendência germanista e anticatólica.

Felipe Herzer, João Daniel Collin e João Henrique Fischer apoiaram o banimento. Foram contra os vereadores João Schmitt, João Jorge Schreiner e Henrique Braescher, e “retiraram-se com seu chefe, sem licença do presidente”, como determinava o regimento interno da casa.

Até então, não havia sido ouvido o acusado, Francisco Ferreira Bastos (filho de Domingos Ferreira Bastos e Dona Anna Maria Ferreira, de quarenta e seis anos, casado, advogado, brasileiro, da Bahia). Ele envia uma resposta ao Chefe de Polícia, na qual afirmava que “a ambição de mando” de alguns promovia processos, inventava crimes e arrastava cidadãos aos tribunais. O seu “irreconciliável inimigo” Nicolau Stumpf o levava à barra do júri, diante das censuras que Bastos lhe fez “como é público e notório no ‘Rio-Grandense’”. Para o réu, o Dr. Chefe de Polícia deixou ser influenciado por Stumpf, já que só foram ouvidos os de sua parcialidade, como João Jorge Schreiner, “homem sem conceito na cidade por seu comportamento e também inimigo [de Bastos]”.

É interessante perceber que Bastos demitiu-se, após oito meses como secretário da Câmara, “por motivos de delicadeza”. Ainda assim, em autos de libelo cível entre partes, como autor o negociante Nicolau Stumpf e como réus o Capitão José Joaquim de Paula e seus filhos, foi solicitador e procurador do autor.

Em suma, o processo corre normalmente nos trâmites judiciários. São ouvidas diversas testemunhas: João Jorge Schreiner, Carlos Eltz, Elias Nabinger, Nicolau Stumpf, Felipe Dexheimer, Felipe Leopoldo Matte, João Schmitt, João Daniel Collin e João Henrique Fischer. Depois de defender-se, Bastos foi preso por falsificação. Pagou a fiança de um conto de réis. Libertado, os autos foram enviados para formação de libelo. Pediu vistas ao seu advogado e procurador Florêncio Carlos de Abreu e Silva. Após a formação do Júri (como Juiz Dr. Luiz José de Sampaio e como Promotor Público o Dr. Carlos Thompson Flores), o defensor do réu passa a ser Eudoro Berlink.<sup>107</sup> Francisco Ferreira Bastos é absolvido da acusação que lhe foi intentada e a municipalidade foi condenada às custas do processo.

Ocorrências como estas nos conduzem a sujeitos históricos diversos, desde presidentes da província, promotores públicos e chefes de polícia até pessoas situadas em zonas coloniais interessadas em melhor acesso às vias de escoamento da produção que ultrapassava a subsistência, num corte vertical da sociedade oitocentista. O processo revela capacidades de influência, quer ativando contatos na capital da província em busca de defensores

---

<sup>107</sup> Eudoro Berlink foi professor e jornalista. Conservador, dirigiu o jornal ligado a seu partido, *O Rio-Grandense*. Foi um dos fundadores do Parthenon Litterario, em 1869.

consolidados, como Eudoro Berlink, quer protegendo amigos, parentes e clientes que favoreceram de alguma forma uma facção durante o conflito entre farroupilhas e legalistas, ou ainda em uma eleição. Há também a utilização de um argumento de ordem étnica – ou se é brasileiro, ou se é alemão –, que, certamente, tentava convencer as autoridades que o espaço político e público agora dominado por sobrenomes alemães deveria retornar ao antigo grupo dominante, da elite que já era elite.

Percebemos uma sociedade complexa, portanto, repleta de arranjos sociais pelos quais transitavam alianças, sejam elas duradouras ou não, conflitos, dependências e lealdades, entre sujeitos coligados por vínculos muito diversos, como, por exemplo, de parentesco (ritual ou consanguíneo), de dívidas, de negócios ou de trabalho. Sugerimos, a partir disso, refletir acerca de redes sobrepostas que conformam o tecido social do Brasil do século XIX, especialmente em uma época ainda com traços de Antigo Regime, mas que já trazia consigo algumas nuances diferenciadas que trataremos a partir de agora.

A atuação considerada ilegal, mas depois absolvida, do Tenente Francisco Ferreira Bastos, revelou a busca por legitimação, mas também laços que denotam relações políticas interétnicas, facções locais que ultrapassavam o limite de ser considerado “alemão” ou “brasileiro”, como quando Francisco Alves dos Santos foi apoiado publicamente por Felipe Herzer, João Daniel Collin e João Henrique Fischer. Houve uma intensa mobilização de capitais relacionais de sujeitos que já detinham grande parte do capital informativo, já que eram vendeiros, negociantes, donos de lanchões, com trânsito em qualquer parte da zona colonial e ainda na capital da província. Não atuavam sozinhos, certamente. Enquanto Stumpf e os seus agiam sob a proteção de Carl von Koseritz e os seus amigos liberais, há ligações claras entre Francisco Ferreira Bastos, Francisco Alves dos Santos e outros ao conservador Israel Rodrigues Barcellos, à época, Deputado Geral do Império.<sup>108</sup> Aparentemente, nesta

---

<sup>108</sup> Em diversos processos-crimes, Francisco Ferreira Bastos e Israel Rodrigues Barcellos agem em conjunto. Citamos aqui: APERS. N2991, M59, E74. Execução criminal: João Martins da Silva (autor exequente) vs. Laurindo Antonio de Oliveira (réu executado). Procuradores de João Martins da Silva: Francisco Ferreira Bastos e Israel Rodrigues Barcellos. Aqui não podemos deixar de mencionar o que Mafalda Soares da Cunha alerta: fazer de alguém o seu procurador representava necessidade de serviços que o autor da procuração não podia fazer ou responder. Em suma, há nessa relação a exigência de confiança do constituinte em seu procurador. Adicionamos a isto, ainda, que tornar dois homens seus procuradores é, igualmente, concordar que são, em grande parte, aliados entre si. Cf. CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança – 1560-1640*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000, pp. 443-454.



disputa, Hillebrand fica de fora, no entanto, sabemos que, liberal que era, “granjeou inimigos, personificados, entre outros, por Israel Rodrigues Barcellos”.<sup>109</sup>

No entanto, é lícito afirmar que não bastava ter muitos escravos em seu plantel, uma infinidade de cabeças de gado ou extensões generosas de terra. Sujeitos como esses estavam cientes que para se mover pelas redes de poder, não bastava pertencer à elite econômica. Manifestar sua adesão a uma facção (ou a outra, ou transitar ambigualmente entre duas ou mais) também era necessário. Além disso, fazia-se necessário, pelo visto, ativar laços e vínculos positivos preexistentes. O já citado americanista Graham destaca que a

família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, e o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar a rede de dependência. Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiante das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições.<sup>110</sup>

No tocante à manutenção de alguns laços de *Ancien Régime*, concordamos com Norbert Elias, quando, em *A Sociedade de Corte*, afirma que se alguém que não pode mostrar-se de acordo com seu nível de respeitabilidade perante à sociedade e aos sujeitos que a ele são submissos, “permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status”.<sup>111</sup>

É claro que não negamos que, a partir do século XIX, ocorreram mudanças nas condições e no estilo de vida que o Antigo Regime abrigava em si. No entanto, características se mantiveram, como as etiquetas sociais, mesmo que fossem relegadas a segundo plano ou aos aspectos privados no oitocentos. Para o próprio Elias, no século XIX, “a profissão determinava em primeiro lugar o comportamento dos indivíduos e sua relação mútua, era nela que residia o centro das coerções exercidas pelas interdependências sociais”.<sup>112</sup> Talvez aqui podemos inferir que algumas relações sociais continuaram acontecendo, e a legitimação do poder ou do trânsito pelas malhas sociais ainda eram latentes.

---

<sup>109</sup> PICCOLO, Helga I. L. Imigração alemã no Rio Grande do Sul: práticas e discursos. Século XIX. In: *Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro, 2005, p. 200.

<sup>110</sup> GRAHAM, op. cit., 1997, p. 17.

<sup>111</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 85.

<sup>112</sup> ELIAS, op. cit., 2001, p. 129.

Na São Leopoldo do século XIX, sujeitos aos quais a historiografia relegou o papel de apolíticos, guerreavam com seus capitais relacionais, decidindo êxitos e fracassos de comportamentos escolhidos dentro de uma margem de manobra revelada pelas normas sociais. Tornar públicas essas disputas era praticamente publicizar a concorrência por prestígio social, por “chances de prestígio hierarquizadas” – ou por chances de poder, se assim quisermos –,<sup>113</sup> que poderiam trazer bons resultados não só econômicos, mas sobretudo políticos para si, para sua família e para seus dependentes ou clientes.<sup>114</sup>

Esses “alemães”, inclusive, podem ter recebido de seus pais, de seus avós ou padrinhos a “herança imaterial” das “boas sociedades” alemãs, de onde provinham – mas, mormente, de grupos submissos a elas –, que eram diversas, de fato, mas onde a noção de honra pessoal detinha forte tradição militar, cujo cerne era a capacidade de pedir satisfação.<sup>115</sup> Não precisar dar satisfação a alguém, portanto, é aparentar poder, legitimidade e prestígio. E assim, fazer parte da Guarda Nacional como oficial é destacar-se dos demais, emergir da pequena propriedade colonial para o núcleo urbano (mesmo que diminuto) da cidadela e tornar-se além de cliente, intermediário ou ainda patrão, como ocorreu com nosso próximo personagem (e com todos os sujeitos que, vez ou outra, foram citados nesse texto, guardas nacionais que eram).<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> ELIAS, op. cit., 2001, p. 116.

<sup>114</sup> Se pensarmos no papel da clientela, podemos retornar a Graham e concordar com sua assertiva: “o tamanho da clientela era a medida de um homem”. Mesmo assim, “a família e a unidade doméstica construíam e dependiam de generalizadas relações de dependência e deferência. Todo o grupo de um protetor, seus seguidores imediatos, assim como os que lhe prestavam lealdade e obediência como empregador, senhor de terra ou emprestador de dinheiro, procuravam-no em busca de proteção e apoio. Se os símbolos externos e os meios particulares de seu poder estavam no controle que ele exercia sobre cargos locais, fosse pela prerrogativa oficial de indicar candidatos, fosse pela não oficial de que os recomendaria, uma fonte igualmente rica de poder era o fato de ele possuir recursos físicos, como terra, escravos ou gado. Podia fazer os pretendentes aos cargos dependerem dele, mesmo candidatos à Câmara dos Deputados. O padrinho que tinha raízes locais agia sobre o sistema nacional do clientelismo tanto quanto o sistema nacional agia sobre ele”. GRAHAM, op. cit., 1997, pp. 276-277.

<sup>115</sup> *Satisfaktionsfähigkeit*. Ver: ASCH, Ronald G. Einführung: Adel in der Neuzeit (Introduction: Nobility in Modern History). In: *Geschichte und Gesellschaft*. 33. Jahrg., H. 3, Adel in der Neuzeit (Jul.-Sep., 2007), pp. 317-325. O autor aponta para a fragilidade das noções de nobreza e de ser nobre durante o século XIX, afirmando que mesmo durante o Antigo Regime a concepção de nobreza já não era tão clara. Mesmo que as elites nobres conseguiram manter certa coerência, para o autor, qualquer autodescrição deveria encontrar aceitação pública. Este seria o laço que uniria século XIX e Antigo Regime: a necessidade de aceitação pública para manter e constituir hegemonias e legitimidades, apresentar-se como elite ou nobreza. Esses grupos adaptavam-se às novas políticas e desafios culturais.

<sup>116</sup> Gouvêa, Frazão e Santos afirmam que “aquele que era pólo dominante em uma determinada relação podia, perfeitamente, ser intermediário de uma outra, ou ainda pólo dominado em uma terceira”. Cf. GOUVÊA, M. de F. S.; FRAZÃO, G. A.; SANTOS, M. N. dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topói*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 98.

### 3 ENTRE SÚPLICAS E QUALIFICAÇÕES: GUARDAS NACIONAIS, HIERARQUIAS SOCIAIS E CIDADANIA

Era outono daquele ano de 1850 quando alguns representantes da comunidade de Campo Bom, Quarto Distrito, na zona colonial da Vila de São Leopoldo, planejaram, escreveram e assinaram alguns documentos e os entregaram a João Dick, Felipe Dreyer e Pedro Wolff. “Muitos pais de família” deram sua rubrica em uma petição, em língua alemã, cujo destino era as mãos do Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Suplicavam ao governante máximo da nação que a colônia sofria com as chamadas de seus filhos para o serviço ativo no Exército e para a Guarda Nacional.<sup>1</sup>

Os suplicantes argumentavam que, após os difíceis anos enfrentados no decorrer da Guerra Civil Farroupilha, os habitantes de São Leopoldo angariaram enormes desconfiças contra as autoridades da vila; que “muitos decretos, supostos Imperiais, tem sido forjados por estas mesmas autoridades”; que João Daniel Hillebrand, então Coronel Chefe de Legião e Diretor da Colônia, comunicou aos moços do local que eles deveriam servir à Guarda Nacional, e quem não o fizesse teria como destino a terrível Armada Imperial,<sup>2</sup> juntamente com aqueles meninos de dez a dezesseis anos que porventura não frequentassem assiduamente as aulas públicas.

Diziam-se cientes, no entanto, que o parágrafo primeiro do artigo sexto da Constituição do Brasil lhes impunha o dever de servirem como guardas nacionais,<sup>3</sup> e “eles [estavam] prontos a contribuir, seja [sic] com seu sangue, para a manutenção da paz e da ordem, ou para defesa da pátria contra agressão estrangeira”. Ainda assim, reclamavam que “por caprichos de autoridades inferiores”, era-lhes cabido um serviço por demais oneroso e pesado, como, por exemplo, servir à *milícia cidadã* em longínquos distritos do ainda extenso território leopoldense.

Os argumentos de convencimento seguiam, dos quais destacamos ainda o fato de que as companhias de guardas nacionais da localidade eram formadas por “filhos das muitas

---

<sup>1</sup> ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1850 (1850/1856). Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício reservado número 9.

<sup>2</sup> Sobre o recrutamento e o cotidiano da Marinha ver: NASCIMENTO, Álvaro. *A ressaca da marujada*. Recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

<sup>3</sup> O artigo sexto da Constituição outorgada em 1824 definia os cidadãos do Império do Brasil. O parágrafo 1 versava: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Apesar de citarem o artigo sexto, acreditamos que também fosse factível argumentar pelo artigo 145, do capítulo oitavo, que versava que todos os brasileiros eram obrigados a pegar em armas para sustentar a independência.

viúvas cujos maridos morreram nas guerras civis combatendo nas fileiras imperiais”. Os “brasileiros de origem alemã” concluíam, na petição, que esta era a causa maior que impedia “a naturalização dos nossos irmãos, em São Leopoldo e nas outras colônias do Império, nativos da Alemanha”. Em suma, parece-nos que Dick, Dreyer e Wolff foram designados por sua comunidade para representá-los junto aos “degraus do trono de Vossa Majestade Imperial”, defendendo que dever-se-ia levar em conta, quando do recrutamento militar e da qualificação à Guarda, os interesses locais, como, por exemplo, o espaço geográfico onde eram instaladas as companhias.

Aparentemente, os três representantes de Campo Bom eram moços com família, que ainda viviam junto a seus pais e não tinham filhos, e estavam qualificados como votantes e guardas nacionais na localidade de origem. Provavelmente eram pequenos produtores ou aprendizes de ofícios como o de ferreiro, por exemplo.<sup>4</sup> Contaram, certamente, com o auxílio de seus próximos, sejam padrinhos, pais ou amigos, para se dirigirem à Corte, pelo menos para custear parte de sua ida, haja vista que lá chegando pediram auxílio financeiro às autoridades locais. Antes disso, tiveram de solicitar dispensa ao capitão comandante da companhia de guardas nacionais daquele distrito, Cristiano Fischer.<sup>5</sup> Temos notícias de que eles se hospedaram em Petrópolis, “lugar que se acha[va] cheio de oficiais alemães, fugidos da corte [...] por causa da febre reinante”.

Não sabemos, no entanto, quem recebeu e traduziu a carta dos filhos de colonos alemães de São Leopoldo no Paço Imperial. O certo é que ela chegou ao gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, a quem competia a organização da Guarda Nacional, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. Queirós encaminhou-a para o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, solicitando maiores explicações acerca das argumentações contidas na missiva, seu conhecido amigo José Antonio Pimenta Bueno, conservador como Eusébio.

Meses antes do ocorrido, em 22 de fevereiro de 1850, foi aprovado o Decreto 670, que “manda[va] observar na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o regulamento

---

<sup>4</sup> Acerca do ferreiro e fundidor de sinos Philipp Dreyer, tratamos, especialmente, em: MUGGE, M. H. Das “delícias da paz” ao “teatro da Guerra”: de qualificado a qualificador – Guarda Nacional (São Leopoldo/RS – ca. 1850-1870). In: MUGGE, M. H.; MUGGE, E.; HAUENSTEIN, I. *Construindo diálogos*. História, Educação e Ecumenismo. Homenagem a Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010.

<sup>5</sup> AHRs. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Maço 104. Ofício de Cristiano Fischer, Capitão Comandante da Segunda Companhia de Guardas Nacionais, do Distrito da Costa da Serra – Campo Bom, concedendo 7 meses de licença para os soldados de seu comando Philipp Dreyer, João Dick e Pedro Wolff, em 6 de março de 1850.

provisório, que estabelece a maneira por que deve ser feita a qualificação, organização e serviço da Guarda Nacional”, assinado pelo mesmo Eusébio de Queirós.<sup>6</sup>

O Decreto 670 versava que, excepcionalmente na província mais meridional do Império, os conselhos de qualificação da Guarda Nacional seriam compostos por apenas três oficiais da mesma milícia, escolhidos pelo presidente da província; que os recursos seriam remetidos diretamente ao presidente; que seriam qualificáveis os cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos e menores de 60, salvo aqueles impossibilitados de servir devido a enfermidades, ocupações isentáveis e empregos declarados incompatíveis. Também designava plenos poderes ao presidente da província para nomear provisoriamente comandantes superiores, de legião e corpos e oficiais de primeira linha, “sempre que as circunstâncias exigirem”.

A nova regulamentação certamente chegou antes do fim do verão aos ouvidos (ou olhos) do Coronel João Daniel Hillebrand, que passou as informações a todos seus oficiais, que, conseqüentemente, fizeram seus inferiores e soldados cientes das alterações que promoviam o General Francisco José Soares d’Andréa e, posteriormente, José Antonio Pimenta Bueno, ambos presidentes de província, a um alto nível de centralidade nas decisões locais.

Algumas famílias de São Leopoldo, ainda no verão de 1849, mobilizaram outros dois colonos. Filippe Diefenteller [sic Diefenthäler] e Jorge Ranke [sic Recke] viajaram em direção à Corte logo após o Natal daquele ano, em “deputação desta Colônia, para representar ao Governo Imperial, contra as arbitrariedades praticadas pelas autoridades da província, as quais exigem que os filhos dos colonos alemães sirvam na G. Nal. e no Exército”. O Diretor da Colônia, preocupado com o acontecido, noticiava ao presidente da província do Rio Grande do Sul e chefe do Exército, Francisco Soares d’Andréa, no alvorecer de 1850.<sup>7</sup>

Com a mudança de comando na província naquele ano, quando foi admitido como presidente José Antonio Pimenta Bueno, pipocaram mais novidades acerca dos reclames leopoldenses. Pimenta Bueno, informado de que em Campo Bom, na noite de 5 de maio, alguns colonos insultaram e feriram um filho de um outro, “só pelo fato de se ter apresentado com o fardamento de guarda nacional”, ordenava que o Sr. Coronel Hillebrand investigasse e

---

<sup>6</sup> COLEÇÃO de leis do Brasil. Decreto n. 670, de 22 de fevereiro de 1850. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64301&norma=80207>.

<sup>7</sup> ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1850 (1850/1856). Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Anexo: Ofício da Direção da Colônia de São Leopoldo ao Presidente da Província e Chefe do Exército da Província do Rio Grande do Sul, em 1 de janeiro de 1850.

punisse os responsáveis pelo “crime muito grave – já [que] não é a primeira vez que alguns colonos tem manifestado indícios de pouco respeito e desafição [sic] às autoridades e ao serviço brasileiro”.

Hillebrand, por sua vez, respondeu que aquele acontecimento se deveu graças a motivos que datavam de muitos anos, “principalmente do tempo da revolução passada”, quando os colonos

estavam divididos em dois partidos, a maior parte pendia para o governo; a outra parte excitada pelos caudilhos da revolução, e pelos nossos sacerdotes evangélicos da colônia, os quais com sermões incendiários os levaram a certa acrimônia contra os colonos de diferente credo político; os quais ainda não se podem esquecer dos excessos cometidos naquele tempo, onde [sic] as casas dos legalistas foram saqueadas e queimadas.

Continuava seu ofício afirmando que aqueles colonos antes legalistas e amigos do governo, no novo tempo eram os que mais repugnavam a instituição da Guarda Nacional, “quando não houve quase oposição alguma da parte daqueles que outrora eram nossos inimigos”. Em suma, para Hillebrand, os legalistas não foram convincentemente recompensados pelos serviços prestados durante os dez anos em que o clamor à guerra e a perspectiva revolucionária ocupou parte de seu cotidiano colonial, “quando é claro que deviam lembrar-se de quanto são devedores a esta Província, por tão jovial agasalho e generosos benefícios [que] com eles [são] despendidos”.

Por fim, o Diretor da Colônia finalizava seu arrazoado alertando Pimenta Bueno que em São Leopoldo atuavam homens que muito se empenhavam para que se mantivesse a desorganização da Guarda Nacional, “por que temem ser prejudiciados [sic] nas eleições futuras”. Em outras palavras, rixas anteriores, e não só pelo fato de um integrante da comunidade ter se apresentado fardado como braço do Estado imperial na localidade, tornavam aquele fato algo isolado e distante de premeditações.<sup>8</sup>

Bueno, por sua vez, tratou de tornar ainda mais claras, desde suas lentes, as rusgas daquele lugar. Encaminhou, para tanto, um ofício reservado a Eusébio de Queirós, queixando-se da atuação de “alguns homens mal intencionados”. Para o futuro Marquês de São Vicente, os habitantes da colônia de São Leopoldo, cuja população de homens em armas chegava ao notável número de oito mil, não nutriam um sentimento “de ser brasileiro”, já que não

---

<sup>8</sup> ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1850 (1850/1856). Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Anexo: Ofício da Diretoria da Colônia de São Leopoldo ao Presidente da Província, 6 de junho de 1850.

“consentem casamentos com pessoas brasileiras, nem querem que estas tenham datas de terras entre as deles”.

O presidente da província reclamava, sobretudo, dos benefícios concedidos aos colonos, que, por óbvio, debilitavam a saúde financeira da província, onerando o caixa provincial diante das dispendiosas estradas e igrejas frondosas que lá se construía. “Em suma”, conclui o futuro Marquês, “ao menos nessa província é muito melhor ser alemão do que [ser] brasileiro”. Mesmo assim, denuncia que um “pequeno grupo anárquico capitaneado pelo Bacharel Israel Rodrigues Barcellos, movido do [sic] interesse eleitoral daquele importante e populoso município, tem lisonjeado os colonos por todos os modos possíveis”. Intrigas políticas provinciais tomavam conta do debate, manuscrito a partir do palácio do governo em Porto Alegre.<sup>9</sup>

É lícito afirmar que o processo de qualificação de guardas nacionais, portanto, tomava conta do cotidiano de toda sorte de pessoas: pobres livres, interessados no sistema de diferenciação produzido a partir de então; a elite local, que porventura dominava os postos mais altos do oficialato e desejava ampliar sua clientela; bacharéis, deputados provinciais, presidentes de província e o ministro da justiça, com destacada atuação, como Barcellos, Bueno e Queirós.

Faz-se necessário, por ora, perguntarmo-nos: que processo era esse que tornava um homem representante do governo imperial em quaisquer localidades do Império? Da mesma forma, como um descendente de alemães, nascido no Brasil (ou alemão naturalizado, ou ainda quaisquer sujeitos passíveis à qualificação) era *qualificado* como Guarda Nacional?

### **3.1 “O Presidente pode fazer Guardas Nacionais” ou “qualificar e distinguir”: o processo de qualificação de guardas nacionais**

Após o Decreto 670, de fevereiro de 1850, teve lugar no debate político imperial a promulgação da Lei 602, em 19 de setembro de 1850, que é comumente denominada de Nova Lei da Guarda Nacional.<sup>10</sup> A partir desta data, por exemplo, temos a denominação de “velha

<sup>9</sup> ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1850 (1850/1856). Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício reservado número 9, 26 de junho de 1850.

<sup>10</sup> COLEÇÃO de leis do Brasil. Lei n. 602, de 19 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64284&norma=80189>

guarda nacional” para os anos entre 1831 e 1850.<sup>11</sup> A nova legislação determinava que dever-se-ia instituir, onde o poder imperial achasse necessário, comandos superiores de guardas nacionais (artigo 41); estava extinto o posto de coronel chefe de Legião (ou seja, no caso de São Leopoldo, Hillebrand perdeu seu posto na Guarda Nacional, mas manteve sua patente); nomear-se-ia coronéis para o posto de comandante superior (artigo 51); todas as nomeações para o oficialato deveriam passar pelo crivo do presidente da província. Para Fertig, o objetivo final desta lei era “controlar efetivamente a Guarda Nacional, principalmente no que se referia à composição inicial dos cargos da alta hierarquia ao nível local”.<sup>12</sup>

No tocante à qualificação para a guarda, a nova lei, que já se fizera sentir através do decreto 670, definia que três oficiais comporiam cada Conselho de Qualificação, e esses, por sua vez, seriam escolhidos diretamente pelo presidente da província. Também definia que as reuniões deveriam acontecer nas Igrejas ou Câmaras Municipais, e, não havendo estas disponíveis, qualquer outro prédio público; que os conselhos seriam realizados em distritos (ou paróquias) de cada companhia ou corpo, sob a responsabilidade de membros do oficialato.

O Conselho de Revista, ao qual se dirigiriam os insatisfeitos, seria formado pelo oficial mais graduado do local, pelo juiz municipal (ou delegado ou subdelegado de polícia) e pelo presidente da Câmara. As principais competências dessas reuniões era realizar o alistamento de cidadãos aptos a servirem como guardas nacionais, no serviço ativo ou na reserva, conceder isenções, dispensas, licenças, transferências e outros assuntos importantes para a administração da milícia.

Ainda na década de 1850, promulgou-se o decreto 2.029, de 18 de novembro de 1857, que dava organização definitiva à Guarda em províncias limítrofes do Império. A partir de então, como notou Fertig, os comandantes superiores passaram a suprir as necessidades administrativas da instituição com mais afinco, enviando, por exemplo, assiduamente, os mapas de forças, as propostas para o oficialato e os relatórios gerais sobre o estado dos corpos.

---

<sup>11</sup> MHVSL. Caixa Família Vetter. Pedido de Reforma e Revisão de Patente do Tenente Jacob Vetter. 27 de janeiro de 1860. Concedida a patente de Capitão. Na caixa ainda encontra-se a patente assinada pelo Imperador e os patações recebidos por Vetter. Em seu requerimento, Vetter se descreve como um tenente da “velha Guarda Nacional”.

<sup>12</sup> FERTIG, A. A. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 22.



Também notamos que, principalmente em 1858, diversos relatórios, livros e mapas foram produzidos em São Leopoldo para satisfazer a exigência do governo central.<sup>13</sup>

O decreto de 1857 ampliava o espectro de indivíduos passíveis à qualificação: a renda necessária foi diminuída à metade (agora 100 mil réis). Limitava a isenção de guardas nacionais ao proibir a nomeação dos mesmos como inspetores de quarteirão. Permitia que, sempre que necessário, o presidente da província pudesse nomear provisoriamente oficiais de linha do Exército para comandantes superiores e de corpos da guarda, tornando os oficiais efetivos dispensados, sob necessária solicitação de autorização por parte do Ministério da Guerra. Instituíu, por fim, que a substituição de um guarda que porventura servisse em um corpo destacado isentava o mesmo soldado ou oficial.

Todas essas medidas certamente provinham do contexto em que os atores sociais de que aqui tratamos, desde ministros do Império a colonos filhos de alemães na limítrofe província do Rio Grande do Sul, viviam e construíam suas relações sociais de solidariedade, parentesco e amizade. Devemos levar em conta que o recrutamento em território nacional era de difícil realização e que a Guarda Nacional, especialmente a rio-grandense, atuou na defesa da independência do Brasil ao lado do Exército nas guerras externas, como contra Oribe e Rosas e da Tríplice Aliança.

Acerca do recrutamento para o Exército, sabemos que ele se dava de maneira muito conflituosa. Mendes chega a falar de “um mundo estranhamente (des)ordenado”.<sup>14</sup> A distribuição do fardo do recrutamento para o Exército, desde a Independência, recaiu sobre os menos privilegiados, tanto financeira quanto relacionalmente. Podemos inferir que esse processo se deu contemporaneamente a outras atuações do poder imperial, talvez com o mesmo objetivo: coletar taxas, contar almas, regular associações, com o fim último de promover a ordem e fazer conhecer o seu próprio território e sua população.

A questão do recrutamento em território nacional pode ser entendida no contexto do processo de construção de um Estado e das mudanças que se operavam nas relações entre o poder central e seus agentes. Sabe-se que, em âmbito local, a obediência aos mandatos do poder central foi problemática, sujeita à barganha e traição, à formação de redes sociais de amizade, de camaradagem, de parentesco e de clientelas. Ou seja, grupos de influência locais e agentes do governo muitas vezes eram as mesmas pessoas, e quando não o eram, colocavam à

---

<sup>13</sup> FERTIG, A. A. *op. cit.*, p. 23.

<sup>14</sup> MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010, p. 7.

prova suas clientelas, seus poderes e suas redes, duelando com seus semelhantes. Assim, “não se podem compreender a dinâmica e os limites do recrutamento no Império sem tomar em conta que os agentes responsáveis pelas levas representam um dos principais obstáculos à sua efetividade”.<sup>15</sup>

Kraay, em seu estudo acerca do recrutamento militar no Brasil imperial, defende que este foi “moldado por uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres”.<sup>16</sup> Complexas regras não escritas governaram a prática no Brasil, durante o século XIX. Estas regras seriam compostas por um sistema em que contribuíram Estado, classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, todos, provavelmente, defendendo seus benefícios, por muitas vezes significativos.

Desde 1822, com as instruções normativas de 10 de julho, referentes ao Rio de Janeiro e posteriormente estendidas a todo o Império em 1826, as isenções se faziam reconhecer, o que Mendes destaca como uma herança do período colonial: “o mosaico de isenções [...] se auto-representa nos moldes corporativos do antigo regime, em que a igualdade formal importa menos que a garantia de ‘imunidades’ e ‘liberdades’ particulares”. Para essas instruções eram sujeitos ao recrutamento todos os homens solteiros brancos ou pardos libertos entre dezoito e trinta e cinco anos. Escravos e estrangeiros (aí incluídos, lembramos, os africanos livres) estariam, em princípio, livres do *tributo do sangue*.<sup>17</sup>

Ironicamente, as normativas que vigoravam acerca do recrutamento, eram chamadas de “lei do não recrutamento”, diante da extensa lista de isenções. A obrigação militar, e aí concordamos com Mendes, é a prestação litúrgica dos cidadãos do Estado brasileiro que mais dramaticamente representava a “complexa articulação entre autoridade e solidariedade”.<sup>18</sup> Ou seja, o poder soberano é testado a cada leva de soldados: se, por vezes, há um alistamento voluntário em massa, por outras, a recusa em comparecer nas fileiras imperiais é notável.

É preciso destacar ainda que o serviço militar durante o século XIX pode, por vezes, contrariar o conceito de *encargo*. Para alguns grupos étnicos segregados ou algumas minorias, a quem a cidadania plena era negada ou ausente, fazer seu nome estar presente nos róis de soldados ou guardas nacionais chamados ao serviço poderia parecer um caminho para atingir instâncias superiores no que tange, pelo menos, a diferenciação em sua comunidade. No

---

<sup>15</sup> MENDES, F. F. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 130.

<sup>16</sup> KRAAY, H. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, vol. 3, n. 1, 1999, p. 113.

<sup>17</sup> MENDES, F. F. *op. cit.*, 2010.

<sup>18</sup> MENDES, F. F. *op. cit.*, 2010, p. 33.

entanto, cremos que o apelo ao amor à pátria parecia pouco convincente quando o serviço de um soldado no Brasil incluía ser disciplinado brutalmente, trabalhar pesado durante anos, correr riscos de toda a sorte e, depois de um deslize, ser castigado com pranchadas de espada, além do sistema para galgar postos ser de difícil ascensão. “A vida militar no Brasil do século XIX, pois, combinava rotina, arbitrariedade e privação. A administração militar, sobretudo, apesar das inúmeras reorganizações, padeceria de interminável confusão”.<sup>19</sup>

Se pensarmos, primeiramente, no surgimento da Guarda Nacional, teremos como protagonista o sistema de recrutamento para o Exército e a desorganização geral deste último.<sup>20</sup> Se refletirmos sobre o recrutamento, teremos em mãos o papel ambíguo da Guarda Nacional para que esse processo se desse com o mínimo de satisfação. É certo que a milícia representava um item de primeira ordem no tocante à mobilização militar, já que era ela a instituição destinada a capturar, guardar e conduzir os recrutas na ausência do corpo policial ou do próprio Exército. Por outro lado, estar no rol de qualificados da Guarda isentava o praça do *tributo do sangue*. Ou seja, imersos em redes de cooperação e conflito locais, os guardas nacionais deviam solidariedade e lealdade política aos próprios agentes do recrutamento, o que, certamente, implicava em um alto grau de imprevisto e imprevisão dos resultados finais. Portanto, ser um guarda nacional se confundia igualmente a estar isento do recrutamento militar. Talvez teria sido essa uma das melhores estratégias de evasão para os cidadãos das províncias brasileiras. Mendes destaca que a “Guarda Nacional representava, na verdade, uma gigantesca rede de proteção institucionalizada, indisponibilizando a população para fins militares”.<sup>21</sup>

Por sua vez, a Guarda Nacional foi também o agente principal para a militarização da sociedade brasileira. Uricoechea e Saldanha compartilham a ideia que os serviços prestados de forma gratuita e litúrgica pelos súditos do Império contribuíram para suprir a falta de

---

<sup>19</sup> Estamos cientes de que a perspectiva de Mendes e Kraay são conflitantes: o historiador canadense defende que todos se beneficiavam do sistema e do processo do recrutamento, enquanto Mendes percebe esse processo como a imposição de um Estado e de suas elites sobre a população pouco favorecida econômica e socialmente. O próprio Mendes admite isso quando afirma que “Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay e Peter Beattie, de modo independente, mas convergente, analisaram a dinâmica do recrutamento militar no Brasil sob pontos de vista diferentes do meu, mas iluminadores”. Ver: MENDES, F. F. *op. cit.*, 2010, p. 9 e 46.

<sup>20</sup> Izecksohn afirma que “a criação da Guarda Nacional teria obedecido a um duplo movimento: minorar as despesas governamentais com as funções de controle e defesa e evitar que um Exército de grandes proporções se constituísse num elemento de instabilidade política”. Ver: IZECKSOHN, V. *O cerne da discórdia*. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, p. 54.

<sup>21</sup> MENDES, F. F. *op. cit.*, 2010, p. 91.

funcionários públicos necessários à “consecução racional do poder político”,<sup>22</sup> tanto que mobilizou um efetivo numericamente superior ao Exército de Linha, que possuía, por exemplo, em 1850, apenas 15 mil homens nos róis de recrutados.<sup>23</sup> Para São Leopoldo, por exemplo, temos um votante (ou um soldado da Guarda Nacional, se adotarmos a generalização de José Murilo de Carvalho) a cada dois fogos, segundo o mapa de população de 1858.

A partir de agora, pensaremos em duas vias: se por um lado, a Guarda Nacional, junto das reformas emanadas da Corte, era um dos meios de centralização do Estado imperial, cujo cerne era a *ordem*, por outro ela também era instrumento de criação de redes clientelares locais que terminavam por encontrar o próprio soberano ou seus ministros, num corte vertical da sociedade. Essas *duas faces de Jano*, exemplificadas, sobretudo, no compartilhamento do monopólio da violência pelo Estado e pelas elites locais, o que Ilmar Mattos chama de “relação dialética”<sup>24</sup> entre o governo da Casa e o governo do Estado, faz com que seja imprescindível a análise por meio de uma abordagem multiscópica. E o momento da qualificação de guardas nacionais nos parece decisivo para fazer conhecer os limites e brechas da ação estatal no século XIX, já que a Guarda Nacional era uma instituição relacionada aos interesses de grupos dominantes locais. Também para analisar em que medida a instituição se constituía como um pilar de sustentação da ordem. Em suma, “podemos dizer que [ela] [...] foi uma estrutura complexa na política de acomodações e compromissos recíprocos, característica da sociedade brasileira do Segundo Reinado”.<sup>25</sup>

Para Ilmar Rohloff de Mattos, em *O Tempo Saquarema*, sua tese de doutoramento, cujos objetivos centrais eram compreender a construção do Estado e de constituição da classe senhorial e demonstrar a relação entre esses dois processos, naqueles tempos vigorava a ideia de Império associada “à garantia de uma unidade e de uma continuidade”.<sup>26</sup> À Coroa cabia lidar com fissuras e divergências no interior da classe senhorial, com o fim de propiciar a unificação e a homogeneização dos representantes políticos da última, habilitando-os para dirigir e dominar.

---

<sup>22</sup> SALDANHA, F. H. D. *Os oficiais do povo. A Guarda Nacional m Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2006, p. 31.

<sup>23</sup> URICOECHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 131.

<sup>24</sup> MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC/INL, 1987, p. 138.

<sup>25</sup> GOLDONI, A. C. *Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2010, p. 20.

<sup>26</sup> MATTOS, I. R. de. *op. cit.*, 1987, p. 83.

Quando os conservadores estavam voltados às noções de ordem e de organização, a Corte promoveu a reforma da Guarda Nacional, com a finalidade de hierarquizar a sociedade por meio de sua milícia que, por sua vez, militarizava a sociedade. Ou seja, parece-nos que a Guarda reforçava a diferenciação entre o que Mattos denomina de “mundos” da sociedade imperial: dando ênfase no papel organizativo de uma instituição que claramente era considerada “elevada” – comumente chamada de *briosa* –, ela hierarquizava cidadãos entre os que poderiam e os que não poderiam ser guardas nacionais.

Ademais, àquela época ainda tivemos atos de “cunho repressivo”,<sup>27</sup> como a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico intercontinental de cativos; as medidas da Lei de Terras, que também propunha uma política de colonização juntamente com o decreto que, ainda em 1850, celebrava o contrato com uma sociedade colonizadora alemã.

Os aparelhos de coerção ainda foram modificados: a Marinha e o Exército sofreram reformas, como quando criaram-se os corpos de saúde, quando foi regulado o acesso aos postos do oficialato e quando fundaram-se uma escola de exercícios de artilharia e outras armas, um curso de infantaria e cavalaria para o Rio Grande do Sul e determinou-se, finalmente, as penas e processos para crimes militares.<sup>28</sup>

Ou seja, a Guarda Nacional se constituía em um dos “mecanismos privilegiados” que “unia por meio de uma cadeia de hierarquias o oficial de mais baixa patente e localizado no mais distante ponto do Império ao presidente da Província e ao ministro da Justiça, como [servia] também [para] difundir regras e concepções que propiciavam uma centralização”.<sup>29</sup>

Mesmo propiciando certo nível de centralização, ainda adicionamos que os agentes do poder central atuavam com ambiguidade, por vezes dando mais atenção ao “governo da Casa” do que ao “governo do Estado”, conferindo um caráter patrimonial, impedindo a separação entre os patrimônios público e privado desses agentes, e determinando a forma de recrutamento, distante de critérios relativos à competência e muito mais próxima das questões relativas às redes de parentesco, de amizade e de solidariedade.

Mesmo assim, é óbvio que os chefes de Legião da Guarda Nacional (antes de 1850), os juízes municipais, os comandantes superiores (após 1850), os párocos, os chefes de polícia, os

---

<sup>27</sup> Idem, p. 172.

<sup>28</sup> Também podemos incluir aqui as reformas da Polícia, a partir de 1842. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, pp. 17-82; BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas*. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

<sup>29</sup> MATTOS, I. R. de. *op. cit.*, 1987, p. 188.

professores e outros, em níveis local, municipal e provincial, eram peças-chave na construção do Estado imperial, em um jogo que não se dava somente nos pólos público e privado, ou Casa e Estado. Em suma, um “redator de uma folha local não raro se constituía num agente da centralização muito mais significativo do que um empregado público”.<sup>30</sup> Portanto, valores primazes para saquaremas, como *ordem*, ou ainda a adesão ao projeto imperial e ao próprio imperador e de respeito à Constituição que jornais locais difundiam, também cumpriam um papel integrador que muitas vezes não pode ser sequer comparado às atuações de agentes públicos.

A Guarda Nacional funcionava, assim, para Mattos, principalmente como agente centralizador através de sua rotina e dos rituais com os quais ela funcionava: eram, pois, eficientes meios para difusão do conceito ambíguo de “civilização”, e dos princípios conservadores dos saquaremas. Para o historiador, “a Guarda Nacional foi o mais eficiente e poderoso agente difusor das noções de ordem, disciplina e hierarquia, da associação entre unidade do Império e unidade da Nação, do estabelecimento da relação entre Tranquilidade e Segurança Pública e Monarquia”.<sup>31</sup>

Essa relação ambígua da Guarda Nacional foi tratada por Antonio E. Martins, Francisco Falcon e Margarida Neves, quando estudaram a milícia como um objeto de negociação de interesses que vinculava a Corte e as elites locais. Denominando como “ambigüidade aparente” essa relação, esses historiadores afirmam que o Estado em formação não tinha recursos para expandir seu aparelho burocrático e procurou, através da Guarda, transferir atribuições, mesmo que estas acarretassem ônus a quem as cumpria.<sup>32</sup> Sob influência do estudo várias vezes aqui citado de Fernando Uricoechea, a milícia foi, para aqueles autores, o meio pelo qual o Estado buscava “atender às necessidades da constituição de uma burocracia incipiente”. Ou seja, metade pública, metade privada, ela vinculava o poder público e o poder local.<sup>33</sup>

Os decretos e as leis imperiais certamente refletiam a demanda de um projeto de governo que buscava, sobretudo, alcançar algumas diretrizes que emanavam da Corte para as províncias. Ao compartilhar destas ideias, no entanto, não estamos abrindo mão de refletir não só acerca da recepção do sistema normativo a partir de baixo, mas, e sobretudo, de

---

<sup>30</sup> Idem, p. 213.

<sup>31</sup> MATTOS, I. R. de. *op. cit.*, 1987, p. 213.

<sup>32</sup> RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.

<sup>33</sup> SCHWARTZMAN, S. O Minotauro Imperial. Resenha. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 2, 1980, p. 259.

verificar a congruência dos fatores. A nova lei da Guarda Nacional, assim, não só é contemporânea da Lei de Terras e da própria Lei Eusébio de Queirós, mas também fazia parte de um projeto político vigente no Brasil do oitocentos, especialmente após 1850.

Como vimos, o crescimento da margem de manobra dos presidentes de província, ao delegar a lei a eles a capacidade de nomear diretamente os oficiais dos corpos, responder a conselhos de revista e nomear provisoriamente comandantes superiores, fez com que eles tivessem a possibilidade de exercer estreito poder sobre a milícia. Fertig e Saldanha constataram que os presidentes criticavam duramente a utilização de seus postos e da própria instituição como instrumento de mando local, especialmente no que tange as práticas político-eleitorais.<sup>34</sup>

Parece-nos que, inseridos no âmbito de uma cultura política clientelista, que, deixemos claro, favorecia não só o patrão, mas por vezes o cliente em potencial, os presidentes da província, diante de sua alta rotatividade no posto, viam-se imersos em redes de poder já muito antes consolidadas e, assim, tentavam manejar por laços sociais preexistentes, criticando ferrenhamente a Guarda Nacional e seus oficiais.

Ademais, a frase que dá título a esse subcapítulo, “o presidente pode fazer guardas nacionais” advém das discussões realizadas na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, em 1858. Proferida pelo deputado João Jacinto de Mendonça, em meio à discussão acerca da nomeação de um septuagenário para comandar a milícia do Corpo de Taim, ela também é reveladora dos espaços conquistados por membros da administração imperial que, na maioria das vezes, ao contrário dos comandantes superiores, mantinham-se pouco tempo no cargo, eram formados em cursos superiores do centro do país ou da Europa e provinham de realidades diversas, como é o caso do futuro Marquês de São Vicente ou do General d’Andréa. Tomamos a liberdade de transcrever aqui o diálogo em que a frase de Jacinto de Mendonça surgiu, acerca da situação da Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Sul.<sup>35</sup>

Antes disso, situaremos o leitor no âmbito do debate: em 1857, o presidente da província do Rio Grande do Sul nomeou para Comandante do Corpo de Guardas Nacionais

---

<sup>34</sup> FERTIG, A. A., *op. cit.*, 2010; SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010.

<sup>35</sup> Paulo R. S. Moreira calculou a rotatividade dos presidentes de província do Rio Grande do Sul em seu cargo. Eis os resultados: “Ao longo do período imperial, 77 indivíduos ocuparam a presidência da província do Rio Grande de São Pedro, em 102 gestões administrativas, numa média de permanência de 7,7 meses (263,67 dias). Oitenta destas gestões (79,2% do total) foram inferiores a um ano e somente 21 (20,8%) ultrapassaram este tempo”. Ver: MOREIRA, P. R. S. Ousando conceber esperanças de justa liberdade: dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha – 1868). In: *Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005, p. 142.

do Taim a um septuagenário, o que, a princípio, contrariava os regulamentos: só poderiam ser guardas nacionais homens qualificados com até 60 anos de idade. Nesse sentido, o deputado Luis Alves Leite de Oliveira Bello afirmava que

O Sr. Bello – A Guarda Nacional, por muitos anos desorganizada por falta do regulamento [...] teve enfim de receber esta organização especial e definitiva [referindo-se ao Decreto de 1857]; e coube a S. Exa. [o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana] a árdua tarefa. [...] Como porém, tem S. Exa. Usado *do poder imenso de que a armou a Lei da Organização Especial*, e definitiva da Guarda Nacional de Província? Sacrificando em toda a parte, Srs., com poucas e inevitáveis exceções, o partido das suas desconfianças de ontem, e da sua perseguição de hoje. As nomeações pendem, na sua maior parte ao menos, porque todas seria impossível para o pessoal do partido favorecido, as reformas e demissões são a partilha do lado contrário, isto é, do partido da oposição. [...] S. Exa. devia ter em consideração os bons serviços anteriormente prestados por essa porção imensa de oficiais que reformou, ou que deixou sem destino.

Bello denunciava que Ângelo Ferraz estava agindo com inconformidade, deixando de levar em conta os *bons serviços anteriormente prestados* por oficiais que foram sumariamente reformados. Para ele, “por vingança ou proteção” as coisas não deviam ser feitas por um presidente de província: “eis porque lhe fazemos oposição”, finalizava o deputado. Manuel Lopes Teixeira Júnior defendia a atuação do presidente, argumentando que “estando nas circunstâncias da lei, o governo pode mandar incluir na lista [de qualificação a qualquer pessoa], embora não esteja qualificado”. João Jacintho de Mendonça replicava que “essa quadra da organização da Guarda Nacional é uma verdadeira ditadura; visto que entendem que só depois de organizada [a milícia] é que começa a vigorar a lei [que a regula]” e que “o Presidente pode fazer guardas nacionais!”.

Talvez esse seja apenas um exemplo de disputas políticas provinciais. A parcialidade contrária ao septuagenário do Taim provavelmente contactou seus representantes na Assembleia para que estes deputassem contra a nomeação daquele oficial. Por outra via, o presidente da província aparece aí representado com um enorme poder político após 1857: por ele passavam todas as nomeações para a Guarda Nacional; ele as encaminhava ao Governo, que autorizava, na maioria das vezes, aquelas indicações.<sup>36</sup> Homens como Ângelo

---

<sup>36</sup> PICCOLO, H. I. L. (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998, p. 153.



Muniz de Ferraz, de “rápido turnover”,<sup>37</sup> também agiam com ambiguidade, já que por vezes desconheciam os laços que elites locais ou provinciais mantinham e construíam. Mas a eles cabia a função da organização local da milícia. E saber como isso ocorreu em São Leopoldo será nosso próximo objetivo.

### 3.1.1 Espaços de atuação política II: a Guarda Nacional de São Leopoldo

Em 8 de março de 1849, João Daniel Hillebrand reclamava ao presidente da província que estava encontrando dificuldades para organizar a Legião de Guardas Nacionais do recém “criado novo” município de São Leopoldo. Justificava a ausência de mapas de força e relações nominais dos cidadãos qualificados, pois “a maior parte de seus habitantes são alemães e estão estabelecidos em picadas, disseminados num terreno de ao menos trinta e cinco léguas quadradas”. Ademais, atestava a falta de inspetores de quarterão,<sup>38</sup> “por não ter entre eles brasileiros naturalizados [...] dos quais se poderia exigir as relações nominais dos moradores”. Parece-nos, sobretudo, que, à época, faltava a São Leopoldo parte da burocracia necessária para o mínimo de organização da milícia: sem inspetores de quarterão, não havia listas nominais; sem as listas, Hillebrand tinha de “tirar de todos os moradores as filiações, nomes, idades, para servirem”. Essa é a primeira notícia que temos acerca da Guarda Nacional instalada em São Leopoldo após sua elevação de Capela Curada à Vila (1846).<sup>39</sup>

Desde sua criação, a Legião estava subordinada à Comarca de Porto Alegre (posterior Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo). Além disso, de 1846 a 1850, fora chefiada pelo Coronel João Daniel Hillebrand. Compuseram a Legião um Batalhão de Infantaria (cujo comandante era o Ten.-Cel. Julio Henrique Knorr) e um Corpo de Cavalaria

---

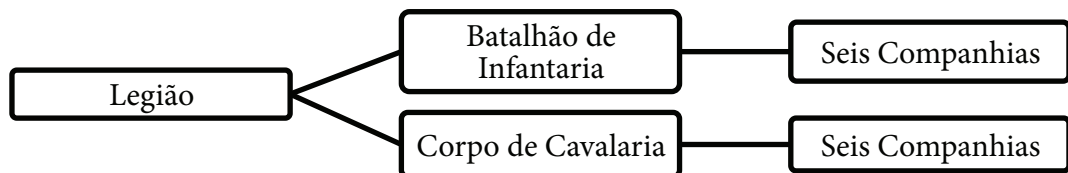
<sup>37</sup> MENDES, F. F. *op. cit.*, 2010, p. 83.

<sup>38</sup> “Sendo considerados como ‘uma autoridade na porta das casas’, eles deveriam ser escolhidos entre os cidadãos maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que gozassem de boa reputação em seus quarterões - não devendo, ainda, estarem qualificados para o serviço ativo da Guarda Nacional. Recebiam uma parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos - zelando pelas propriedades e pelo sossego de todos aqueles que moravam em seu quarterão. Para isso, como determinava o Código de Processo Criminal (art. 12º, § 2º), eles tinham autoridade para efetuar prisões em flagrante, para admoestar e, até mesmo, caso não conseguissem resultado prático com as admoestações, para obrigar a assinar ‘termos de bem viver’ a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, viviam pelas ruas ofendendo os bons costumes e perturbando o sossego público, tais como: vadios, mendigos, bêbados, desordeiros e prostitutas. Diariamente, tinham a obrigação de enviar para os juizes de paz uma parte circunstanciada dos acontecimentos ocorridos em suas respectivas áreas de jurisdição. Em suma, os inspetores eram a primeira instância do policiamento em cada aglomerado urbano, fosse este uma vila ou uma cidade”. Ver: SILVA, W. B. “Uma autoridade na porta das casas”: os inspetores de quarterão e o policiamento no Recife do Século XIX (1830-1850). *Saeculum – Revista de História*. N. 17. João Pessoa, jul/dez 2007.

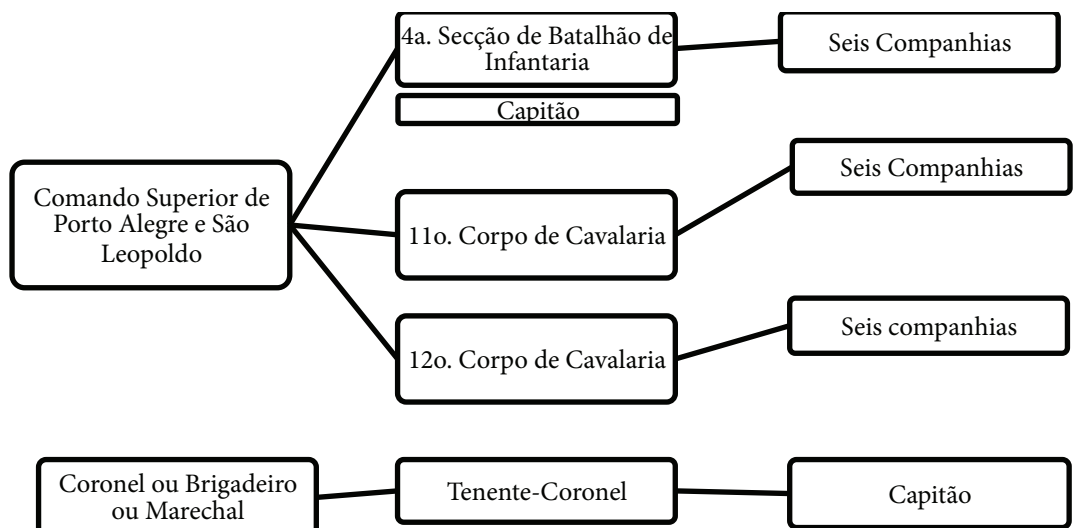
<sup>39</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo, doravante CSPoASL. Maço 23. Ofício de 8 de março de 1849, do Chefe de Legião de São Leopoldo ao Comandante Superior.

(que, em 1850, fora comandada por João Pedro d'Abreu, irmão do Barão do Jacuí<sup>40</sup>). A infantaria dividia-se em seis companhias (a primeira, em São Leopoldo; a segunda, em Campo Bom; a terceira, na Picada do Bom Jardim; a quarta, em Dois Irmãos, na picada do Travessão; a quinta, na Picada do Hortêncio; a sexta, na Feitoria Velha, picada do Mundo Novo). Já a cavalaria, tinha suas companhias localizadas em São Leopoldo (primeira), em Sapucaia (segunda), no segundo distrito de Santa Maria do Herval (terceira), no Rincão do Eusébio (quarta) e no Distrito de Sant'Anna do Rio dos Sinos (quinta e sexta).

Quadro 1 – Hierarquia da Legião da Guarda Nacional de São Leopoldo (1846-1850)



Quadro 2 – Hierarquia da Guarda Nacional de São Leopoldo (1850-1873)



<sup>40</sup> Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Barão do Jacuí, foi um militar brasileiro que atuou, principalmente, na Revolução Farroupilha, do lado dos Imperiais. Conhecido como Chico Pedro ou Moringue, o brigadeiro honorário foi um grande reunidor de tropas fiéis (ou nem tanto) ao Imperador. Acreditamos que seu irmão esteve entre os comandantes da Guarda também por seus interesses em terras na vila do Montenegro e na colônia do Maratá.

Após esse ofício, diversos outros se seguem, solicitando uma sorte de providências para o mínimo andamento do serviço miliciano: o Batalhão de Infantaria necessitava de uma casa alugada, para arrecadação de armamento, correame<sup>41</sup> e diversos outros utensílios, que também serviria para prisão de guardas nacionais; de um instrutor para o referido batalhão; de um tambor-mór, seis tambores e pífanos, que seriam pagos com dinheiro da Nação.

A primeira qualificação para a Legião em 1850 foi tumultuada. Não havia pessoas habilitadas suficientemente para compor a mesa, e João Baptista da Silva Pereira, Comandante Superior Interino, teve que propor uma mesa provisória composta pelo Coronel Chefe de Legião Hillebrand, pelo Ten.-Cel. Julio Knorr, pelo Major André Miguel dos Santos, pelo também Major Januário Antonio de Vargas, e, finalmente, pelo escrivão do Termo e Capitão José Joaquim de Oliveira.

Naquele ano, como já afirmamos aqui, ocorreriam mais mudanças. Após a Lei 602 de 19 de setembro, a Legião e o cargo de Coronel Chefe de Legião foram extintos. A Guarda Nacional de São Leopoldo agora seria submetida ao recém-criado Comando Superior de Guardas Nacionais de Porto Alegre e São Leopoldo. Assim como Fertig,<sup>42</sup> não encontramos o documento de criação deste comando. Apenas em 1853 fora nomeado Luis Manoel de Lima e Silva como chefe maior da Guarda dos territórios da Capital e São Leopoldo. Os nomes dos corpos mudaram. Foi extinto o Batalhão de Infantaria, agora chamando-se Secção de Batalhão. O corpo de cavalaria foi dividido e renumerado: com a nova organização, tornou-se décimo segundo aquele estacionado em São Leopoldo; as companhias de cavalaria do distrito de Sant'Anna e arredores tornaram-se décimo primeiro.

Apesar da aprovação da Lei, a reforma e a reorganização não se deram de forma sistemática e imediata. Em algumas localidades, como observado por Saldanha para Minas Gerais, autoridades alegavam demora na “modernização” causada pelo extenso território.<sup>43</sup> Percebemos, no entanto, que os comandos da Fronteira de Quaraí e Livramento, dos municípios de São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana, de Rio Pardo e Encruzilhada e, finalmente, de Cachoeira e Caçapava, todos na província do Rio Grande do Sul e de importantes posições

---

<sup>41</sup> Correame: “conjunto de correias, especialmente as do uniforme militar”. LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol. 1. Porto: Lello&Irmão, s/d, p. 654.

<sup>42</sup> FERTIG, A. A. *op. cit.*, 2010.

<sup>43</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010.

geopolíticas de fronteira foram criados ainda em 1850, com a assinatura de Eusébio de Queirós.

Há, apesar disso, nos anos subseqüentes a 1850, certa dificuldade no estabelecimento de uma rotina administrativa própria da Guarda Nacional. Apenas a partir de 1857, com o decreto 2.029, que reorganizava a milícia em províncias fronteiriças, é que percebemos um aumento documental e a rarefação das justificativas dos comandantes aos presidentes de província no tocante à dificuldade de organização.<sup>44</sup> Acreditamos, ainda assim, que esta não é uma particularidade rio-grandense. Jeanne Castro, Flávio Saldanha e Aline Goldoni perceberam o mesmo para Rio de Janeiro e Minas Gerais. Havia, assim, dificuldade em exercer um posto burocrático cujo cerne fossem “ideais racionais e legais”.<sup>45</sup>

Somente no ano de 1861 temos o primeiro mapa da força qualificada de São Leopoldo. Eis a compilação, em forma de tabela, dos integrantes da Guarda Nacional nos dois corpos de cavalaria e na secção de batalhão de infantaria leopoldenses.

Tabela 1 – Integrantes da Guarda Nacional (serviço ativo) em São Leopoldo (1861-1871)

Data	11. C. Cav	12. C. Cav.	4. Sec. Inf.	Total
01.10.1861	366	637	228	1231
01.07.1863	441	601	232	1274
01.10.1863	490	627	247	1364
01.01.1865	497	656	273	1426
15.02.1871	408	484	301	1193
01.07.1871	368	1876	281	2525

A partir dos mapas de força enviados aos presidentes de província, podemos concluir que o Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo, que era composto por dez corpos, batalhões, seções e esquadrões da ativa (Dores, Pedras Brancas, Sant’Anna, São Leopoldo, Aldeia, Viamão, Subúrbios da Capital, Avulsos, Infantaria da Capital, Secção de São Leopoldo) dependia, substancialmente, dos cidadãos qualificados em São Leopoldo. Esta afirmativa é confirmada pela tabela 2, donde destacamos que as três divisões de guardas da colônia e arredores perfaziam cerca de 35% de toda a força, incluindo aí os batalhões situados na Capital.

<sup>44</sup> COLEÇÃO das Leis do Brasil. Decreto n. 2029, de 18 de novembro de 1857. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62591&norma=78478>

<sup>45</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, p. 53.

Tabela 2 – Composição do Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo

Data	São Leopoldo	CSPOASL	%
01.10.1861	1231	3623	33,98
01.07.1863	1274	3522	36,17
01.10.1863	1364	3701	36,85
01.01.1865	1426	3843	37,11
01.07.1871	2525	5240	48,19

Em 1871, chegamos ao surpreendente número de 48% de guardas nacionais do Comando Superior serem qualificados em São Leopoldo. É claro que estes são indícios e não tomamos estes dados como exatos, mas que denotam um esforço por parte das autoridades da milícia na busca por conhecer seus próprios subordinados. Mendes, acerca disso, indica que os dados compilados pelos setores estatísticos da administração imperial eram repletos de lacunas, dando a conhecer “vazios burocráticos”<sup>46</sup> cujo cerne era a falta de informações e conhecimento acerca da rotina administrativa do Estado.

Se São Leopoldo era “um importante e populoso município”, com milhares de “homens em armas”, é de se supor que dali também partiam reclames, consultas, requerimentos e pedidos dos mais diversos, aos quais o historiador hoje tem acesso, e cujo conteúdo dá a conhecer estratégias cotidianas de cidadãos do Império que viam-se imersos no sistema normativo e, por conseguinte, procuravam manejar por suas frestas em busca de benefícios, diferenciações e solidariedades próprias da hierarquia social vigente naquele período.

Era seis de setembro de 1860, pelas nove horas da manhã. O antigo Chefe de Legião, Coronel Hillebrand, encontrava-se na casa do Tabelião de Notas do Termo, Joaquim José de Oliveira, na Rua do Fogo, “em frente a Casa da Matriz, onde se avista toda a praça”, possivelmente discutindo questões relativas ao bom andamento da administração da Vila. Dali ele observou que dois oficiais do Corpo de Cavalaria de São Leopoldo passavam em frente à casa do negociante Jacob Dihl. Em cima de seus cavalos, cumprimentavam-se. Hillebrand se regozijou, comentando com Oliveira que “agora estão os homens conciliados”. O tabelião de notas, por sua vez, discordou de Hillebrand. Sua visão um tanto mais apurada que a do sexagenário coronel fê-lo observar que os homens, antes de reconciliar-se, estavam discutindo, ambos de pistolas na mão, agora em frente à casa de um deles.

<sup>46</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, p. 58.

Tratava-se do Tenente Coronel Comandante do 12º Corpo de Cavalaria, Antonio José da Rocha Jr., e de seu subordinado, o Major José Alves de Moraes. Hillebrand correu até o local, procurando apartar a rusga. Chegou à casa de Alves de Moraes, onde encontrou sua família sentada e o Major de pé. Aconselhou-os a não saírem de casa e ao Major que desse fim àquela “questão tão triste”. Retornando à casa do Tabelião, encontrou o Tenente Coronel Rocha, a quem “falou no mesmo sentido de paz”.

Mediando momentaneamente a situação, o Dr. Hillebrand ouviu as explicações do Comandante do Corpo: ambos puxaram as pistolas com a finalidade de se defenderem. Antes disso, no entanto, houve “um desafio de espada”. Alves de Moraes contestou, em partes e em ofício, essa explicação. Disse o Major ao Comandante Superior da Capital, Luis Manoel de Lima e Silva, que a divergência entre os oficiais se deveu graças a conflitos ocorridos com o proceder do Comandante do Corpo, “com respeito aos trabalhos eleitorais”. Segundo Alves de Moraes, seu superior foi à sua porta e falou “precisava ter uma entrevista particular com o senhor, com armas”. Aceitando participar da dita, Moraes propôs que fosse “à espada”. No entanto, desrespeitando, segundo ele, as regras não escritas do duelo, Rocha Jr. engatilhou e apontou uma pistola. Logo após, surgiu Hillebrand, dizendo: “queremos uma eleição de paz”.<sup>47</sup>

Diante do ocorrido, Luis Manoel de Lima e Silva, doze dias depois, mandou que o Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional da Comarca, Ten.-Cel. Manoel José de Alencastro, fosse a São Leopoldo e ouvisse testemunhas, com o objetivo de tomar conhecimento dos acontecimentos. Além de Hillebrand, Alencastro ouviu o Major Joaquim José de Oliveira, o tabelião. Oliveira adicionou ao testemunho de Hillebrand que entre eles também se achava presente Francisco Ferreira Bastos e que, de fato, quem empunhara primeiramente a pistola fora Rocha Júnior.

Ao rol de testemunhas, ainda compareceu José Correia Ferreira da Silva, negociante da Ilha dos Açores, estabelecido no entorno da Praça da Matriz da Vila. Para Ferreira da Silva, a conduta de ambos os rusguentos “não parecia com [a de] dois Oficiais Superiores” e que aquilo que fizeram não devia ter vindo a público.

O advogado baiano Francisco Ferreira Bastos, procurador da Câmara Municipal, também foi ouvido. Dando mais detalhes acerca do quase-duelo, afirmou que ouviu o Major

---

<sup>47</sup> Sobre honras e duelos, ver: REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. 2011. Tese (História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Moraes, depois de ser convidado para a “entrevista”, gritar em direção à porta da sua casa: “Rita, traz minha espada”. Ainda foram agregados à lista de testemunhas Gregório Teixeira Lopes do Carmo, de Pelotas, e fiscal da Câmara, e Carlos Foges, ourives.

Finalmente, fez-se presente e ouvido Antonio José da Rocha Júnior. Segundo ele, encontrou-se com Alves de Moraes para fazerem as pazes. A reunião ocorreu casualmente, em frente à Igreja Matriz. O próprio Tenente Coronel sugeriu que decidissem “a questão de espada”, e que fossem ambos “para fora da Vila de maneira que ninguém nos veja”. Por sua vez, o Chefe do Estado Maior, após ouvir todas as testemunhas, concluiu que “a disciplina [foi] tão gravemente ofendida”.

O caso repercutiu tanto que o Chefe do Estado Maior dirigiu-se a São Leopoldo, com a finalidade de investigar o ocorrido. Em toda a documentação produzida acerca do quase-duelo, transparece o “triste exemplo [que deram os oficiais] a seus subordinados”. O próprio Luis Alves de Lima e Silva chegou a visitar a Vila, com o objetivo de promover a conciliação entre os inimizados, “por cousas de partidos eleitorais”. Aparentemente não obteve sucesso, já que o Tenente Coronel afirmava veementemente que enquanto o Major fazia com que oficiais e guardas do corpo se incitassem contra ele, maquinando um artifício desmoralizante, nunca “poderia existir sincera inteligência entre ambos, mormente em uma época de tão calamitosas intrigas eleitorais”. Uma difícil época se avizinhava, para o Comandante Superior.

A despeito da tentativa de fazer com que o Major Alves de Moraes se transferisse para o 10º Corpo de Cavalaria do Taquari, Lima e Silva enviou todos os papéis produzidos por ele próprio e por Alencastro para o Presidente da Província, pedindo que este resolvesse tudo conforme sua inteligência. A transferência foi cancelada, já que “poderia trazer isto desconfianças invectivas da parte dos partidários do Major, supondo [...] que o queríamos a todo custo arrancar *do campo de suas pellejas eleitorais*”.

O caso tomou proporções ainda maiores, atingindo o Brigadeiro Luis Manoel de Lima e Silva. Ao enviar os papéis resultantes de sua “investigação” para o Conselheiro Joaquim Antonio Fernandes Leão, então presidente da província, o brigadeiro teve como resposta que seu procedimento foi irregular, haja vista que Lima e Silva resolveu, por si próprio, suspender o Major de seu cargo no oficialato. As notícias deste acontecimento são escassas. Há apenas um ofício no qual Lima e Silva justifica suas ações por saber “quais são os deveres e atribuições” como Comandante Superior. Por fim, um conselho de disciplina foi reunido para que o caso fosse julgado, cujo presidente foi André Miguel dos Santos (Coronel Reformado),

os vogais Antonio José da Silva Guimarães (Coronel Reformado), João Tomás de Souza Andrade Lobo (Major do 13º Corpo de Cavalaria) e os Capitães Antonio Marcelino Nunes e José Ignácio de Alencastro (do 11º Corpo de Cavalaria), além do promotor, o Major Comandante da 7ª Secção da Reserva João Coelho Barreto.<sup>48</sup>

Não sabemos do resultado do conselho de disciplina. Sequer encontramos vestígios dos documentos produzidos a partir da nomeação da Mesa. No entanto, temos conhecimento que nada ocorreu com o Ten.-Cel. Rocha Jr., haja vista que ele continuou no Comando do Corpo de Cavalaria do ano de 1861 até 1865, inclusive participando dele, como presidente, dos Conselhos de Revista, ao lado de Hillebrand e Antonio da Silva Guimarães.<sup>49</sup>

Tampouco temos notícias de punições maiores ao Major José Alves de Moraes. Ele presidiu, em 1861, o Conselho de Qualificação do corpo a que pertencia, como presidente do mesmo, ao lado do Capitão João Schmitt, do Tenente Vogal Antonio Joaquim da Silva e do Tenente Secretário José Francisco de Vargas Dias.<sup>50</sup>

No entanto, o Major não contava com a confiança do Comandante Superior. Ao solicitar, em outubro de 1861, à tesouraria da Fazenda o soldo de Capitão e uma cavalgadura, acrescido do valor mensal de vencimentos de 2 contos e 8 mil réis (que superavam os do próprio Comandante, três vezes maiores que os do Chefe de Estado Maior), teve seu pedido encaminhado ao presidente da província, mas não sem antes ser anexado a este último um ofício reservado, no qual Luis Manoel de Lima e Silva afirma que, apesar dos serviços prestados antes da Guerra Civil da Província – na qual foi dissidente, ocupando o posto de Tenente Coronel –, “por causa de partidos eleitorais”, desobedeceu ao comandante do Corpo, faltou-lhe a subordinação, e, no entanto, ficou impune, servindo no mesmo Corpo, em desarmonia com seu chefe, a ponto de nem o cumprimentar e muito menos cumprir ordens, “dando os mais fatais exemplos a seus subordinados”.<sup>51</sup>

Por outro lado, Antonio José da Rocha Jr., manteve relações e laços muito mais próximos com o Comandante Superior, especialmente em momentos belicosos. Em janeiro de 1865, por exemplo, ao receber o ofício solicitando que todos os oficiais e soldados do Corpo

---

<sup>48</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 24. Documentos relativos ao proceder do Major e do Tenente-Coronel Comandante do 12º Corpo de Cavalaria de São Leopoldo. 15 de setembro a 3 de outubro de 1860.

<sup>49</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Conselho de Revista do Corpo de Cavalaria de São Leopoldo, em 17 de julho de 1860.

<sup>50</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Conselho de Qualificação do Corpo de Cavalaria de São Leopoldo, em 28 de julho de 1861.

<sup>51</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 24. Ofício reservado do Comandante Superior de Porto Alegre e São Leopoldo ao Vice-Presidente da Província. 22 de outubro de 1861.



que comandava, exceto ele próprio, fossem destacados para o serviço bélico, escreveu, a próprio punho, um ofício no qual destacava seu conhecimento do *métier* da guerra. Seus comandados, eram, para ele e graças a ele, uma organização homogênea, “tendo por base o casco de um corpo que foi sempre organizado sobre os auspícios dos mesmos chefes”.

Com a finalidade de dispor-se a se manter na comandância, Rocha Jr. dava a conhecer a possível “mágoa do soldado que se vê longe do chefe natural *a quem estava acostumado a obedecer e venerar*”. Ele, um Tenente Coronel com experiência, estava disposto, como sempre ocorria diante “do brado de angústia de nosso país”, a acompanhar seus comandados, haja vista que estava estremeado e destinado a “cooperar na desafronta do insulto lançado sobre nossa terra”. Desejava, por fim, “um lugar entre o exército de bravos com que o pavilhão auriverde vai levar a paz e a ventura ao meio daqueles desavisados”. Embora não tenhamos acesso à resposta a este requerimento, documentos de anos posteriores nos fazem crer que o pedido de manutenção no cargo foi aceito.<sup>52</sup>

Oficiais como Rocha Jr. e Alves de Moraes disputavam uma clientela eleitoral, seus subordinados diretos da milícia cidadã. Enquanto o primeiro procurava manter seu séquito sob controle, a estratégia do segundo era desmoralizar o comandante local frente aos comandados, com a finalidade de fazer com que o prestígio do tenente coronel caísse em descrédito. As frestas abriam-se e fechavam-se de acordo com as escolhas desses atores sociais que, nesse momento, buscavam benefícios eleitorais, mostrando ser a Guarda Nacional um espaço de atuação política privilegiada. No entanto, queremos destacar aqui as preocupações que transparecem nos depoimentos tanto das testemunhas quanto dos oficiais briguentos: era preciso dar exemplo aos comandados, fazê-los respeitar seu comandante e, sobretudo, atuar com disciplina. Esse cuidado cotidiano nos leva a crer que a relação entre qualificador e qualificado (ou aquele que selava a insígnia de cidadão do Brasil a um [ainda] não-cidadão) é complexa. E perguntamo-nos: como um qualificado, desde o momento em que estava na frente daqueles três homens do Conselho, na sala da Câmara Municipal, obedecia a seu comandante? E, ainda, como um comandante seria e teria que agir para ser respeitado e, sobretudo, tivesse sua autoridade legitimada?<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 25. Ofício do Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria de São Leopoldo ao Comandante Superior. 27 de janeiro de 1865.

<sup>53</sup> Acerca da relação entre comandantes e comandados, ver: COMISSOLI, A. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: COMISSOLI, A.; MUGGE, M. H. *Homens e Armas. Recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

São duas perguntas que nortearão os próximos momentos dessa dissertação. Mesmo sendo uma tarefa difícil, tentaremos dissociá-las momentaneamente. A primeira tomará nossa atenção agora. O terceiro capítulo ocupar-se-á da segunda.

### 3.2 Das delícias da paz ao teatro da guerra: qualificar em tempos belicosos

Em 1851, o Chefe de Divisão Pedro Ferreira de Oliveira,<sup>54</sup> ao entregar ao então Conde de Caxias a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, registrou, em seu “relatório do estado”, publicado pela Typographia do Mercantil (à Rua da Praia, na Capital), a escassez de recursos que o Caixa Provincial sofria. Ele também apontava informações acerca dos projetos de colonização que no Rio Grande do Sul estavam instalados, que tudo estava prosperando e, sobretudo, que as associações particulares eram muito melhores para os interesses fiscais da Província, se comparadas às iniciativas públicas. Outrossim, São Leopoldo, a primeira Colônia, para ele, era a “mais florescente [...] que tem hoje uma população maior de [sic] dez mil almas”. Ferreira de Oliveira presidiu o Rio Grande do Sul no interregno entre as administrações de José Antonio Pimenta Bueno e do Marquês (antes Conde) de Caxias.

Ainda no tocante ao “estado” de São Leopoldo, Ferreira de Oliveira observava grandes prejuízos causados por colonos que supunham-se isentos das obrigações do serviço da Guarda Nacional, cidadãos brasileiros que eram. Além do mais, as autoridades públicas toleravam excessivamente esta prática, haja vista “que não procuravam destruir tão desvantajosa crença”. Ali, na Colônia, o Chefe de Divisão encontrou um “estado desagradável” de organização da milícia,

apesar das recomendações mais claras do meu digno antecessor [...], pois tudo estava por fazer, e não só não se achavam qualificados todos quantos constavam e deviam constar dos arrolamentos da população, como mesmo aqueles que se achavam já indicados nas qualificações imperfeitíssimas que se haviam feito, não compareciam, não trepidando em desobedecer as vezes às ordens das autoridades, conquanto nem

---

<sup>54</sup> Nascido na Freguesia do Pilar, na Província do Rio de Janeiro, estudou na Academia da Marinha. Enviado a Pernambuco em 1817 para conter os rebeldes. Acompanhou a volta de D. João VI a Portugal, e, logo após a Independência, voltou ao Brasil. Em 1824, novamente lutou em Pernambuco, ao lado de Davi Jevret. Em 1828, comandou o brigue Pampeiro, na Guerra Cisplatina. Foi Comandante-em-Chefe da estação naval no Rio da Prata, a partir de 17 de janeiro de 1845. Prestou, após a Guerra contra Oribe e Rosas, serviços de proteção ao comércio brasileiro em Montevideo. Depois, foi presidente da província do Rio Grande do Sul. Após, foi ao Paraguai em missão diplomática em 1855, nomeado vogal do Conselho Supremo Militar em 1857, conselheiro de guerra em 1858 e diretor da Escola da Marinha em 1859. Faleceu em 1860. Ver: SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol I e II, 1999.

sempre chegasse ao meu conhecimento essas irregularidades pelo interesse que se tomava em ocultar essas faltas graves e altamente censuráveis.

O texto do fluminense presidente da província do Rio Grande torna claras as dificuldades que, não só em São Leopoldo, mas especialmente ali, eram encontradas no processo de qualificação de guardas nacionais, diante dos recentes clamores à guerra e à fresca pacificação da província após a Guerra Civil. Oliveira ainda repercutia ao seu sucessor, o *notável* Conde de Caxias, que as qualificações não ocorriam com o devido respeito às normas estabelecidas em 1850; que, por vezes, as próprias autoridades locais, lembramo-nos aqui das questões relativas ao *diletantismo* dos agentes do recrutamento, não levavam notícias ao presidente da província, por interesse próprio ou coletivo; e, finalmente, que as irregularidades ocultadas eram faltas graves e censuráveis.

Ao tentar dar o mínimo de organização à milícia, Ferreira de Oliveira, de longa carreira na comandância da Marinha, enviou à localidade o Coronel Vicente Paulo de Oliveira Villas Boas, “Inspector Geral da Guarda Nacional”, para perscrutar as causas daquelas ocorrências. Surpreendentemente, após o desempenhar de Villas Boas em São Leopoldo, já se achavam qualificados 950 guardas nacionais (600 da guarda móvel, 170 da ativa e 180 da reserva).<sup>55</sup>

Relatórios semelhantes ao de Ferreira de Oliveira não são raros. Em 1858, Ângelo Moniz da Silva Ferraz afirmava que “parece que esses colonos estão fora de ação das Autoridades desta Província, e se regem por si”.<sup>56</sup> Ainda podemos recordar as correspondências supra-referidas entre Pimenta Bueno, Hillebrand e Eusébio de Queirós, em 1850. Ou seja, havia uma preocupação com a Guarda Nacional e as demais instituições, não só militares, do Estado no território leopoldense. André Fertig, por exemplo, em sua tese de doutoramento, dedicou subcapítulo especial ao estudo dos casos de resistência de alemães e descendentes de alemães à qualificação para a Guarda.<sup>57</sup>

Casos de resistência explícita, como já aqui afirmamos, normalmente fugiam da normalidade burocrática e acabavam por gerar parcela considerável de documentação institucional. Portanto, atentamos que, além de que “a contrariedade de alemães da colônia de São Leopoldo a serem recrutados para o serviço na Guarda Nacional foi algo freqüente”,

---

<sup>55</sup> Center for Research Libraries, doravante CRL. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Sul. Relatório de 30 de junho de 1851, pp. 11-13.

<sup>56</sup> FERTIG, A. A. *op. cit.*, 2010, p. 339.

<sup>57</sup> FERTIG, A. A. A milícia como instrumento de integração dos alemães à nação. In: FERTIG, A. A. *op. cit.*, 2010, pp. 339-370.

comumente tais atos de resistência tinham ecos semelhantes em outras localidades do Império.

Em suma, queremos afirmar aqui que, se, em São Leopoldo, descendentes de alemães (e aqui frisamos essa especificidade, haja vista que **todos** os estrangeiros, exceto os naturalizados, eram isentos do serviço na Guarda Nacional, e o comprovavam apresentando passaporte ou documento de entrada no Brasil) procuravam maneiras diversas de isentarem-se, como quando João Kramer pediu dispensa de seu caixeiro viajante, o mesmo ocorria em Rio Grande, quando Francisco José Garcia, caixeiro da firma inglesa Wigg&Irving, e Cândido José de Alencastre, da firma Köhler&Cia., tiveram seus pedidos aceitos pelo presidente da província Figueiredo de Mello, em 1871.<sup>58</sup>

Dito isso, frisamos que não estamos deixando de lado especificidades locais, mas desejando cotejar fontes de localidades diferentes com a finalidade de conseguir chegar a conclusões mais gerais, para além da assertiva de que mobilizar *descendentes* de alemães para as tropas era uma atividade difícil (afinal, mobilizar tropas comumente era uma tarefa complicada). Ou seja, seria mais profícuo perguntar de que maneira os moradores de São Leopoldo procuravam se evadir da qualificação à milícia e que estratégias cotidianas se utilizavam. Finalmente, após tal perspectiva, compará-la com as obtidas por outros historiadores ou por registros burocráticos do Brasil imperial.

Infelizmente, encontramos poucos registros acerca dos Conselhos de Qualificação, mormente requisições, pedidos, requerimentos, que, em sua maioria, tratam de dispensas e isenções. Poucos deles ainda relatam alguns abusos que ocorreram posteriormente ao processo. É certo que, como relatado por diversos presidentes de província, a organização da milícia era custosa e de difícil realização. Ainda mais quando, como foi denunciado por Pedro Ferreira de Oliveira, um homem de cabedal militar considerável, autoridades locais buscavam

---

<sup>58</sup> ANRJ. Série Guerra. IG13 1190. Ofício do presidente da província ao comandante superior da Guarda Nacional de Rio Grande, em 10 de dezembro de 1871. Podemos citar aqui outros exemplos: em São Leopoldo, diversas tentativas de empregar-se como Inspetor de Quartelão para isentar-se da qualificação foram registradas pelas autoridades; em Rio Grande o mesmo ocorria (AN. Série Guerra. IG13 1190. Ofício do presidente da província ao comandante superior da Guarda Nacional de Rio Grande, em 11 de dezembro de 1871). Enquanto que, em São Leopoldo, o emprego de secretário da Câmara Municipal ou de vereador era utilizado como meio de dispensa, em Rio Grande a possibilidade aberta pelas *frestas do sistema normativo* era conseguir um emprego na Alfândega ou como sacristão na Matriz (AN. Série Guerra. IG13 1190. Ofício do presidente da província ao comandante superior da Guarda Nacional de Rio Grande, em 12 de dezembro de 1871). Enquanto que os prussianos de São Leopoldo buscavam resguardo no Cônsul da Prússia instalado em Porto Alegre, italianos e portugueses riograndinos enviavam ofícios aos seus agentes consulares em busca de proteção (por este motivo nos detivemos mormente em pesquisar ofícios e pedidos registrados em Rio Grande – AN. Série Guerra. IG13 1190. Ofício do presidente da província ao comandante superior da Guarda Nacional de Rio Grande, em 26 de fevereiro de 1872).

barrar o funcionamento da máquina pública-privada que geria as listas de qualificados. Foi o que ocorreu no verão de 1858.

O tenente Francisco Ferreira Bastos, do qual aqui já tratamos – que tornar-se-ia procurador da Câmara Municipal e onze anos depois do fato que estamos tratando seria assassinado –, então tenente secretário do Corpo de Guardas Nacionais da Vila de São Leopoldo, teve de responder, em juízo, a uma grave acusação.

O Delegado de Polícia, que também era Juiz Municipal, Guilhermino Clemente Marques Bacalhau, ainda em 24 de fevereiro, mandava autuar o referido tenente, graças a uma denúncia feita pelo promotor público interino da 1ª Vara do Crime. Na dita denúncia, do qual era signatário Augusto Frederico Souza Pinto, constava que Bastos, oficial que era, recebia dinheiro de guardas nacionais para isentá-los do serviço ativo. Essa atuação indevida era regulada pelo Código Criminal, especificamente seu artigo 130, o qual versava acerca do crime de peculato. Segundo o promotor, avultavam as queixas contra o tenente, pois os guardas do destacamento “já não [tinham] onças a dar”. Diversas outras denúncias ainda são levantadas, como o fato de o tenente, por já ser procurador da Câmara, utilizar de “artifícios fraudulentos para obter de outrem a fortuna, e assim é considerado um flagelo naquele lugar”. Para tanto, cobrava impostos inexistentes, “cometendo toda a sorte de estelionato”. Como testemunhas, Souza Pinto incluiu no rol grande sorte de homens destacados localmente: Nicolau Stumpf, Guilherme Matte, Alberto de Quadros Bittencourt, Francisco José da Costa, Inocêncio Alves Camargo Canivete, Cap. José Bento Alves, Henrique Pedro Müller e o negociante João Pedro Schmitt.

Jacob Häch, filho do lavrador Jacob Häch, da Picada dos Dois Irmãos, foi destacado, em 1857, para Porto Alegre. O Guarda Nacional, no entanto, desertou, deixando seu armamento no local. Ao chegar a São Leopoldo, foram-lhe exigidas as armas e foi encaminhado um pedido para que respondesse ao Conselho de Qualificação, desertor que era. Seu pai, no entanto, conhecia um advogado que atuava na Vila de São Leopoldo, que poderia ajudá-lo a livrar-se das acusações. “Oferecera-se a ele o dito Francisco Ferreira Bastos”, segundo o pai do jovem guarda. A família levantou a quantia de duas onças em ouro, que foi entregue ao advogado e tenente, com a presença do rico negociante e comerciante João Pedro Schmitt. O mesmo fez outro colono, Pedro Kerber, para ver seu filho livre do oneroso serviço de destacamento.

O ocorrido com Häch e Kerber baseou a denúncia do promotor público. No entanto, nenhuma das testemunhas confirmou o fato e todas destacaram o prestígio que gozava Francisco Ferreira Bastos no Quarto Distrito. O réu foi defendido por Antonio Angelo Christino Fioravanti e, em interrogatório, respondeu que aquilo não passava de maquinações de seus inimigos – “que não há quem não os tenha” – para enganar a promotoria. A denúncia foi julgada improcedente.<sup>59</sup>

Não só em processos criminais como o acima citado podem ser encontrados indícios de comportamentos sociais tipicamente oitocentistas. Se inimigos quaisquer, já que “não há quem não os tenha”, moviam recursos para que outros respondessem a processos, outras pessoas denunciavam abusos de autoridades e atuações anormais em jornais. E isso ocorria com certa frequência.

Também em 1851, Alberto Schiffmann, um alemão que já havia passado pela Província de São Paulo e transitava entre Porto Alegre e São Leopoldo, fez publicar no periódico *O Pharol*, da Capital, uma “carta de um colono alemão de S. Leopoldo a seu amigo na Alemanha”. Na realidade, Schiffmann residia em Porto Alegre e ali lecionava línguas (alemã e inglesa) no colégio Hilário Lopes Gonçalves. A carta causou alvoroço nas autoridades locais. Em São Leopoldo, ocupou-se da investigação o Chefe da Polícia da Província, em deputação ao Presidente da Província, Pedro Ferreira de Oliveira.

Ciente do caso, o Ministro dos Negócios da Justiça, Conselheiro Paulino José Soares de Souza, mandou que se investigasse a conduta do dito Schiffmann, haja vista suas declarações contidas na carta publicada. Recolhido ao Quartel do Corpo Policial da Capital, o alemão seguiu para a Corte, com a finalidade de ficar “à disposição do Exmo. Sr. Ministro da Justiça”,

---

<sup>59</sup> APERS. N2934M57E74. Autos Crimes. Delegacia de Polícia de São Leopoldo. A Justiça contra Francisco Ferreira Bastos. 1858. O Dr. Antônio Angelo Christino Fioravanti era natural da Vila de Santo Antonio da Patrulha, onde nasceu em 1814, filho legítimo do italiano Mário Cristiano Fioravanti (médico e cirurgião) e de dona Emereciana Peixoto (filha do fazendeiro Francisco da Silveira Peixoto). Nos dizeres do cronista Aquiles Porto Alegre (1919, p. 172), “era imaginoso, cheio de verve e de palavra fluente e luminosa. Para a absolvição dos seus constituintes, lançava mão de todos os recursos que os hábeis advogados empregam. Ninguém o excedia na graça, ninguém tinha, como ele, o poder de tocar a oração dos que escutavam os rasgos de eloquência de sua palavra arrebatedora. Durante muitos anos exerceu o cargo de administrador da mesa de rendas, onde prestou bons serviços”. Fioravanti tornou-se advogado pela sociedade de Direito de São Paulo, em 1836 (ver: FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: CEMJUG, 2001). O dr. Fioravanti faleceu em 1870 e, em 17 de fevereiro daquele ano, a sua viúva Clara Cristina Fioravanti libertou os pardos Eduardo e Laudelino, com a condição que ambos a servissem até o momento de sua morte, “por reconhecer em minha consciência serem filhos de meu finado marido” (ver: MOREIRA, P. R. S.; TASSONI, T. *Que com seu trabalho nos sustenta*: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748/1888). Porto Alegre: EST, 2007). Ver também: COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a “intolerância política” e a “sede ardente de mando”*: família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes (1845-1870). 2011. Tese (História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ordem dada por Pedro de Oliveira em 26 de abril, apenas quatro dias depois da publicação e veiculação d'O Pharol.

O texto de Schiffmann, de cunho extremamente emocional – “tu acharás esta carta manchada de nódoas. São minhas lágrimas que me correm nas faces” – denunciava o estado de desorganização do governo brasileiro no tocante à imigração alemã. Adicionava que o agente consular brasileiro estabelecido em Bremen dava notícias falsas acerca do Brasil, com a finalidade de ludibriar futuros emigrantes – “são tão mentirosas [as notícias] como os contos de Munchhausen”. Para Schiffmann, o ideal seria que seus irmãos da Alemanha emigrassem para os Estados Unidos da América, “mas para o Brasil nunca, nunca!”.

Acerca da Guarda Nacional, para ele havia “uma excelente lei a respeito, da qual são sujeitos todos os cidadãos com igualdade – os nossos filhos nascidos aqui também o são”. Tomamos a liberdade de transcrever os parágrafos finais do texto de Schiffmann publicado n'O Pharol:

Existe no Brasil uma excelente lei a respeito da Guarda Nacional, a qual são sujeitos todos os cidadãos com igualdade; – os nossos filhos nascidos aqui também o são. – Nós estamos mui satisfeitos com isto. – Mas imaginai, quando se nos tira um filho para o serviço, não temos o direito a comprar, como qualquer outro brasileiro o tem, um escravo para seu lugar, e somos desta maneira muitas vezes **privados dos braços mais fortes e mais úteis**; enfim, carrega-se sobre nossos ombros as mesmas cargas, mas nega-se-nos os mesmos direitos.<sup>60</sup>

A denúncia do alemão radicado em Porto Alegre fazia menção à lei que proibia a compra de escravos em zonas coloniais, que, por vezes, foi ignorada. Há indícios que muitos alemães e descendentes deles moradores em São Leopoldo e na zona colonial da Vila compravam e negociavam escravos.<sup>61</sup> O que destacamos é, novamente, uma denúncia comum a todas as localidades do Império: o serviço de destacamento da Guarda Nacional lesava os interesses pessoais dos pouco abastados (mas com rendas suficientes para serem qualificados).

---

<sup>60</sup> ANRJ. Série Justiça. IG1 850. Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Troca de correspondências ocorrida entre 25 e 28 de abril de 1851.

<sup>61</sup> Trata-se da lei provincial n. 304, de 30 de novembro de 1854, que, em seu artigo 8 estabelecia que os “colonos poderão cultivar em suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas: não poderão fazê-lo por meio de escravos seus, ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sobre qualquer pretexto que seja”. Ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais – século XIX*; ALVES, Eliege Moura. *Presentes e invisíveis. Escravos em terras de alemães. São Leopoldo, 1850-1870. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Dissertação em História, 2004*; ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história. Canoas: ULBRA, 1994*; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Imigração alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro. Acervo. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 165-178, jul/dez 1997.*

Perdiam-se braços para o trabalho na agricultura familiar, que agora seguravam baionetas e carabinas.<sup>62</sup>

Assim como Schiffmann, *O Argos*, pseudônimo de um escritor leopoldense, decidiu utilizar de periódico da Capital para denunciar abusos ocorridos em São Leopoldo. Com o soar do clarim da guerra contra o Paraguai, o *Jornal do Commercio* de 25 de novembro de 1865, um sábado, continha um “A Pedido” destinado ao presidente da província e ao comandante superior da comarca.<sup>63</sup>

O alvo do A Pedido era a 4ª Secção de Infantaria e seu Capitão Comandante. Logo após a ordem de marcharem para São Gabriel, com a finalidade de defender o território brasileiro, segundo o autor do texto, as coisas não ocorreram como esperado. A Secção que antes era vista “cheia de entusiasmo”, marchou como “um grupo de esqueletos” que era composto por “pretos, que foram cativos, estrangeiros maiores de 50 anos, índios esfarrapados, descalços e idiotas, desertores, mendigos e doentes, [...] um triste e repugnante espetáculo”.

A causa de uma garbosa infantaria tornar-se um grupo de esqueletos, para *O Argos*, era a realização da substituição de soldados qualificados. Substitutos que “se tinham agarrado a laço e bolas”. O artigo 126 da lei 602 de 1850 regulava a substituição: qualquer guarda destacado podia dar em seu lugar um substituto que fosse cidadão brasileiro e com idade entre 18 e 40 anos. Denunciava ainda que um homem maior de 50 anos e com numerosa família foi aceito como substituto; que um moço vigoroso, filho de Carlos Panitz, foi substituído por “um português esfarrapado” – cuja transação foi feita graças à entrega “de boa soma, segundo é voz pública, ao sargento quartel mestre da secção, filho do comandante”;<sup>64</sup> que um pardo bêbado e desertor da Marinha substituiu o filho de João Bilt; que Germano Koch foi substituído “por um índio, idiota, de nome Gaspar, esfarrapado, descalço e mendigo, pela quantia de seis onças que entregou ao sargento quartel mestre da secção”; outras denúncias se seguem, como, por exemplo, que os filhos de Jacintho José da Silveira foram dispensados do destacamento pois seu pai era fiador do filho do comandante, assim como ocorreu com os filhos de Manoel Moreira de Figueiredo.

---

<sup>62</sup> O viajante Robert Avé-Lallemant, quando passou por São Leopoldo, destaca o desconhecimento dos colonos que moravam afastados do centro da Vila acerca da Guarda Nacional: “chega um oficial, de cuja existência nunca ouviram falar, e dá a ordem: ‘Vesti a farda da Guarda Nacional e tomai a carabina’”. AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, pp. 114-157.

<sup>63</sup> A mesma fonte aqui utilizada consta também na tese de doutoramento de Fertig. Ver: FERTIG, A. A. *op. cit.*, 2010, pp. 215-218.

<sup>64</sup> Trata-se aqui de Epifânio Orlando de Paula Fogaça.



Todos esses fatos recaíam sobre o Capitão José Joaquim de Paula, comandante da 4ª Secção. O Comandante Superior, Luis Manoel de Lima e Silva, pediu providências. Paula, por sua vez, respondeu que aquela publicação certamente provinha de intrigas de épocas anteriores, desde, pelo menos, 1849, quando o próprio Paula foi nomeado Delegado de Polícia e Juiz Municipal Suplente. Quanto às substituições, o Capitão afirmou que nunca investigou os contratos feitos, já que não “devia [se] importar se o substituto recebia dinheiro ou entrava por favor ou amizade”. Ademais, que ignorava o fato de existir no município uma sociedade para arranjar substitutos.<sup>65</sup>

As formas de evadir-se da marcha para a guerra eram variadas. Já tratamos aqui de desertores, de substitutos, de dispensas por profissão isentável, e, finalmente, por arranjos locais de clientelas fiéis a seus comandantes e de laços construídos fora da Guarda Nacional entre guardas nacionais. Parece-nos factível pensar que o comando da Secção dependia de arranjos e redes que envolviam pessoas que não tinham os mesmos recursos financeiros e relacionais do comandante, como, por exemplo, os guardas nacionais que dependiam da ajuda de seus pais para arranjar um substituto ou um advogado que poderia livrá-los do destacamento.

Em tempos de guerra, como ocorreu em 1865 e anos subsequentes, evadir-se da marcha desertando e vendendo o fardamento poderia parecer uma estratégia interessante, como fez o guarda da 3ª Companhia do 12º Corpo de Cavalaria Antonio Joaquim Fernandes, que certamente não contava com a proteção de seu comandante, Ten.-Cel. Rocha Jr., ou de dinheiro para financiar um substituto.<sup>66</sup> O sexagenário João Pedro Rauber, do Arroio Francês (Forromeco), teve sorte diferente ao ter seu pedido aceito pelo presidente da província, quando solicitou que seu filho fosse dispensado, pois a mãe do mesmo estava parálitica “como prova o Inspetor de Quarteirão”. Rauber ainda mobilizou outros sete moradores reconhecidos pela comunidade que assinaram os documentos, juntamente à sua rubrica.<sup>67</sup>

Reunir guardas e fazê-los marchar em tempo de guerra era tarefa difícil. A quantidade de artigos que previa dispensa era grande e os moradores de São Leopoldo buscavam estas brechas para manter-se “nas delícias da paz”. Utilizava-se ainda de estrangeiros para substituir

---

<sup>65</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 25. Correspondências trocadas entre o Presidente da Província, o Comandante Superior e o Capitão Comandante da 4a Secção de Infantaria. 25 e 26 de novembro de 1865.

<sup>66</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 24. Ofício do capitão encarregado da reunião dos praças do 12o Corpo de São Leopoldo. 5 de dezembro de 1865.

<sup>67</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 24. Ofício de João Pedro Rauber ao presidente da província. 2 de setembro e 9 de dezembro de 1865.

os guardas brasileiros (parece-nos que isso se dava enviando como substitutos os colonos recém-chegados, que, porventura, poderiam estar sem terras ainda demarcadas e vivendo em uma situação transitória).<sup>68</sup> João Christiano Fuchs, por exemplo, qualificado no 12º Corpo de Cavalaria de São Leopoldo, indicou como seu substituto Eduardo Fromm, ainda destacando seus feitos militares. Fromm era, para Fuchs, “pessoa idônea e antigo soldado prussiano, condecorado com a medalha do Uruguai”.<sup>69</sup>

Enquanto o clarim soava, em São Leopoldo ainda media-se e demarcava-se terras para distribuição entre colonos recém-chegados. Alguns guardas trabalhavam junto ao Ten.-Cel. Ernesto Antonio Lassance Cunha, que era chefe da comissão encarregada de extremar o domínio público e legalizar a propriedade dos ex-colonos de São Leopoldo.<sup>70</sup> Outros ainda poderiam contar com a ajuda de advogados reconhecidos, como Frederico Winchler.<sup>71</sup>

Luis Manoel de Lima e Silva, por sua vez, via a tropa de guardas nacionais que marchava para a guerra com resignação. Para ele,

na força destacada da ativa há muitos indivíduos que é uma calamidade fazê-los marchar; como sejam homens casados, muito pobres e carregados de famílias, as quais ficaram em desamparo; donos de oficinas que terão de fechar as portas, e se V. Exa. tomasse em consideração suas tristes circunstâncias, eu proporia que eles ficassem fazendo o serviço e a cargo de um Oficial para os comandar.<sup>72</sup>

Ainda em 1866, Lima e Silva defendia que os batalhões de isentos não deveriam marchar senão em momentos de urgência, quando entrou em conflito com o Barão do Herval, que queria fazê-los marchar. Segundo o Comandante Superior de Porto Alegre e São Leopoldo, “a maioria tem família e é comerciante, portanto não estão no caso de desampararem seus lares e deixarem suas famílias a mendigar”.<sup>73</sup>

---

<sup>68</sup> Luis Manoel de Lima e Silva anexa a um ofício a relação dos estrangeiros que se achavam alistados como substitutos de guardas nacionais ao presidente da província. AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Ofício do Comandante Superior de Porto Alegre e São Leopoldo ao Presidente da Província. 1 de agosto de 1866.

<sup>69</sup> Sobre os subterfúgios para evadir-se da qualificação, ver: SALDANHA, F. H. D. Foi indispensável chamar a Guarda Nacional: os dramas e os subterfúgios do tributo do sangue no Brasil Imperial. In: COMISSOLI, A.; MUGGE, M. H. *Homens e Armas*. Recrutamento militar no Brasil – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.

<sup>70</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Ofício do Ten.-Cel. Comandante do 12º Corpo de Cavalaria de S. Leopoldo ao Comandante Superior. 2 de agosto de 1865. Ver também: BRASIL. Relatório das terras públicas e colonização. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1862.

<sup>71</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Requerimento de Frederico Winchler. 17 de novembro de 1865.

<sup>72</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Ofício do Comandante Superior ao Presidente da Província. 02 de agosto de 1866.

<sup>73</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Ofício do Comandante Superior ao Presidente da Província. 05 de dezembro de 1866.

O comandante da 4ª Secção de Infantaria de São Leopoldo certamente discordava da posição conservadora de Lima e Silva, e, se participasse do debate, ficaria ao lado do Barão do Herval. Em 6 de dezembro de 1866, vendo-se com dificuldades extremas para reunir guardas em São Leopoldo, o Major José Joaquim de Paula<sup>74</sup> defendia que o recrutamento deveria ocorrer com violência, “afim de perseguir esses filhos degenerados que preferem andar escondidos do que defender sua pátria”.<sup>75</sup>

Todos esses acontecimentos, ofícios e requerimentos que aparecem em tempos de guerra também revelam situações das épocas de paz. Infelizmente, para São Leopoldo, não obtivemos nenhum mapa da força qualificada que contivesse as profissões e os rendimentos dos guardas rasos. Tampouco tivemos acesso às listas de qualificação produzidas pela reunião do Conselho. No entanto, acreditamos ser lícito afirmar que grande número de guardas, quiçá incluiremos aí os oficiais – como veremos no capítulo três –, não eram abastados ou de notabilidade local. É claro que a Guarda não deixava de ser um dos “símbolos de poder na escala social”,<sup>76</sup> revelando as hierarquias sociais oitocentistas.

### 3.3 “Reunião voluntária nenhuma poderia se esperar”: cidadania e hierarquias sociais

A frase que dá título a esse subcapítulo foi proferida pelo Major Comandante da 4ª Secção de Infantaria de São Leopoldo, em ofício dirigido ao Comandante Superior Luis Manoel de Lima e Silva, datado de 03 de fevereiro de 1867. Logo após solicitar sua efetividade no cargo (desde 1860 ele comandava interinamente a seção), Paula reclamava que, apesar de seus esforços, dificilmente ele conseguiria reunir o número de qualificados solicitado por seu comandante. Eram tempos difíceis e, para ele, pouco patriotismo tinham aquelas pessoas que se furtavam a marchar para o teatro da guerra.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> O então Major José Joaquim de Paula era filho de Joaquim José de Paula, natural de Portugal. Casado, em 1857 ainda atuava como lavrador e tinha rendimento anual de 1 conto e 200 mil réis. Praça do Exército, foi qualificado na Guarda Nacional em 1832. Já em 1836, foi promovido a 1º Sargento e a Capitão em 1848. Presidiu diversos Conselhos de Qualificação. Foi condecorado pelo Imperador com a Medalha de Distinção na Campanha da Bahia, durante a Independência.

<sup>75</sup> AHRs. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 26. Ofício do Comandante Superior ao Presidente da Província. 06 de dezembro de 1866.

<sup>76</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, p. 74.

<sup>77</sup> Aline Cordeiro Goldoni analisou “o grau de cooperação da Guarda Nacional fluminense e o governo central durante a Guerra do Paraguai”. Para ela, a Guarda foi utilizada como objeto de barganha nas negociações entre Estado e os “poderosos locais” – mantendo-se unidas esferas dipolares. Necessitando do apoio incondicional desses “poderosos locais”, o governo da Nação, para Goldoni, “apelou para os comandantes superiores”, com a finalidade de sensibilizar seus comandados. Atentando para a Guarda como o principal bastião da complexa rede de interesses locais que se “cristalizou em grande parte dos municípios do Império”, a historiadora afirma que a Guarda viu-se em situação delicada, especialmente diante da necessidade de mobilizar grande contingente de

Paula, de cabedal militar considerável e medalhas de honra concedidas a ele pelas batalhas que participou defendendo o Império, pedia autorização para “constranger aqueles que se achassem nas condições de marcha”. Para tanto, propunha “lançar mão de alguns guardas que tivessem isenção legal e com eles formar uma escolta para capturar os que fossem rebeldes”.<sup>78</sup> Não sabemos se José Joaquim obteve esta autorização expressamente, mas ele lançou mão de um aliado seu para a tarefa.

Ainda naquele ano de 1867, outro fato chegou ao conhecimento, por meio de ofícios, do Comandante Superior – agora José Pinto da Fonseca Guimarães.<sup>79</sup> Recrutava-se forçadamente homens para a Guarda Nacional: o Major Agostinho de Souza Loureiro, encarregado da reunião da força, prendeu desertores, invadiu casas de súditos prussianos e perseguiu com mão armada a menores, mesmo que eles tivessem certificados por serem estrangeiros.<sup>80</sup> Apesar disso, Paula, em novembro, novamente reclamava acerca dos “inconvenientes e [d]a dificuldade de recrutar vinte homens casados com filhos em cada um dos distritos”. Para ele, a culpa dos males era do próprio governo, que não chamou os soldados ao serviço por dois anos e agora tal *tributo* parecia estranho aos cidadãos do local.

A qualificação para a Guarda Nacional, parece-nos claro, especialmente em tempos belicosos e no Rio Grande do Sul, era temida pelos cidadãos. Qualificar-se na ativa significava marchar ao teatro da guerra quase que instantaneamente. Apesar disso, consideramos raros os reclames acerca do Conselho de Qualificação – maior parte dos requerimentos ocorrem antes (acerca de dispensas e isenções) ou depois (solicitando ser excluído da lista por motivos diversos). Diversas, no entanto, são as notícias de recrutamento forçado de isentos e dispensados, especialmente envolvendo as autoridades policiais, dando a conhecer disputas locais entre delegados e comandantes de corpos e secções.<sup>81</sup>

Mesmo assim, é lícito afirmar que este processo ocupava parte considerável do cotidiano daquelas pessoas. A Guarda Nacional atingia cidadãos brasileiros com renda maior

---

soldados, fato que pode ter sacudido as relações de fidelidade já estabelecidas entre comandantes e comandados. GOLDONI, A. C. *op. cit.*, 2010, pp. 96-103.

<sup>78</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 28. Ofício do Comandante da 4a Secção para o Comandante Superior. 03 de janeiro de 1867.

<sup>79</sup> Acerca da substituição de Luis Alves de Lima e Silva por Christiano Frederico Buys e, posteriormente, José Pinto da Fonseca Guimarães, ver: FERTIG, A. A. *op. cit.*, 2010, p. 50.

<sup>80</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 28. Ofício do Comandante Superior ao Presidente da Província. 09 de maio de 1867.

<sup>81</sup> O então capitão Paula reclamou, em 1861, acerca das arbitrariedades cometidas pelo subdelegado de um dos distritos de São Leopoldo, que usava de seu cargo para isentar guardas nacionais, nomeando-os inspetores de quarteirão. AHRS. Maço 24. Ofício do comandante da Companhia Avulsa de Guardas Nacionais de São Leopoldo ao Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional da Comarca.

que 200 mil réis anuais (100 mil réis nas províncias fronteiriças), maiores de 21 anos. É claro que uma enorme rede de isenções foi criada com a quantidade vultuosa de possibilidades inseridas na lei. Mover-se por essas brechas podia resultar em manter-se nas “delícias da paz”, e, para os cidadãos leopoldenses, poder cuidar de sua pequena propriedade rural, ir ao pequeno comércio trocar seus excedentes produtivos por especiarias e artefatos em geral e, porventura, ver seu vizinho inimizado marchar junto ao Corpo de Cavalaria ou Infantaria, sob o comando de uma pessoa que o protegeu e ampliou sua capacidade de ação em busca da dispensa/isenção.

Como já afirmamos, não obtivemos listas completas de qualificação para a Vila e posterior Cidade de São Leopoldo. Os dados que apresentaremos a seguir foram compilados a partir de diferentes fundos documentais e reunidos em busca de um padrão acerca da participação de guardas nacionais soldados rasos – não-oficiais – no interstício entre-guerras (contra Oribe e Rosas e do Paraguai).

Em 1858, a Câmara Municipal de São Leopoldo enviou ao presidente da província um mapa demonstrativo do número de paróquias, eleitores, votantes, fogos e da população da localidade. Viviam ali 16.194 pessoas, entre escravos (1.350), libertos (108) e livres (14.736). Divididos em 2.701 fogos, totalizavam 1.130 votantes e 9 eleitores.

A partir desses dados, podemos afirmar que, se tomarmos esses números com certas ressalvas, cerca de 42% dos fogos leopoldenses contava com um votante. Se relacionarmos esses dados com as estatísticas produzidas pela Guarda Nacional em 1861 (três anos depois), poderemos compor a seguinte tabela.

Tabela 3 – População, votantes, guardas nacionais e fogos de São Leopoldo (1858-1861)

	População (1858)	Votantes (1858)	Guardas Nacionais (1861)	Fogos (1858)
Absolutos	16.194	1.130	1.231	2.701
% (rel. pop.)	100	6,98	7,60	-
% (rel. fog.)	-	41,84	45,58	100

Em 1872 ocorreu grande censo populacional realizado na província, cujos detalhes permitem nos aproximar um pouco mais dos números. O município de São Leopoldo contava, então, com 30.843 habitantes, dos quais 16.130 eram homens. Destes, 15.232 eram

livres. 8.837 homens, dentre os livres, tinham de 16 a 60 anos de idade – que chamaremos aqui de qualificáveis (em idade passível a qualificação). Relacionando estes dados com os obtidos a partir das qualificações da Guarda Nacional, obtivemos a seguinte tabela.

Tabela 4 – População, homens e guardas nacionais de São Leopoldo (1871-1872)

	População (1872)	Homens (1872)	Homens Livres (1872)	Qualificáveis (1872)	Guardas Nacionais (jul/1871)
Absol.	30.843	16.130	15.232	8.837	2.525
%	100	52,30	49,39	28,65	8,19
%	-	-	-	100	28,57

A partir dos dados de 1858 e 1861 (Tabela 3), confirmamos nossa hipótese de que o número de votantes é muito próximo ao número de guardas nacionais. Em suma, salvo algumas exceções, todos os guardas nacionais são votantes e vice-versa – haja vista a proximidade dos critérios censitários. Diante disso, podemos nos perguntar, assim como se perguntam os historiadores que trabalham com eleições no Império, “que guardas nacionais eram esses?” e “de que camada social provinham?”.

Está claro que o cotidiano dos moradores de São Leopoldo era tanto perpassado pelas mesas de qualificação das eleições quanto pelos conselhos de qualificação da Guarda Nacional. Atentando para a relação entre o número de fogos e o número de guardas nacionais qualificados, podemos chegar à conclusão de que cerca da metade dos fogos do local tinham entre seus integrantes pelo menos um guarda nacional. Ou seja, se Friedrich Müller não estava fardado com as cores da Guarda, seu vizinho estava e ostentava, em tempos de paz, uma vez por mês, a insígnia simbólica de cidadão (ativo) do Brasil.

No tocante à Tabela 4, podemos notar um pequeno crescimento percentual no número de guardas nacionais qualificados, se a relacionarmos com a Tabela 3. Enquanto que em 1861 7,6% da população estava nas listas da Guarda, em 1871-72, 8,19% encontrava-se arrolada (crescimento de 0,6%, aproximadamente). Estes números podem denotar, aparentemente, que pequena parcela da população tinha entre suas vestes um uniforme. Outrossim, destacamos que, quando relacionamos os números à população masculina e em idade qualificável (16 a 60 anos, que poderia guerrear), chegamos a cerca de 30% – mais precisamente 28,65%.

Lembramo-nos aqui que, assim como as eleições, participar da Guarda Nacional era um método de diferenciação, para além da simples assertiva acerca da cidadania exclusiva. A ausência de documentos produzidos pelos conselhos de qualificação nos faz lamentar a diminuição da possibilidade de análise quantitativa e qualitativa. Destacamos aqui, no entanto, o trabalho de Flávio Saldanha para Minas Gerais. Estudando a localidade de Mariana, Saldanha afirma que grande parte dos guardas nacionais era jovem (18 a 44 anos – 80,6%), cujo ônus era o serviço ativo (93,8% para a infantaria e 98,3% para a cavalaria). A maioria dos guardas qualificados em Mariana era casado (cerca de 60%, 43,9% com filhos) e que “de certa forma, há[via] um equilíbrio entre os meios urbano e rural em Mariana”, já que 45,3% ocupavam-se da agricultura e os outros de profissões urbanas. Por fim, no tocante à renda, Saldanha revela que a maior parte dos guardas nacionais marianenses eram “pobres” (com renda anual de 200\$000 a 399\$000).<sup>82</sup>

Para São Leopoldo, talvez tivéssemos números um pouco diferentes no tocante à participação urbana e rural – haja vista a especificidade do sistema de pequena propriedade. No entanto, cremos que é factível afirmar que a maioria dos guardas nacionais de São Leopoldo tinha renda anual menor que 500 mil réis, fato que será mormente detalhado no capítulo 3. Ademais, concordamos com Eduardo Pinto, que considera alto o número de guardas alistados com baixa renda, cujo objetivo seria evadir-se das malhas do fisco e do temido recrutamento para o Exército.<sup>83</sup> A Guarda Nacional, assim, funcionaria como meio de omitir rendimentos (ou aumentá-los, já que também temos notícias de que desejar participar da Guarda era inserir-se no sistema clientelístico que funcionava por meio dela, procurando ascender socialmente vestindo as cores da milícia).

É claro que homens com rendimentos até 500 mil réis anuais não podiam ser considerados, sobremaneira, pobres. Há outra especificidade a ser considerada: o Rio Grande do Sul era uma província fronteiriça, o que ampliava o espectro de homens a serem qualificados, pois a renda exigida era de 100 mil réis anuais ou mais. Ou seja, o ônus do serviço litúrgico miliciano recaía sobre pobres *com honra*.<sup>84</sup> Não eram pobres vagantes, sem

---

<sup>82</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, pp. 88-104.

<sup>83</sup> PINTO, F. E. *A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João Del-Rei, 1850-1873*. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), UFMG.

<sup>84</sup> Acerca da diferenciação entre pobres com e sem honra, atentamos aqui para os trabalhos de Hendrik Kraay e Joan Meznar. O primeiro afirma que havia um contrato tácito entre Estado, senhores de terra e pobres livres, onde, surpreendentemente, todos saíam beneficiados. O Estado manteve pequeno o impacto do recrutamento sobre a sociedade. A legislação teria criado um escudo para que os cidadãos economicamente ativos não fossem atingidos pelos recrutadores. O alvo eram os homens que não trabalhavam, os desordeiros e os que não tinham a

lar e sem família – esses eram recrutados para o Exército ou enviados para a Armada de Guerra (os menores de idade, especialmente para o Arsenal da Marinha).<sup>85</sup> Eram aqueles que se ocupavam da sua lavoura na pequena propriedade rural, cujo crescimento econômico dependia da produção agrícola e da venda de excedentes ao comerciante da picada, além da abertura da possibilidade de os filhos migrarem para outras localidades da província ou intentarem uma carreira como artesão, advogado ou outras profissões urbanas.

Aproximamo-nos aqui do proposto por Graham.<sup>86</sup> Antes, já tratamos das brechas do sistema clientelístico, mesmo não nomeando as relações sociais perpetradas em São Leopoldo dessa maneira. Ainda destacamos que tais brechas e pequenas desordens ameaçavam-no. A Guarda Nacional agia como meio de mediação de conflitos que aqui apresentamos. A relação dialética entre centralizar e relacionar revela-se nessas situações. A construção do Estado centralizado, inicialmente isto pode parecer estranho, baseava-se na extensão nacional do clientelismo – por exemplo, em São Leopoldo, “tornar” os descendentes de imigrantes alemães em cidadãos brasileiros, graças à atuação dialética de autoridades do Estado ali estabelecidas, como os comandantes de Corpos e Secções da Guarda Nacional.

Se votantes e guardas nacionais não eram, de fato, membros da “classe dominante”, defendiam as cores do Brasil tanto a cada eleição quanto nas fronteiras em guerra – e parte desses homens tinham sobrenome estrangeiro, provenientes do variado mundo dos homens livres. É claro que as letras da lei eram reinterpretadas ao modo do poder local, especialmente do poderoso dali, e daquela mesa de três homens que designava quem dentre os arrolados teria o direito (e o dever) de vestir a farda, empunhar a carabina e mostrar fidelidade a Pedro (mesmo que para isso se utilizasse de meios fraudulentos e ilegais).

---

proteção do manto de um comandante da Guarda. Para o historiador canadense, pobres livres viam o patronato como algo natural. Constituíam, por sua vez, “uma categoria social muito diferenciada, dinâmica e ativa, e não simplesmente uma classe marginal” (p. 126). Kraay também adota as concepções elaboradas por Meznar acerca dos “pobres honrados”. Para Meznar, os pequenos agricultores que acessavam a Guarda Nacional, por exemplo, percebiam o Exército como um agente degradante – a escória da sociedade era recrutada para o Exército. Em suma, “a proteção do recrutamento foi um indicador do *status* de honrado e um dos benefícios concedidos aos clientes fiéis” (p. 127). Cobia, portanto, à elite local, proteger fiéis e designar os infiéis – por consequência, desonrados. “Em resumo”, conclui Kraay, “patronos e clientes estavam mutuamente comprometidos em relações recíprocas das quais não podiam facilmente quebrar as normas” (p. 128). Ver: KRAAY, H. *op. cit.*, 1998, pp. 126-128; MEZNAR, J. E. The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. *Hispanic American Historical Review*, n. 72, v. 3, pp. 335-351, ago. 1992.

<sup>85</sup> NASCIMENTO, A. *op. cit.*, 2001.

<sup>86</sup> GRAHAM, R. *op. cit.*, 1997.



A partir desses momentos, como as eleições e as qualificações para a Guarda Nacional, revelava-se e encenava-se a hierarquia social oitocentista.<sup>87</sup> À mesa estavam homens honrados e de certa maneira abastados. Nas filas, bacharéis, membros da milícia, simples lavradores e muitos artesãos urbanos. O clérigo da Freguesia se fazia presente e, por vezes, defendia o interesse de alguns fiéis apaniguados seus. O dom da proteção era reafirmado constantemente, e colocado à prova a cada qualificação e eleição, como ocorreu com os já aqui citados quase-duelistas. Em suma, “a troca de lealdade e obediência por proteção e favores constituía a matriz das relações sociais entre clientes e patrões, recriada quase indefinidamente entre os vários estratos sociais”.<sup>88</sup>

As duas (ou mais) faces de *Jano* revelavam-se nesse jogo ambíguo e por vezes contraditório entre poder central e poder local. A rede que envolvia o Imperador e seus ministros, o presidente da província e o comandante superior, os eleitores e os votantes, os oficiais da guarda e os soldados rasos acabava por construir o Estado imperial brasileiro de um modo singular. Havia mais votantes no Brasil imperial do que em algumas repúblicas europeias e latino-americanas. E a cada requerimento, pedido ou ofício, reiterava-se a posição social – e a hierarquia – de cada polo da relação em questão.

---

<sup>87</sup> No tocante ao caso leopoldense, diversos documentos demonstram o caráter diferenciador da Guarda Nacional. Em 5 de junho de 1850, por exemplo, o Chefe da Legião solicitava “uma casa alugada, que deve servir para arrecadação de armamento, correame e mais utensílios do batalhão, e para prisão dos guardas nacionais **por ser a cadeia dessa Vila insuficiente, em razão de não ter senão uma prisão onde se acham os criminosos civis, e não convier que os guardas nacionais sejam conservados presos com eles**”. Hillebrand, assim, procurava pelo foro especial dos guardas, que, para ele, não poderiam ser presos junto a criminosos civis. AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 23. Ofício de 5 de junho de 1850. O grifo é nosso.

<sup>88</sup> LIMA, Ivana Stolze. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Resenha. *Mana*, vol. 5, n. 2, Rio de Janeiro, Outubro de 1999.

#### 4 “CORIFÉUS DA DESUNIÃO”, os oficiais da Guarda Nacional: redes de poder e clientelismo

Wilhelm Rotermund, no já citado conto, narrou a história de dois imigrantes alemães chegados a uma colônia fictícia – que se parecia muito com São Leopoldo, onde o pastor luterano se estabeleceu, teve sua família e gerenciou seus negócios gráficos e editoriais. Ali, eles passaram por dificuldades diversas, como, por exemplo, encontrar um terreno para se estabelecerem. Depois das agruras iniciais, o suábio e o bávaro se viram imersos no universo político da localidade, onde perceberam arranjos e redes estabelecidas desde os inícios do processo migratório, que perpassavam grande parte das instituições a serviço do Império do Brasil – da Câmara Municipal à Guarda Nacional, da Igreja ao botequim. Depois de tratarem de política com o que podemos chamar de *exponenciais locais*<sup>1</sup> – ou intermediários/brokers<sup>2</sup> – aqueles alemães naturalizaram-se, sob a tutela de um patrão. Com sua atuação, ganharam algum dinheiro e ambicionavam ascensão social. Por fim, o narrador revela o que almejava um deles: “gostaria de se tornar tenente; fazia tempo que se incomodava com o fato de o comerciante vizinho, o explorador gordo, ser tenente e andar de uniforme a cada Kerb”.<sup>3</sup>

Mesmo tratando-se de um texto considerado histórico-ficcional, atentamos aqui para algumas questões que certamente revelam o cotidiano do século XIX, principalmente daquelas pessoas estabelecidas em colônias na província do Rio Grande do Sul. Primeiramente, a presença de um comerciante – na visão de Rotermund e de seus personagens, o explorador gordo – que fazia parte do corpo de oficiais da Guarda Nacional. Tenente que era, o dono do botequim, a cada Kerb, fardava-se com as cores da milícia e mostrava seu capital simbólico, certamente adornando-se de luvas brancas, uma espada e botas não menos reluzentes.

Tornar-se um oficial da milícia, assim, era mais um modo de distinção social oitocentista, revelado na hierarquia social vigente. Mas de que maneira soldados e cabos se tornavam oficiais superiores? Como, numa sociedade baseada na pequena propriedade e em um incipiente núcleo urbano, a ascensão social e a legitimidade da elite local funcionavam? Como, por fim, manejavam-se as redes de poder que convergiam para a Guarda Nacional e que delineavam as malhas das redes sociais da localidade? Em suma, de que modo funcionava

---

<sup>1</sup> WITT, M. *op. cit.*, 2009.

<sup>2</sup> VARGAS, J. M. *op. cit.*, 2010.

<sup>3</sup> Sobre a obra literária de Rotermund, ver: NEUMANN, Gerson Roberto. “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”, de Wilhelm Rotermund. *Contingentia*, v. 4, n. 2, 2009. Quanto à passagem, encontra-se em: ROTERMUND, W. *op. cit.*, 1997, pp. 227-228.

a cooptação de pobres livres por parte de uma elite local que não era dona de extensas parcelas de terra ou grandes plantéis de escravos?

#### 4.1 O lócus e suas peculiaridades

Diversos historiadores competentemente estudaram São Leopoldo e seus habitantes. Não desejamos aqui indicar que uma parcela da historiografia está superada ou que não deu contribuição alguma aos estudos acerca dos habitantes do Império do Brasil que ali se estabeleceram. Antes disso, buscando a convergência, traremos à luz estudos que possam nos auxiliar a refletir acerca da atuação da elite leopoldense no tocante à Guarda Nacional, especialmente durante o século XIX.

Na maioria dos trabalhos que se ocupou minimamente com São Leopoldo, há um destaque preponderante para a atuação do comerciante local: o dono da *venda*, que recebia os excedentes produzidos nas pequenas propriedades, trocava por outros gêneros e artefatos, ou ainda comprava dos colonos em troca de cartas de crédito ou dinheiro vivo. Janaína Amado, por exemplo, percebeu, em *A revolta dos Mucker*, momentos distintos das relações sociais e econômicas estabelecidas entre comerciantes e colonos. Nos anos iniciais (1824-1846), o escoamento da produção até o núcleo da colônia era difícil. Contribuíam, para esta situação, a precariedade das estradas, as enormes distâncias entre picadas e centro da Colônia e a dificuldade de navegação pelas vias fluviais. Para sanar tais problemas, segundo Amado, surgiram *vendas rurais*, localizadas tanto junto ao Rio dos Sinos quanto no interior das picadas. Naquele tempo, a relação com a capital da província era esparsa e, comumente, todo excedente tinha como destino o núcleo da Colônia. A historiadora demonstra que existiram dois intermediários entre produtor e consumidor final: o comerciante rural, localizado ou na picada, ou na beira do rio, e o comerciante do núcleo.

Amado conclui que o enriquecimento dos comerciantes rurais foi lento e a diferença econômica existente entre comerciante e produtor era pequena nos anos iniciais. A acumulação de capital com vagareza foi relacionada especialmente ao baixo poder aquisitivo de seus clientes. Já o comerciante do núcleo, por sua vez, enriqueceu rapidamente, alcançando boa situação apesar das dificuldades diante da eminente Revolução Farroupilha. Segundo Amado, portanto, “a exploração econômica do comerciante [...] sobre o colono foi atenuada, até 1845, pelo sistema de colaboração mútuo”.<sup>4</sup> Há, ainda, a presença do artesão rural,

---

<sup>4</sup> AMADO, Janaína. *op. cit.*, 2002, p. 39. Sobre o que tratamos aqui, ver, especialmente, as páginas 35 a 45.

especialmente o que lidava com couros, que preencheu uma lacuna na sociedade sul rio-grandense e de íntima ligação com o comércio do núcleo, da capital e da província. Em suma, para a historiadora, “havia oportunidade para todos” antes de 1845, e, segundo ela, as relações sociais se davam quase que em sua integralidade horizontalmente.

A partir do fim da Farroupilha e da elevação de São Leopoldo à condição de Vila, Amado percebe, em sua tese de doutorado, a alta do preço das terras, a atuação de especuladores, o surto de crescimento econômico leopoldense, e, finalmente, a ascensão ao papel de protagonista do comerciante. Para ela, “os processos detonados após 1845 provocaram o empobrecimento da maioria dos colonos, em benefício de uma pequena camada”.<sup>5</sup> A historiadora chega a assumir que a “sociedade igual” que habitava esta localidade inexistia em 1874 (ano da Revolta dos Mucker). Ou seja, “os verdadeiros donos de São Leopoldo eram os comerciantes. Eles tinham se transformado nos mais ricos, poderosos e influentes habitantes da ex-colônia. Eram poucos, mas uma decisão sua pesava mais que a de todos os outros moradores reunidos”.<sup>6</sup>

Parece-nos que Janaína Amado tratou dos comerciantes de maneira original. Percebeu sua ascensão econômica relacionando-a ao contexto provincial, quando da necessidade de escoar os excedentes produtivos de São Leopoldo para a capital, especialmente durante o tempo de guerra. Por outra via, parece-nos factível, que os comerciantes também ascenderam politicamente, ocupando postos importantes e trabalhando “a serviço de sua Majestade” – eram delegados, subdelegados, juízes de paz, juízes municipais, comandantes e oficiais da Guarda Nacional, vereadores, presidentes da Câmara, etc. No entanto, apesar disso, não concordamos inteiramente com o proposto por Amado. Transparecem em sua análise duas sociedades distintas: pré-1845 e pós-1845; uma igual, outra desigual.

Tramontini, também em sua tese de doutoramento, tratou de complexificar o que foi proposto e analisado por Janaína Amado. Para este historiador, a visão “marxizante e romantizada, do pioneiro igualitário” não pode se sobrepor ao aspecto político que fundamentava aquela sociedade colonial.<sup>7</sup> Ou seja, e também cremos nisso, Amado transfere a organização política de São Leopoldo para o período posterior a 1850. É claro que isso não invalida a presença do comerciante, mas, adverte Tramontini, não podemos suavizar as diferenças.

---

<sup>5</sup> Idem, p. 84.

<sup>6</sup> Idem, p. 84-85.

<sup>7</sup> TRAMONTINI, M. *op. cit.*, 2000, p. 327.

Analisando inventários de comerciantes, colonos e artesãos de São Leopoldo até 1850, o historiador conclui que o patrimônio dos comerciantes e de alguns artesãos já supera em muito o dos colonos – ainda mais se considerarmos que colonos com pequenas propriedades raramente tinham bens inventariados. Ainda em 1848, destaca Tramontini, comerciantes já possuíam escravos, investiam seu capital em terras e especialmente em loteamentos de grandes áreas com a finalidade de venda para colonos recém-chegados. Por outro lado, o próprio comerciante era financiador dos colonos, emprestando dinheiro a juro, em média de 12% ao ano. Ou seja, “o vendeiro centralizava a vida social e política da picada”.<sup>8</sup>

É claro que o comerciante, de destaque local, financiador de boa parte dos colonos, tinha um papel de preponderância. No entanto, cremos que era necessário, além de seu papel de regulador econômico, mínima legitimidade junto a seus subordinados na hierarquia social. A concorrência com outros comerciantes, especialmente depois de 1850, e com demais elites legitimadas, como, por exemplo, médicos, advogados, donos de grandes empreendimentos – como a pedreira do Capitão José Joaquim de Paula ou os serviços advocatícios do Tenente Francisco Ferreira Bastos no Quarto Distrito –, faziam com que a fidelidade de seus clientes, especialmente em tempos turbulentos, fosse posta à prova, a cada eleição, a cada qualificação e a cada leva de recrutamento.

Marcos A. Witt, por sua vez, afirma que a preponderância dos comerciantes também deu-se graças à diversificação de atividades. Investindo em terras e no processamento de alimentos como mandioca e grãos em geral, os Diefenthaler, analisados por Witt, contavam também com cabeças de gado e alguns animais que trabalhavam em engenhos da família. O mercado de títulos e ações foi alvo de investimento, especialmente da estrada de ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo, assim como a especulação de terras, que seria um investimento seguro.<sup>9</sup> Revelando sociedades e capacidades de articulação política, graças também à posição econômica, Witt atesta que, muitas vezes, os espaços geográficos e estratégicos ocupados pelos comerciantes, mormente considerados *locais*, ultrapassavam o Vale do Sinos, abrangendo os Campos de Cima da Serra, o Litoral Norte e, às vezes, até o sul da província de Santa Catarina.

Aquele comerciante gordo, citado por Rotermund, para o próprio autor, é um privilegiado. “A ‘casa de negócios’ mantém-se imune a todos os perigos. E ao pequeno e gordo

---

<sup>8</sup> Idem, p. 331.

<sup>9</sup> WITT, M. A. *op. cit.*, 2008, pp. 110-144. Acerca do investimento por parte dos comerciantes em terras e especulação fundiária, ver: MAGALHÃES, Doris R. F. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. São Leopoldo: Tese [Doutorado em História], Unisinos, 2003.

vendista [vendeiro] da Picada Isabelle o tempo parece apropriado para fazer um negócio”.<sup>10</sup> As vendas e seus donos, assim, são lugares e pessoas de destaque no cenário colonial, peças-chave para o desenvolvimento. As vendas, lugares onde pessoas se encontravam, tomavam partido de situações políticas imperiais, provinciais e municipais, negociatas eram fechadas, acordadas e descumpridas. Ali homens eram assassinados quando jogavam bilhar; local para onde corriam os descontentes espalhar notícias frescas.<sup>11</sup>

Aqui, no entanto, cabe-nos perguntar qual o peso da participação de comerciantes no contingente de oficiais da Guarda Nacional. Se, por acaso, eles faziam parte em sua maioria e, caso o fizessem, como funcionavam os acordos tácitos entre patrão e cliente na sociedade de então. Por fim, a ascensão dependia não só de aspectos econômicos, mas de relações políticas e, sobretudo, sociais prévias, laços densos que ligavam comandantes e comandados, e que, muitas vezes, ultrapassavam o âmbito miliciano.

#### 4.2 Um perfil do oficialato de São Leopoldo

“Meu alferes”, era assim que a mãe de um recém-oficial da Guarda Nacional o chamava, em meados do oitocentos: orgulhosa e contente da posição de seu filho na hierarquia social de então. O alferes, personagem de Machado de Assis no conto “O Espelho”, lembra também dos olhares de revés de seus antigos amigos, da felicidade dos tios e tias – de quem ganhou a farda. “Era alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda hora”, contava o personagem.<sup>12</sup>

Transparece do conto machadiano especialmente o limiar simbólico que envolvia vestir a farda. Antes de tudo, um símbolo, uma insígnia de superioridade e a certeza de os escravos o chamarem de “Nhô Alferes”, mesmo que tempos depois uma sublevação ocorresse, revelando-se em dano considerável para o inventário de bens semoventes de sua tia.

<sup>10</sup> ROTERMUND apud WITT, M. A. *op. cit.*, 2008, p. 174.

<sup>11</sup> Em 1848, na casa de negócios de João Veck, o Capitão João Bento Alves foi assassinado por um tiro que adentrou o estabelecimento pela janela da Rua Formosa e atingiu o Capitão, que tombou imediatamente. Achavam-se todos “entretidos com o jogo do bilhar”, que ali existia. “A escuridade em que se achava a noite e a chuva que caía favoreceu [sic] a escapada do assassino, sem que se pudesse descobrir vestígios”. O ferido, antes de morrer, ainda pôde responder que havia sido ferido por um inimigo seu. Junto a João Bento Alves, no bilhar, ainda estavam Thimoteo Antonio Ferreira Tavares Leiria, Francisco Laviega, João Veck, Augusto Schons, Nicolau Stumpf, Guilherme Schilling, C. F. Reichmann, Martius Michael e outros. As investigações concluíram que veementes indícios davam conta de que o mandante do crime fora Tristão José Monteiro, que mandou seu escravo Antonio desferir o tiro mortal. No entanto, Monteiro foi considerado inocente após apelação ao Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Ver: APERS. N3012M59E74. Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Porto Alegre. Autos de execução. Tristão José Monteiro (suplicado).

<sup>12</sup> ASSIS, Machado de. O espelho. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. 2.

A norma que regulava as atribuições e os deveres dos oficiais milicianos era o decreto n. 1.354, de 6 de abril de 1854. Em São Leopoldo não havia um Comandante Superior, o qual, como já dissemos, era compartilhado com a Comarca de Porto Alegre. No entanto, haviam Comandantes e Oficiais de Corpos, Companhias e Secções. Após a nomeação, todos contavam com seis meses para se apresentarem fardados ao Comandante. Recebiam, todos, ordens diretas do Comandante Superior – exceção era feita às provenientes do Governo ou do Presidente da Província.

Os dados acerca da composição do oficialato de São Leopoldo, assim como ocorreu com os guardas nacionais soldados rasos, são esparsos. Não há lista ou livro completo. Obtivemos acesso à fontes que podem nos dar uma noção de completude: uma lista da força qualificada da 4ª Secção de Infantaria (de 14 de junho de 1864),<sup>13</sup> diversos envios de propostas para ocupação de postos de oficiais (1849-1871), que terminam compondo grande parte de nossos registros,<sup>14</sup> um livro de relação de condutas dos oficiais e inferiores da Secção de Infantaria de São Leopoldo (início em 1857),<sup>15</sup> um livro de registro geral dos oficiais dos diferentes corpos do Comando Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre (início em 1858),<sup>16</sup> três relações nominais dos oficiais do 12º Corpo de Cavalaria (1871-1872), por fim, ofícios, requerimentos e aparecimentos gerais provenientes do Fundo Guarda Nacional do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A partir desses documentos compusemos, em nosso banco de dados, uma lista nominal que totaliza 104 nomes (coronéis, tenentes coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes). Infelizmente, diante de tal sorte de tipos documentais, não pudemos contar com informações seriadas. Apenas as relações de conduta deram-nos informações acerca da idade de 25 dos 104 oficiais, ou 24,04%.

---

<sup>13</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maço 104 (Secção de Infantaria de São Leopoldo). Relação Nominal da Força. 14 de junho de 1864.

<sup>14</sup> AHRS. Fundo Guarda Nacional. CSPoASL. Maços 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

<sup>15</sup> MHVSL. Livro de relação de condutas da 4a. Secção de Infantaria de São Leopoldo (1857-?).

<sup>16</sup> ANRJ. Série Guerra. Guarda Nacional. IG13 721. Livro de Registro Geral dos Oficiais dos Diferentes Corpos do Comando Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre (1858-?).

Tabela 5 – Oficiais da Guarda Nacional por faixa etária (São Leopoldo/RS)

Faixa Etária	Oficiais	%
18-44 anos	23	92
44-59 anos	2	8
Total	25	100%

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

Apesar da quantidade diminuta, chegamos a resultados semelhantes aos obtidos por Saldanha para Mariana/MG: cerca de 90% dos oficiais eram jovens (18-44 anos). Nenhum deles era sexagenário.

Pudemos, ainda, relacionar parte do efetivo de oficiais com seu estado conjugal.

Tabela 6 – Oficiais da Guarda Nacional por estado conjugal (São Leopoldo/RS)

Estado Conjugal	Oficiais	%
Casados	20	80
Solteiros	5	20
Total	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo.

A partir dessas tabelas, podemos pressupor que a maioria dos oficiais leopoldenses da milícia cidadã era jovem e casada. No entanto, ainda de acordo com as listas de 1857 e 1871, podemos abordar duas variáveis: profissão e naturalidade. Ocupar-nos-emos especialmente da primeira.

Quanto às profissões,<sup>17</sup> eis os resultados:

Tabela 7 – Oficiais da Guarda Nacional por ocupação (São Leopoldo/RS)

Ocupação	Oficiais	%
Profissionais Liberais e Proprietários	7	28
Artesãos e Operários	10	40

<sup>17</sup> Utilizamos aqui os mesmos conceitos profissionais que: SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, p. 96.



Indústria e Comércio	3	12
Agricultura	4	16
Indeterminado	1	4
Total	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo

Diante da tabela percebe-se que, ao contrário da situação de Mariana/MG, analisada por Saldanha, em São Leopoldo a maioria dos oficiais ocupava-se de profissões urbanas: profissionais liberais, artesãos, operários, industriários e comerciantes tomam 80% do contingente do oficialato. Este resultado preliminar, portanto, ao menos para regiões com características semelhantes a de São Leopoldo, contraria a assertiva de Fernando Uricoechea, de que “como regra, os artesãos e pequenos comerciantes eram excluídos”<sup>18</sup> dos postos mais altos da milícia. A partir disso, consideramos factível questionar, ao menos em partes, a afirmação que “os oficiais eram donos de terras e escravos”.<sup>19</sup> Outrossim, para adentrarmos nos pormenores dessa análise, teremos que tomar como base um corpus documental ampliado, o que se seguirá no próximo subcapítulo desta dissertação.

Parece-nos claro que os resultados que aqui obtivemos não negam o paradigma de Graham, de que o clientelismo moldou o Brasil, que o tamanho da clientela era a medida de um homem oitocentista e que, finalmente, havia uma hierarquia onde se permitia que “quase todo mundo se sinta [sic] superior a alguém”.<sup>20</sup> Tampouco tivemos em nosso horizonte de análise tentar refutar tais conclusões. Pelo contrário, tomamo-nas como via para analisar o modo de funcionamento de uma sociedade baseada na pequena propriedade rural, onde, como vimos, um grande espectro de pobres livres com honra lutavam por ascensão social e parte da elite econômica ocupava os altos postos da Guarda Nacional, como veremos a seguir.

Ainda baseando-nos nas duas listas de relações de condutas, podemos alcançar resultados acerca da renda declarada dos oficiais leopoldenses, cujos dados podem ser observados na tabela seguinte:

<sup>18</sup> URICOECHEA, F. *op. cit.*, 1978, p. 169.

<sup>19</sup> GRAHAM, R. *op. cit.*, 1997, p. 51.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 49.

Tabela 8 – Oficiais da Guarda Nacional por renda declarada (São Leopoldo/RS)

Renda	Oficiais	%
200\$000 a 399\$999	9	36
400\$000 a 799\$999	7	28
800\$000 a 1:999\$999	6	24
2:000\$000 ou mais	2	8
Não informado	1	4
TOTAL	25	100

Fonte: Relações de Condutas dos Oficiais de São Leopoldo

De acordo com os dados compilados na Tabela 8, em São Leopoldo havia um número considerável de oficiais com rendas declaradas abaixo de 400 mil réis anuais. Presume-se, portanto, que a renda não era condição necessária para tornar-se um oficial. Entretanto, nas duas relações de condutas transparece que o posto da comandância era ocupado pelo cidadão com mais rendas. Ora era o Major João Schmitt (“cujo préstimo é preciso observar”), filho de Henrique Schmitt, proprietário, natural da província de São Pedro, 39 anos e rendas anuais de 3:000\$000 (nomeado por decreto em 1869), ora era José Joaquim de Paula, filho de Joaquim José de Paula, natural de Portugal, 54 anos, lavrador e com rendas anuais de 1:200\$000. Enquanto que os ganhos brutos anuais não pareciam ser necessários para o acesso ao oficialato, ter lucros acima de um conto de réis a cada ano transparece ter sido essencial para chegar à comandância. Ademais, foi mais rentável aos comandantes as profissões de lavrador e proprietário, seguidos por profissionais liberais (advogados e escrivães) e por aquelas ligadas ao comércio. Os artesãos, por outra via, costumavam ocupar os cargos mais baixos do oficialato, como alferes e tenente.

Quanto às nossas visualizações atuais, concordamos com Uricoechea quando este afirma que o fenômeno de militarização da sociedade não ocorria somente no âmbito agrário, antes ultrapassava-o. A presença militar se dava, sobretudo, nas listas de concorrentes à vereança municipal. Também nas listas de senhores de escravos patentes como coronel, tenente-coronel, major e capitão podem ser observadas. No entanto, alerta o próprio Uricoechea, as instituições militares – como a Guarda Nacional – modelaram as vidas também de cidadãos “menores”, como os artesãos e pequenos produtores leopoldenses. Ou

seja, apesar de todo o tipo e de toda a possibilidade de atuações ambíguas, também por meio dos oficiais, mediante relações entretidas entre Estado e seus agentes e a confiança estabelecida entre os membros das lideranças locais, construiu-se o Império de Pedro II.

A corporação que denotava honra social ao cidadão tornou-se, pois, além de via de conquista de clientelas, como notado por Graham, método de construção do Estado centralizado, de acordo com Ilmar Mattos. Apesar disso, não dotamos os sujeitos aqui estudados de hiper-racionalidade (atuar a favor do Estado ou aproveitando-se dele, por exemplo), mas sabemos que atuaram no horizonte de possibilidades que as normas sociais e seus contextos propiciaram. Quando o Estado delegou à Guarda símbolos e imagens coletivas, institucionalizou valores como boa conduta, decoro e, sobretudo, capacidade de uso da violência e liderança e comando. As necessidades de ser honrado, contar com prestígio social e ter um rol de serviços prestados ao Império unia oficiais e comandantes.<sup>21</sup>

#### 4.2.1 Entre ocupações e inventários: *following the loops*

Identificar elos, laços, atividades e redes, eis o conselho do antropólogo norueguês Fredrik Barth, para que entendamos a sociedade.<sup>22</sup> É preciso “seguir os volteios”, e, a partir disso, repensar experiências socioculturais de atores sociais que certamente revelarão hierarquias sociais para além das relações de produção. Ou seja, a partir disso, “os diferentes grupos (camponeses, escravos, senhores, etc.) entrariam em barganhas e disputas. Enfim, o estudo da reiteração de hierarquias e das relações sociais de produção adquiriria mais refinamento”.<sup>23</sup>

Na busca por problematizar mais a atuação dos oficiais na sociedade em que estavam inseridos, tomando como pressuposto o fato de que suas experiências também acabavam por moldá-la, tivemos contato com os inventários destes coronéis, tenentes-coronéis, capitães, etc. Então, finalmente, conseguimos algumas informações seriadas que podem nos revelar especialmente aspectos socioeconômicos daqueles sujeitos.

É claro que o caráter serial dos inventários nos auxiliará nesta tarefa. No entanto, devemos, inicialmente, apresentar ao leitor a lógica que rege a produção destes documentos.

<sup>21</sup> Ver, além de REMEDI, J. M. *op. cit.*, 2011, GAYOL, Sandra. *Honor y duelo en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

<sup>22</sup> BARTH, F. *op. cit.*, 2000, p. 178.

<sup>23</sup> FRAGOSO, João Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 62-63.

Após a morte de um homem (ou de uma mulher), há a abertura do inventário, que se segue pela avaliação dos bens e das dívidas, e, finalmente, se dá a partilha entre os herdeiros.

Os inventários pesquisados estão arquivados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A partir dos índices “nome do inventariado”, procedemos a busca onomástica com base na lista supracitada de 104 oficiais, compilada a partir de documentos diversos. Desses 104 oficiais da lista preliminar, pudemos ter acesso a 45 inventários deles (43,27%), cuja data de abertura varia de 1852 (Januário Antonio de Vargas) a 1906 (Epifânio Orlando de Paula Fogaça). Adicionamos um número identificador a cada inventariado, no intervalo de 1 a 45.

Novamente, de início, buscamos por suas ocupações, com a finalidade de cotejar as informações relativas à Tabela 7.

Tabela 9 – Oficiais da Guarda Nacional, profissão em inventários (1852-1906)

Ocupações	Oficiais	%
Profissionais liberais e proprietários	15	33,3
Artesãos e operários	3	6,7
Indústria e comércio	5	1,1
Agricultura	8	17,8
Indeterminada	14	31,1
Total	45	100

Fonte: Inventários

Dos dados apresentados na Tabela 9 e cotejados aos da Tabela 7, depreende-se que, a partir dos inventários, ainda se pode admitir que as profissões urbanas dominavam o oficialato leopoldense. 74,2% dos inventários onde se encontra a profissão declarada eram de ou profissionais liberais e proprietários, ou artesãos e operários, ou industriários e comerciários. Novamente as profissões ligadas à agricultura (lavrador e agricultor) são minoria (agora 25,8%).

Quanto às profissões, devemos fazer uma ressalva. Nos documentos aqui tratados, aparecem ocupações como “negociante”, “proprietário”, “agricultor” e “lavrador”. Buscando em dicionários de época, temos as seguintes definições:

- a) Proprietário: “O senhor de alguma propriedade. O a que propriamente pertence alguma fazenda”<sup>24</sup> e “O senhor de alguma propriedade ou bens de raiz; opõe-se talvez ao que vive de indústria ou ofício; ao usufrutuário, rendeiro, colono e inquilino”.<sup>25</sup>
- b) Agricultor: “o que lavra a terra. Que vive dos frutos da terra cultivada por suas próprias mãos”<sup>26</sup> e “que lavra e cultiva as terras”.<sup>27</sup>
- c) Lavrador: “aquele que cultiva terras próprias e alheias [...] os homens mais nobres foram de ofício e profissão lavradores”<sup>28</sup> e “o que lavra e cultiva as terras, e não usa de mister ou ofício mecânico”.<sup>29</sup>
- d) Negociante: “homem de negócio, participio ativo de negociar, diligenciar, procurar, comerciar, comprando, vendendo, trocando”;<sup>30</sup> “homem de negócio. Mercador, banqueiro”;<sup>31</sup> “negociante, s. m., comerciante, tratante, que vive de comércio”.<sup>32</sup>

A ausência de termos como “criador” – relativo a pecuária – faz-nos recordar a tese de Helen Osório, especialmente o capítulo 4, quando a historiadora trabalhou com a “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”. Osório percebeu que o termo “lavrador” comportava uma economia mista: mesmo que possuísse mais de uma centena de reses, considerava-se o produtor como “mais à lavoura que à criação”, ou seja, “constituía-se num produtor rural que era simultaneamente um agricultor e um pastor [...] que possivelmente comercializava algum excedente alimentar”.<sup>33</sup> Algumas vezes, estes lavradores ainda contavam com braços escravos que os ajudavam a manter sua unidade produtiva.

Quanto à posse de cativos dos oficiais leopoldenses analisados a partir dos inventários (45), que morreram antes de 1888 (39 ou 86,7%), percebemos que 13 deles (33,3%) eram possuidores de plantel escravo e todos os plantéis contavam com número igual ou menor que 10 cativos. Em suma, como observado por Saldanha, o fato de ser senhor de escravo “não se

<sup>24</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, v. 6, p. 787. Disponível em: <http://brasiliansa.usp.br/dicionarios>.

<sup>25</sup> SILVA, Antonio de Moraes e. Dicionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes e Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, vol. 2, p. 517. <http://brasiliansa.usp.br/dicionarios>.

<sup>26</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, s/p. <http://brasiliansa.usp.br/dicionarios>.

<sup>27</sup> SILVA, A. M. *op. cit.*, 1813, vol. 1, p. 68.

<sup>28</sup> BLUTEAU, R. *op. cit.*, 1712-1728, vol. 5, p. 55.

<sup>29</sup> SILVA, A. M. *op. cit.*, 1813, vol. 2, p. 210.

<sup>30</sup> PINTO, L. M. da S. *op. cit.*, 1832, s/p.

<sup>31</sup> BLUTEAU, R. *op. cit.*, 1712-1728, vol. 6, p. 787.

<sup>32</sup> SILVA, A. M. *op. cit.*, 1813, vol. 2, p. 517.

<sup>33</sup> OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp. 79-102.

configurava como condição *sine qua non* para ser oficial da Guarda Nacional”, especialmente quando estamos tratando acerca de São Leopoldo, que contava com a maior parte dos oficiais cuja ocupação relacionava-se ao cotidiano cidadão.<sup>34</sup> Com tal informação em mente, desconsideramos a probabilidade de a análise da posse de cativos revelar informações substanciais para nossa pesquisa, para além das que aqui já abordamos.

Diante da sorte de informações contidas nos inventários, continuaremos tratando aqui, primeiramente, da fortuna dos oficiais da Guarda Nacional. Dos 45 inventários acessados, 40 deles contavam com a avaliação dos bens do inventariado (88,9%), cujo montemor variava de 300\$000 réis a 157:016\$717 réis. A partir desses dados, construímos a tabela a seguir.

---

<sup>34</sup> SALDANHA, F. H. D. *op. cit.*, 2010, p. 156. Grifo do autor. Ver, também, as páginas 146 a 156.

Tabela 10 – Monte-mor dos Oficiais da Guarda Nacional de São Leopoldo em ordem decrescente, em libras (atuação: 1850-1873; morte: 1852-1906)

ID	Abertura	Partilha	Monte-mor (Rs.)	Monte-mor (£)	Patente
38	26.10.1882	02.07.1883	116:812.000	10.464,41	Capitão
39	09.03.1859	11.07.1859	84:519.190	9.025,38	Capitão
12	20.12.1872	19.09.1873	66:418.422	7.444,4	Tenente Coronel
21	18.12.1877	06.05.1878	60:868.000	5.807,82	Alferes
15	07.07.1897	29.10.1897	157:016.717	4.828,26	Capitão
36	02.09.1861	07.04.1862	20:687.200	2.266,97	Capitão
44	30.7.1887	30.08.1888	21:079.208	2.213,32	Tenente Coronel
40	23.09.1863	20.11.1863	16:595.427	1.880,82	Major
20	08.11.1887	30.04.1888	16:957.000	1.780,49	Alferes
43	08.06.1883	09.10.1884	19:034.601	1.633,8	Capitão
25	23.06.1886	25.06.1886	17:314.120	1.314,84	Coronel
6	22.05.1883	06.08.1883	13:594.000	1.217,8	Major
4	26.01.1852	24.09.1853	9:014.500	1.070,47	Major
32	07.02.1882	17.11.1882	11:740.000	1.032,14	Capitão
33	20.02.1882	20.02.1882	11:545.000	1.015	Tenente
35	18.12.1884	07.08.1886	12:763.500	989,17	Capitão
1	22.02.1881	17.09.1881	9:623.077	850,04	Coronel
31	15.03.1869	14.07.1869	10:973.800	845,51	Tenente
5	17.02.1881	17.02.1881	8:925.00	788,38	Major
41	19.11.1876	18.12.1876	7:362.000	776,08	Capitão
17	23.11.1858	22.06.1859	6:761.000	721,17	Major
14	19.10.1891	23.05.1882	8:198.870	720,82	Major
42	18.03.1880	Não há	7:538.200	719,27	Alferes
10	17.06.1882	11.06.1883	5:870.000	525,85	Capitão
30	20.03.1875	5.10.1877	5:081.000	518,69	Capitão
13	19.06.1890	09.08.1890	5:000.000	475,21	Tenente
45	15.04.1898	15.04.1898	19:597.000	474,41	Tenente
9	04.08.1886	21.08.1886	5:973.960	462,98	Major
27	30.03.1891	15.08.1891	7:221.000	460,64	Capitão
26	07.08.1862	Não há	4:104.000	449,73	Alferes
11	04.09.1878	12.07.1879	3:489.013	309,65	Tenente
23	28.10.1873	29.11.1873	2:137.000	239,52	Alferes
28	06.04.1891	06.04.1891	2:900.000	213,75	Capitão
8	14.07.1882	15.09.1882	1:899.000	166,95	Capitão
29	17.03.1859	30.05.1862	1:391.220	152,45	Capitão
2	20.07.1880	20.08.1880	1:243.700	118,67	Coronel
18	15.03.1860	Não há	1:052.140	113,11	Capitão
19	20.08.1887	Não há	400.000	37,33	Capitão

22	18.12.1858	01.04.1859	333.280	35,55	Tenente
37	16.05.1860	08.07.1860	300.000	32,25	Alferes

A primeira observação pertinente quanto à Tabela 10 é que há toda a sorte de valores nos montes-mor dos oficiais.<sup>35</sup> Havia o alferes, o tenente e o capitão que, mortos, somavam menos de 40 libras esterlinas em seu inventário. Por outro lado, encontramos alguns alferes, capitães e tenentes-coronéis cujas somas ultrapassavam 5 mil libras esterlinas. Homens de alta patente (coronéis e tenentes-coronéis) também tiveram, logo após sua morte, a avaliação de todos os seus bens muito diversificada: enquanto que o identificado com o número “2” (Cel. Dr. João Daniel Hillebrand) somou apenas 118,67 libras, um dos tenentes-coronéis, sob o número “12” (Ten.-Cel. Antonio José da Silva Guimarães) no fim de sua vida tinha em seu nome bens móveis, semoventes e de raiz, além de créditos, no expressivo valor de 7.444,40 libras.

Dos dez primeiros oficiais “campeões de fortuna”, apenas dois tem alta patente (trata-se do mesmo Ten.-Cel. Antonio Guimarães e do Ten.-Cel. João Lourenço Torres). Os demais são alferes (2), capitães (5) e majores (1). Aparentemente, isso causaria surpresa – já que, conclui-se previamente, não se precisava contar com grande fortuna para tornar-se Coronel ou Tenente-Coronel. No entanto, queremos salientar aqui que, comandar um corpo de cavalaria ou uma secção de infantaria demandava serviços que poderiam atrapalhar o cotidiano profissional daqueles homens. Dedicar-se quase que integralmente à organização da milícia pode ter parecido, para aqueles abastados locais, algo oneroso e penoso, que nem todos dispunham de tempo e dedicação ao serviço público (e litúrgico).<sup>36</sup>

Portanto, não nos parece ter havido, para a composição do quadro dos oficiais da Vila e depois Cidade de São Leopoldo (1850-1873), uma hierarquização socioeconômica dos oficiais da Guarda Nacional. Ou seja, os de menor fortuna poderiam ocupar um posto mais alto que os de maior fortuna, como de fato ocorreu. Podemos concluir que há casos em que ser possuidor de grande parcela de terras, de cabeças de gado, de empreendimentos ou ainda ter investido seu dinheiro em ações não foi essencial para determinar o acesso a postos como tenente-coronel ou coronel. Em suma, e aí concordamos com a assertiva de Fernando

<sup>35</sup> Dos 45 inventariados selecionados, sete eram alferes (15,6%), 18 eram capitães (40%), sete eram majores (15,6%), seis eram tenentes (13,3%), três eram tenentes-coronéis (6,7%) e, finalmente, 4 eram coronéis (8,8%).

<sup>36</sup> Atentamos aqui que é preciso relativizar os dados acerca das fortunas dos inventariados. Trata-se de um retrato do patrimônio individual quando do falecimento, e, por esse motivo, não é exato. Tomamos esses dados como indicativos. O falecido, por exemplo, pode, em seus últimos anos de vida, ter iniciado a divisão dos bens.



Uricoechea, a hierarquia corporativa da Guarda podia “auxiliar na erosão das hierarquias socialmente estabelecidas: oficiais de origem relativamente humilde podiam fazer valer sua autoridade corporativa explicitamente contra reclamações irregulares de oficiais subordinados e guardas de *status* social mais elevado”.<sup>37</sup>

Não constantes na Tabela 10 ainda devem ser lembrados. Oficiais sob “ID” de números “16” (Alferes), “24” (Capitão), “7” (Capitão), “34” (Coronel) e “3” (Tenente-Coronel) tiveram seus bens leiloados em praça pública, com a finalidade de sanar dívidas diversas. O Capitão Lourenço Machado de Medeiros (24) devia todos os seus bens (782\$900) para Manoel Pereira de Vargas e Nicolau Stumpf (metade para cada um). A esposa do também Capitão Manoel dos Reis Nunes (7) não prosseguiu ao inventário do marido, pois, apesar da dívida da Fazenda Nacional para com o oficial (1:203.408 referentes ao espólio do falecido apurado no Exército em operações no Paraguai), suas dívidas superavam o montante total. Francisco Alves dos Santos (34), Coronel – que depois chefiou o Comando Superior de Santa Christina do Pinhal –, tinha extenso rol de credores: João Correa Ferreira da Silva (12 contos e 470 mil réis), João Baptista da Silveira Souza (3 contos e 260 mil réis), José Miguel Schmitt (2 contos de réis) e Francisco da Silva Nunes (1 conto e 812 mil réis) eram os maiores deles. Com isto, todos os seus bens foram ou automaticamente transferidos aos credores ou leiloados em praça pública.

Apesar de elencado na Tabela 10, Albino Brodt (alfaiate, nomeado alferes em 1862 e tenente em 1871), Capitão Honorário do Exército, condecorado com o Hábito da Rosa e a Medalha de Mérito do Império, passou por severas dificuldades e sua viúva teve de solicitar inventário de pobreza para que os bens do marido (apenas mobílias de sua casa) pudessem ser inventariados.

Sobre os 5 mais afortunados (IDs 38, 39, 12, 21 e 15; três capitães, um alferes, um tenente-coronel), todos contavam com devedores à herança. Além disso, três deles eram proprietários e dois deles comerciantes.

O Capitão Pedro Schmitt (38), cujo monte-mor somava mais de dez mil libras, investiu boa parte de seu capital em terras (sua fazenda, Figueira São José, de 12.100.000m<sup>2</sup>, contava com casa de moradia, engenho de serrar e moer grãos além de um alambique; uma colônia e um campo em Santa Maria do Butiá; um terreno na rua central de São Leopoldo; outros muitos terrenos em Santa Christina do Pinhal) e escravos (Adão, Prudêncio, Fortunato,

---

<sup>37</sup> URICOECHEA, F. *op. cit.*, 1978, p. 214.

Antonio, Maria, Eva, Rita, Isabel, Amélia e Vitalina). Os bens de raiz somavam mais de 105 contos de réis; seus escravos, 7,5 contos; as dívidas ativas à herança, 1 conto e 826 mil réis. Disse-se ser proprietário.

O Capitão Ignácio José de Alencastro, também proprietário, certamente percebeu oportunidades de ascensão ou manutenção de suas redes dando preponderância à Guarda Nacional. Além de ser o segundo oficial mais afortunado, dois de seus filhos eram capitão e major; a filha, D. Maria Paula de Alencastro, casou-se com o Ten.-Cel. Antonio José da Silva Guimarães (de ID 12, terceiro mais afortunado de nossa tabela). Suas casas em Porto Alegre somavam, sozinhas, 12 contos de réis (no Caminho Novo e na Rua Bragança).

O Tenente Coronel Antonio José da Silva Guimarães (12), ao contrário de seu sogro, emprestou grande capital. As dívidas à sua herança somavam cerca de 11 contos de réis. Seu genro, Vasco da Silva Feijó, administrava a Mesa de Rendas Gerais de Pelotas, o que tomou dele um investimento de 12 contos e 400 mil réis. Guimarães era cunhado do Brigadeiro Christiano Frederico Buys, que chegou a chefiar o Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Transparece, aí, visível estratégia, tanto por parte de seu sogro, quanto por sua parte, de busca por postos do alto oficialato da Guarda.

O Alferes Felipe Herzer (21) foi vereador da Câmara Municipal em duas gestões. Além de comerciante (sua casa de negócios rendeu-lhe a avaliação de quase 8 contos de réis), investiu em terras (que chegaram a somar cerca de 40 contos de réis) e escravos (tivemos notícias de cinco cativos que serviam a Herzer). Em seu inventário ainda encontramos alguns devedores à herança do falecido.

Finalmente, o Capitão Pedro Blauth. Comerciante, negociante e investidor nos serviços de transportes fluviais, contava com grande montante de dinheiro emprestado a outrem: deviam a ele José Thiesen (20 contos de réis), Guilherme Beck (5 contos e 200 mil réis), Alberto Daubert (11 contos e 100 mil réis), Júlio Fernandes (2 contos de réis) e Militão da Silva (500 mil réis). Ademais, foi mais um comerciante que contou com grande capital investido em imóveis (71,7 contos). Ele direcionou também seus esforços para investir em ações (38,8 contos) dos vapores São Leopoldo e Pedro Primeiro e das lanchas de sua empresa, Pedro Blauth & Companhia de Transportes e Docas.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Diversos foram os sócios da empresa de Pedro Blauth, especialmente membros da família Dexheimer, Ebling e Blauth. Acerca dos negócios dessa última família e de outras na navegação fluvial no Rio Grande do Sul, ver: REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

Estamos tratando aqui, e não esqueçamos disso, de um contexto de guerra quase permanente no território sul-rio-grandense (1835-45, 1851-52, 1864-70). Esses homens, além de abastados ou pobres com honra, coronéis ou alferes, atingindo aí toda a pluralidade de cidadãos da Nação, assim que o clarim soasse, deveriam deixar de seus afazeres em suas vendas, empresas, casas de negócio, propriedades e oficinas para marchar, muitas vezes ao lado do Exército, para o teatro da guerra. Tal condição poderia fazer-nos pensar que a hierarquia militar, em alguns casos, era levada mais em conta do que a fidalguia social, especialmente no tocante ao *status* dos atores sociais.<sup>39</sup> Outrossim, não podemos deixar de levar em conta, diante de nosso *corpus* documental que, muitas vezes, antes de avaliar a aptidão para manejar a carabina, grande parte das propostas para o oficialato indicavam a filiação e a ocupação do pretendente.

O que uniria estes oficiais dos quais estamos tratando, para além do fato de servirem liturgicamente ao Estado brasileiro na milícia cidadã? Acreditamos que a resposta pode ser encontrada nas questões relativas ao crédito, à dívida e à farda. Nossa hipótese, portanto, tem íntima relação com o fato de que as patentes militares provenientes da Guarda Nacional influenciavam no ato de tecer relações sociais durante a segunda metade do século XIX (da qual aqui nos ocupamos), especialmente aquelas cujo cerne eram os negócios e, assim, transformar-se-iam em indicadores sociais de confiança e fidelidade.

#### **4.3 Tácitos acordos: ascensão social, economia e política**

Philipp Dreyer nasceu em Campo Bom, no Quarto Distrito de São Leopoldo. Lá, exerceu o ofício de ferreiro e fundidor de sinos. Quando foi qualificado à Guarda Nacional, decidiu reclamar às instâncias mais superiores possíveis: viajou com dois vizinhos seus à Corte e entregou no Paço um requerimento solicitando maior frouxidão na qualificação para a milícia. Alguns anos se passaram e aquele reclamante e requerente, graças a alguns laços que compunham suas redes, alguns unindo-o a políticos locais e provinciais cotidianamente, tornou-se Alferes Johann Philipp Dreyer. Sua mãe, provavelmente, chamou-o de “Mein Alferes”. Dreyer ausentou-se novamente da documentação – sabemos que foi ao teatro da Guerra da Tríplice Aliança – e reapareceu na mesa qualificadora, participando do Conselho de Qualificação de 1871, como Capitão Vogal. Em cerca de vinte anos o jovem ferreiro tornou-se membro da alta oficialidade do lugar e passou a relacionar-se com homens da mais alta

---

<sup>39</sup> URICOECHA, F. *op. cit.*, 1978, p. 233.

patente, inclusive os tenentes-coronéis, com os quais chegou a conviver cotidianamente. Doou parte de suas terras para a construção da Sala de Cultos da Igreja Luterana em Campo Bom e apadrinhou muitas crianças e nubentes, sempre com a insígnia simbólica de cidadão do Brasil ao lado de seu prenome.<sup>40</sup>

O Capitão Dreyer recebeu sua patente em meio às conturbações da guerra. Um subordinado seu deixou relato em forma de poema, no qual cita seu comandante. Nicolau Engelmann, sargento do Corpo de Pontoneiros do Exército Brasileiro escreveu um diário. Nele, em forma de poema, cita o capitão. Em meio ao acampamento, em meados de julho de 1865, Dreyer teria declarado a seus subordinados:

Kinder, seht, ich bin der Mann,  
Der Euch in deutsch und brasilianisch helfen kann;  
Und ich bin Kommandant eurer Kompagnie  
Und verlasse Euch gewisslich nie!<sup>41</sup>

O capitão declarava que ele era “o homem” que poderia ajudar seus subordinados tanto em português, quanto em alemão – haja vista que dominava as duas línguas. Ele, o comandante daquela companhia, nunca deixaria seus subordinados desalentados. O rápido crescimento na hierarquia da corporação de Johann Philipp Dreyer nos faz refletir acerca da dinâmica de ascensão social. Seu posto final, capitão, faz-nos também lembrar de nosso banco de dados nos quais constam as patentes de 104 oficiais leopoldenses. Relacionando as patentes de cada homem, chegamos à expressiva porcentagem de 27,9% dos oficiais serem capitães (25% eram alferes e apenas 6,7% eram majores, por exemplo). Tal resultado é indicativo, especialmente quando nosso banco de dados indica que, dos oficiais capitães cuja profissão foi declarada em inventário (10), três capitães eram artesãos ou ocupavam-se de um ofício (alfaiate, ferreiro e oleiro), dois ocupavam-se da agricultura (agricultor e lavrador) e o restante (5, portanto metade) envolviam-se em transações comerciais (negociante [dois], comerciante [dois], dono de empresa de navegação [um]).

Tiago Gil recorda-nos de “uma economia capitalizada”, a qual o historiador em questão destaca, em sua tese de doutoramento, que estava repleta de capitães, cujo número

---

<sup>40</sup> Tradução livre: Crianças, veem, eu sou o homem, que pode ajudá-los em alemão e português. E eu sou seu comandante de companhia, e certamente nunca hei de deixá-los. Sobre a trajetória de Johann Philipp Dreyer, ver: MUGGE, M. H. *op. cit.*, 2009.

<sup>41</sup> ENGELMANN, Nicolau *apud* BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert & Filhos, 1968, p. 173.

ultrapassava o de oficiais inferiores. Ele, então, pergunta-se: em quem mandavam todos esses capitães? Daqui por diante, refletiremos acerca de nossas questões supra-propostas com atenção especial às conclusões de Gil.<sup>42</sup>

Podemos aqui tomar como pressuposto comportamentos econômicos oitocentistas moldados pela hierarquia militar. Ou seja, ser capitão significaria reconhecimento de sua ascensão social – seria este o caso de Dreyer – ou manutenção de sua posição social – o que ocorreu com o Capitão José Joaquim de Paula, comandante da 4ª Secção de Infantaria de São Leopoldo, que, apesar de sua patente, manteve seu posto na comandância interina durante todo o período estudado nessa dissertação de mestrado.

Não esqueçamos, por outra via, que a concessão de patentes era estatal. O processo começava com o comandante da companhia enviando propostas ao comandante superior, que dava seu aval (ou não) e as repassava ao presidente da província, que, por sua vez, confirmava ou declinava. Muitas vezes, especialmente para a ocupação de patentes mais altas (coronéis e tenentes-coronéis), havia a necessidade de consultar o Ministro dos Negócios da Justiça, com a finalidade de que quaisquer oficiais fossem nomeados por decreto. Ou seja, o Estado imperial acabava, de um modo ou de outro, por regular a reprodução hierárquica corporativa dentro da própria sociedade.

Oficiais de alta patente eram, como vimos, agentes econômicos importantes – mesmo que em economias que podem ser consideradas pobres –, já que, além de comandar Companhias ou Secções, tinham à frente suas casas de negócios e, comumente, extensas parcelas de terrenos, nos quais por vezes cultivavam algo ou criavam algumas reses. Outros ainda mantinham capitais investidos em grande sorte de lugares ou em ações de companhias de navegação ou de linhas férreas. Em suma, eram (boa) parte da base da economia regional: lavradores, proprietários e comerciantes, em sua ampla maioria – raros foram, para o nosso caso, os oficiais artesãos que chegaram ao posto de capitão ou algum mais alto do que este.

Queremos salientar aqui que a sociedade brasileira de então, seus meandros e suas malhas, atentamos também para os aspectos econômicos, geria e funcionava com homens de patentes relacionadas não só à proeminência econômica – vide IDs 28, 8, 29, 2, 18 e 19, capitães e coronel cujo monte-mor, ao final da vida, foi inferior a 215 libras esterlinas –, mas, e sobretudo, à saliência política de homens como Felipe Herzer, o rico comerciante e

---

<sup>42</sup> GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho*. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009, pp. 222-251.

negociante, e Israel Baptista Orsi, negociante, subdelegado de Polícia e homeopata, além dos já aqui citados José Alves de Moraes e Lúcio Schreiner.

Portanto, capitães – haja vista sua elevada participação no cômputo geral dos oficiais – pertenciam a um grupo superior na hierarquia. Aquela patente concedida a Philipp Dreyer não foi concedida somente pela emergência de um capitão para comandar a companhia no *front*, mas também por sua destreza com os negócios, suas relações parentais com ricos comerciantes locais – mesmo que estes fossem inimigos de seu pai – e sua capacidade de representar a comunidade à qual pertenceu, especialmente a luterana do Campo Bom.

Assim como Gil, consideramos que esses oficiais de milícia eram pares, apesar de que, por vezes, atuavam em localidades cujo peso demográfico era muito diferente – no caso das tropas e tropeiros – ou em pequenas vilas e cidades cujo cerne produtivo foi a pequena propriedade rural.

Em suma, a ascensão social, ou “como se faz um capitão?”, se responde, por este viés, em seis itens, não sendo todos eles, mas boa parte, obrigatórios para a conquista da patente: participar de guerras ou contextos de perigo que denotavam prerrogativas de mando; manter e entreter relações pessoais (tanto familiares quanto alianças) que garantiriam a indicação para o posto; participar de atividade comercial e mercantil; dar atenção às solicitações de clientes subordinados graças à farda, à posição social e a seus recursos materiais; manter uma política doméstica de sucessão; ter habilidades e recursos pessoais para a função de chefe familiar, dono e conhecedor de seus negócios e alguma filiação política.<sup>43</sup>

No entanto, a dinâmica dessa ascensão hierárquica por vezes confunde o historiador. Foi quando nos deparamos com os cinco casos de oficiais cujos bens sequer foram repartidos entre herdeiros, antes disso ocorreu leilão em praça pública ou transferência para credores. Esses homens que sequer tiveram montes partíveis em seus inventários comandavam corpos e companhias. O que isso significa? Má gestão patrimonial ou outro tipo de negócio que não se revela em inventários *post-mortem*?

É lícito afirmar que se trata do segundo caso. O Coronel Francisco Alves dos Santos (ID 34) teve como seu inventariante João Correa Ferreira da Silva – importante político local durante a República. Não deixou herdeiros e grande parte da herança foi destinada ao próprio João Correa, ao qual Alves dos Santos devia mais de 12 contos de réis. O Alferes Francisco Coelho de Souza, cuja profissão desconhecemos, era dono da mais valiosa residência dentre os

---

<sup>43</sup> GIL, T. L. *op. cit.*, 2009.

oficiais que citamos. Sua casa na esquina das ruas Sapucaia e Formosa, de cinco janelas, um portão de ferro, 400 palmos de terreno amurado, oito janelas, cujo vizinho era Carlos Feldmann, valia, sozinha, 11 contos de réis. Extensas dívidas ativas e passivas tomam conta do inventário, o que nos faz crer que se tratava de um homem ocupado com esse ramo de negócio. As dívidas do Capitão Joaquim Vieira Fernandes ultrapassavam seu monte-mór. O homem de ocupação desconhecida devia a João Jorge Schreiner (irmão de seu advogado Lúcio Schreiner, ambos capitães) cerca de sete contos de réis “referente a hipotecas e empréstimos”. A herança do falecido também teve de sanar dívidas para com Jorge Daudt, equivalentes ao montante de quase dois contos de réis “referentes a crédito e caronas caixeiras”.

Esses capitães dos quais aqui tratamos ocupavam-se, por vezes, de negócios que envolviam empréstimos. Seu *status*, referimo-nos aqui às questões de autoridade e fidelidade, garantiam a eles empréstimos e serviços *fiados* de montantes vultuosos. Com grande crédito na praça, homens como Alves dos Santos, Coelho de Souza e Vieira Fernandes eram os mais endividados dos 104 oficiais. Vivendo de emprestar dinheiro e pagar suas dívidas, seus negócios revelaram-se nos inventários que obtivemos acesso. A confiança com a qual contavam era grande, haja vista que suas patentes influenciavam como indicador social. A farda, no entanto, também funcionaria no sentido inverso. Os mais afortunados também eram os que mais emprestavam dinheiro, e Felipe Herzer é um exemplo disso. O uniforme de Alferes utilizava da violência em seu nome, legitimando sua autoridade – além de ser, por duas vezes, vereador – quando da necessidade de cobrança das dívidas. Também era possível manter a fidelidade do cliente por esta via, como vimos.

Os proprietários, por sua vez, aparecem como detentores de *status* graças à quantidade de agregados e escravos que serviam a eles. A guerra os trouxe prestígio público, relações com instituições governamentais e honrarias militares. A sociabilidade fardada que revelava estratégias familiares como as dos Alencastro Guimarães de Sant’Anna do Rio dos Sinos ou dos Paula Fogaça da Fazenda São Borja – que, com seus enriquecimentos, potencializaram o controle político local – faz emergir a hierarquia sócio-militar que era um dos pilares do Império do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Polemos pater panton*

Heráclito de Éfeso, o Obscuro

Para iniciar as considerações finais dessa dissertação, devemos, sobretudo, frisar que os resultados aqui apresentados são referentes, especialmente, a São Leopoldo – uma colônia, uma vila e uma cidade –, localidade que elegemos como laboratório de pesquisa, com a finalidade de buscar compreender dinâmicas sociais referentes especialmente a homens que participavam como guardas nacionais do Brasil imperial. Dito isso, acreditamos que algumas de nossas conclusões podem ser tomadas como pressuposto para estudos que tenham como vislumbre outras localidades da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em especial aquelas regiões nas quais empreendimentos colonizadores e imigrantistas foram levados a cabo. Ademais, acreditamos que parte do que indicamos e analisamos aqui pode ser, correndo o risco de críticas diversas, ampliado para o contexto Imperial. Aqui destacamos as questões relativas a uma milícia fortemente enraizada no cerne de pequenas cidades que nem sempre tinham como núcleo de produção grandes lavouras, extensas áreas de terra ou senhores de muitos escravos.

Ao longo deste trabalho procuramos acessar vivências de homens comuns, mas não anônimos, que estavam imersos no universo político oitocentista, esfera que envolvia muito mais que Gabinetes e Excelências. O cotidiano, por vezes belicoso, desses cidadãos em armas foi-nos objeto-chave para o entendimento do funcionamento da Guarda Nacional em São Leopoldo. Destacamos aqui, ainda, a possibilidade de trabalhar com o conflito como via de acesso à vida de coronéis e tenentes-coronéis, de capitães e alferes, e, finalmente, dos mais rasos soldados que compunham uma matizada sociedade cuja militarização foi objeto moldante de malhas e teias que a compunham.

Elemento que ligava Estado e sociedade civil, a Guarda Nacional foi motivo de nossa preocupação durante todo o período no qual este trabalho foi concebido e gerido. Como objetos tomamos desde os conselhos de qualificação – quando damos lugar aos sujeitos qualificados para o Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo, tendo como diretivas as relações entre poder central e seus agentes –, até os conflitos intra-milícia, processos de negociação e conflito dos quais nos ocupamos. Buscando por regras nem sempre escritas, que governavam estes processos, acabamos por explicitar o *modus operandi* da milícia em



complexas manobras de revelação e obscurecimento trazidas à luz nos maços documentais consultados.

O alto grau de politização que pudemos perceber foi elemento fundamental para nossas análises. Os imigrantes naturalizados e descendentes de pioneiros, portanto, antes de apolíticos, tornaram-se *homo politicus*, face anteriormente não interessante para a historiografia tradicional de imigração alemã. Enquanto uns marchavam para o “teatro da guerra”, outros, por filiação, parentela, clientela ou amizade acabavam por ficar “nas delícias da paz”. Em suma, dentre todos os qualificados para a milícia em São Leopoldo e outras localidades do Império, aqueles que contavam com algum tipo de proteção (e os que não contavam com alguma, ou cujo patrão estivesse enfraquecido politicamente) transpareceram em exemplos que procuraram mostrar o nível de respeitabilidade social daqueles sujeitos. Quando três homens decidiam o futuro de outros trezentos, nossas lúpas aumentavam seu grau de ampliação para buscar condições sociais, principalmente relativas ao exercício da cidadania.

Da hierarquia sócio-militar vigente provieram nossas preocupações acerca de redes de relações patrono-cliente e, especialmente, para com estratégias para burlar e ascender. Complexos jogos de cooperação, conflito, negociação e competição foram aqui desvelados, com a finalidade de mostrar como atores sociais engendravam-se em teias que compunham a sociedade oitocentista, objetivo que alcançamos graças às diversas sugestões de se sobrepor à parte de estudos que defendiam a tese do isolacionismo imigrante.

Aos nossos olhos, finalmente, chegaram todas as questões concernentes ao oficialato. A grande quantidade de oficiais milicianos leopoldenses tornou necessária a construção de um capítulo quase específico para essa elite da guerra. A sociedade baseada na pequena propriedade, cujas engrenagens econômicas funcionavam graças à lubrificação do comerciante e negociante local, apresentou-nos peculiaridades que precisavam ser adentradas e explicitadas, o que realizamos graças a consultas aos inventários daqueles que se ocupavam com a comandância paramilitar.

Clássicas questões acerca da posse de terras e escravos relacionadas às patentes militares foram abordadas, e, a partir de então, pudemos procurar por uma elite local que moldou à sua maneira a cooptação de pobres (e não tão pobres) livres com ou sem honra. Pobres estes que também fizeram-se inserir em redes políticas e sociais de mando, de onde puderam alcançar objetivos e horizontes que antes pareceriam distantes.

Enquanto uns mobilizavam seu contingente subordinado para as eleições, outros duelavam e pelevavam por notabilidade local, mostrando que, graças à patente, às qualidades excepcionais e aos cabedais militares antes alcançados, eram parte de uma elite militar que se via distribuída em pares, apesar de toda a discrepância no tocante às fortunas daqueles homens do oitocentos.

Por outro lado, a capacidade de mostrar força, monopólio da violência, capacidade de articulação, probabilidade de alto crédito e vontade de negociação constante foi o motor que poderia provar a liderança à comunidade local. A persuasão dos subordinados ocorria a cada pronunciamento em batalha, a cada notícia positiva e a cada duelo relacional vencido. Ou seja, em momentos conflituosos aqueles homens mostravam seu poder, sua autoridade e suas qualidades – lembramo-nos do *carisma* weberiano.

Oferecer mercês, nomeações e isenções foi o método regulador do negócio de guerra brasileiro. E, atuando a favor do Império, poder-se-ia convencer autoridades superiores da idoneidade e retidão de chefes locais, apesar de outras atuações socialmente condenáveis, que por vezes poderiam ocorrer às escondidas e cuja revelação acontecia quando da ultrapassagem do limite do aceitável.

O prestígio social de sujeitos antes considerados “apolíticos” foi acessado e vislumbrado graças à comparação com outros perfis de elite construído por historiadores que competentemente se ocuparam de suas *Santenas*. Em uma sociedade cuja base também se assentava sobre conceitos e valores relativos à bravura e à valentia, coronéis, tenentes-coronéis, capitães e quiçá tenentes e alferes almejavam que seus símbolos e suas relações os tornassem indivíduos superiores, soberanos e cuja autoridade seria inquestionável.

Revelamos, por fim, um Império cujo espectro de cidadãos que o habitavam era muito maior do que antes imaginávamos. Nosso laboratório, sempre considerado como berço da imigração alemã, estava repleto de homens migrantes provenientes de diferentes províncias, que ali atuavam liturgicamente e, por óbvio, abriam seu leque de possibilidades com isso. Alianças entre germanófonos e lusófonos também podem ser consideradas boas indicações para que caia por terra a dicotomia “alemão vs. brasileiro”, que, por vezes, foi usada como instrumento de convencimento por parte de elites consolidadas – como os processos que aqui abordamos –, que teve eco historiograficamente.

Finalmente, este estudo nos fez buscar pela “fervilhante diversidade humana”, que, parafraseando Álvaro Nascimento, não só estava reunida “nos postos mais baixos da

hierarquia militar”, mas, para o nosso caso pelo menos, ocupava também o alto oficialato local.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> NASCIMENTO, Álvaro. Recrutamento para a Marinha brasileira – República, cor e cidadania. In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias H. *Homens e armas*. Recrutamento militar no Brasil. Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 250.

## FONTES

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

Fundo Guarda Nacional. Série Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo (maços 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32)

Fundo Autoridades Municipais. Câmara Municipal de São Leopoldo, maço 259.

Fundo Imigração, Terras e Colonização. C289, Dados Estatísticos da Colônia/São Leopoldo (1826-1853)

Fundo Imigração, Terras e Colonização. C332, Registro da distribuição dos colonos pelas diferentes colônias/São Leopoldo (1848)

Fundo Imigração, Terras e Colonização. C333, Registro geral dos colonos

### **Arquivo Nacional**

Série Justiça, Gabinete do Ministro (IJ1850 (1850/1856)

Série Guerra, Guarda Nacional, IG13 721

Série Guerra, Guarda Nacional, IG13 1190

Série Justiça, IG1 850

### **Arquivo Público do Rio Grande do Sul**

Inventários da Primeira Vara Cível e Crime de São Leopoldo (Comarca de Porto Alegre)

Inventários da Primeira Vara de Família de São Leopoldo (Comarca de Porto Alegre)

Inventários da Segunda Vara de Família de São Leopoldo (Comarca de Porto Alegre)

Inventários da Primeira Vara Cível e Crime de São Leopoldo (Comarca de São Leopoldo)

Inventários da Primeira Vara de Família de São Leopoldo (Comarca de São Leopoldo)

Inventários da Segunda Vara de Família de São Leopoldo (Comarca de São Leopoldo)

Processos criminais da Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina (Localidade de São Leopoldo, Superior Tribunal de Justiça)

Processos criminais da Comarca de Porto Alegre (Localidade de São Leopoldo, Primeira Vara Cível e Crime)

Processos criminais da Comarca de Porto Alegre (Localidade de São Leopoldo, Tribunal do Júri)

Processos criminais da Comarca de Porto Alegre (Localidade de São Leopoldo, Superior Tribunal de Justiça)

Processos criminais da Comarca de São Leopoldo (Primeira Vara Cível e Crime)

Processos criminais da Comarca de São Leopoldo (Segunda Vara Cível e Crime)

Processos criminais da Comarca de São Leopoldo (Tribunal do Júri)

### **Museu Histórico Visconde de São Leopoldo**

Caixa Família Vetter

Livros de Relação de Condutas da 4ª Secção de Infantaria de Guardas Nacionais

### **Fontes Impressas e On-Line**

Center for Research Libraries (CRL). Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Sul

COLEÇÃO de leis do Brasil. Disponível em [www6.senado.gov.br/legislacao](http://www6.senado.gov.br/legislacao)

PICCOLO, H. I. L. (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol I e II, 1999

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janáina. *A revolta dos Mucker*. Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- ASCH, Ronald G. Einführung: Adel in der Neuzeit (Introduction: Nobility in Modern History). In: *Geschichte und Gesellschaft*. 33. Jahrg., H. 3, Adel in der Neuzeit (Jul.-Sep., 2007), pp. 317-325.
- ASSIS, Machado de. O espelho. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. 2.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert & Filhos, 1968.
- BERTRAND, M. Familles, fideles et réseaux: les relations sociales dans une société d’Ancien Régime. In: CASTELLANO, J. L.; DEDIEU, J. P. *Reséaux, familles et pouvoirs dans Le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002.
- BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. In: *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil, 2000.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. México: FCE, 1952.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architetonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.
- BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas*. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUENO, José Antônio Pimenta. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. In: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX. In: SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. Ciudad de México: FCE, COLMEX, FHA, 1999.
- CASTELLANO, J. L.; DEDIEU, J. P. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese – Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.
- COMISSOLI, A. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: COMISSOLI, A.; MUGGE, M. H. *Homens e Armas*. Recrutamento militar no Brasil – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- COMISSOLI, Adriano. *“Os homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1867-1808)*. Porto Alegre: CMPOA, 2008.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005.
- COSTA, M. A. S. da. Em nome de “nossos amigos políticos”: vínculos pessoais, poder e influência ao tempo do Império do Brasil. *VIII Mostra de Pesquisa do APERS*. Produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- COSTA, Miguel A. S. da.; MUGGE, Miquéias H. Tecendo alianças, transacionando interesses: disputas fundiárias na antiga Fazenda do Padre Eterno – São Leopoldo (1851-1864). In: CARVALHO, E. M. de; COSTA, M. A. S. da; DREHER, M. N. *Explorando possibilidades:*

*experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul/RS: EdUNISC, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança – 1560-1640*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes*. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

DREHER, Martin N.; GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: recortes*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FRAGOSO, João Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GANS, Magda. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.



- GERTZ, René E. A Câmara de Vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: SILVA, Haike R. K. da; HARRES, Marluza M. (orgs.). *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho*. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009.
- GOLDONI, A. C. *Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2010, p. 20.
- GOUVÊA, M. de F. S.; FRAZÃO, G. A.; SANTOS, M. N. dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topói*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- HANNEMAN, R. A. *Introducción a los Métodos del Análises de Redes Sociales*. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- HUNSCHE, Carlos Henrique; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004. 3 v.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: província de São Pedro*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1979.

- IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes e procesos: de los individuos a las configuraciones sociales. In: *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*. Porto, III Série, vol. 5, 2004, p. 115-140.
- IMÍZCOZ, José María. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (eds.). *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- IZECKSOHN, V. *O cerne da discórdia*. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.
- IZECKSOHN, Vítor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. In: *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.
- KRAAY, H. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, vol. 3, n. 1, 1999.
- KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos – Revista do Departamento de História da UEM*. Maringá, vol. 3, n. 3: 113-151, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LEMERCIER, Claire. Analyse de réseaux et histoire. In: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*. No. 52-2, 2005.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- LIMA, Ivana Stolze. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Resenha. *Mana*, vol. 5, n. 2, Rio de Janeiro, Outubro de 1999.
- LÜDTKE, Alf (Ed.). *The History of Everyday Life*. Reconstructing historical experiences and ways of life. Princeton/EUA: Princeton University Press, 1995.

- MAGALHÃES, Doris R. F. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. São Leopoldo: Tese (Doutorado em História), Unisinos, 2003.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2010.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel e EDUSP, 1991.
- MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- MENDES, F. F. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MEZNAR, J. E. The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. *Hispanic American Historical Review*, n. 72, v. 3, pp. 335-351, ago. 1992.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: ALRS/MPRS/CORAG, 2000.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 1999.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Família patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. In: *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil, 2000.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Power, corruption and commerce: the making of the local administrative structure in seventeenth century Buenos Aires. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. 68, n. 4, nov. 1988, pp. 771-801.

- MUAZE, Mariana de A. F. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2006.
- MUGGE, M. H. Das “delícias da paz” ao “teatro da Guerra”: de qualificado a qualificador – Guarda Nacional (São Leopoldo/RS – ca. 1850-1870). In: MUGGE, M. H.; MUGGE, E.; HAUENSTEIN, I. *Construindo diálogos. História, Educação e Ecumenismo. Homenagem a Martin N. Dreher*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social. Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2010.
- NASCIMENTO, Álvaro. *A ressaca da marujada. Recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- NASCIMENTO, Álvaro. Recrutamento para a Marinha brasileira – República, cor e cidadania. In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias H. *Homens e armas. Recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 250.
- NEUMANN, Gerson Roberto. “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”, de Wilhelm Rotermund. *Contingentia*, v. 4, n. 2, 2009.
- OBERACKER Jr., C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira, o Brasil monárquico*. São Paulo, 1967.
- OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968. 2 v.
- OBERACKER Jr., Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.
- OBERACKER Jr., Carlos H. *Kaiserin Leopoldine: Ihr Leben und ihre Zeit (1797-1826)*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1980.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América. Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

- PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo*. Berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul. Monografia. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo e Oficinas Gráficas Rotermond, 1964.
- PICCOLO, H. I. L. (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998.
- PICCOLO, Helga I. L. Imigração alemã no Rio Grande do Sul: práticas e discursos. Século XIX. In: *Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro, 2005.
- PINTO, F. E. *A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João Del-Rei, 1850-1873*. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), UFMG.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typografia de Silva, 1832.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.
- PORTO, Aurélio. *Die Deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1934.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, J. I. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.
- RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. *A guarda nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

- ROTERMUND, Wilhelm. *Leitfaden der Geographie für den Elementarunterricht*. São Leopoldo: W. Rotermund, 1899.
- ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.
- SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999.
- SABATO, Hilda; LETTIERI, Alberto (comp.). *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SALDANHA, F. H. D. Foi indispensável chamar a Guarda Nacional: os dramas e os subterfúgios do tributo do sangue no Brasil Imperial. In: COMISSOLI, A.; MUGGE, M. H. *Homens e Armas*. Recrutamento militar no Brasil – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- SALDANHA, F. H. D. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.
- SCHÄFER, Georg Anton von. *O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos histórico, mercantilístico e político*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.
- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- SCHUPP, Ambrósio. *Os "Mucker": a tragédia histórica do Ferrabrás*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- SCHWARTZMAN, S. O Minotauro Imperial. Resenha. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 2, 1980, p. 259.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.
- SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portuguesa – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Haike R. K. da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. História de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.
- SILVA, W. B. “Uma autoridade na porta das casas”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do Século XIX (1830-1850). *Saeculum – Revista de História*. N. 17. João Pessoa, jul/dez 2007.

- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol. I e II, 1999.
- SPERB, Ângela. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *Anais do IV Simpósio do História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: IHSL, 1987, p. 17-44.
- STARR, Chester. *The birth of Athenian democracy: the assembly in the fifth century B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1990.
- TESCHAUER, Carlos. *Historia do Rio Grande do Sul dos dous primeiros seculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921-1922. 3 v.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira – 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: EdUFMS, 2010.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: José Olympio, 1949.
- WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

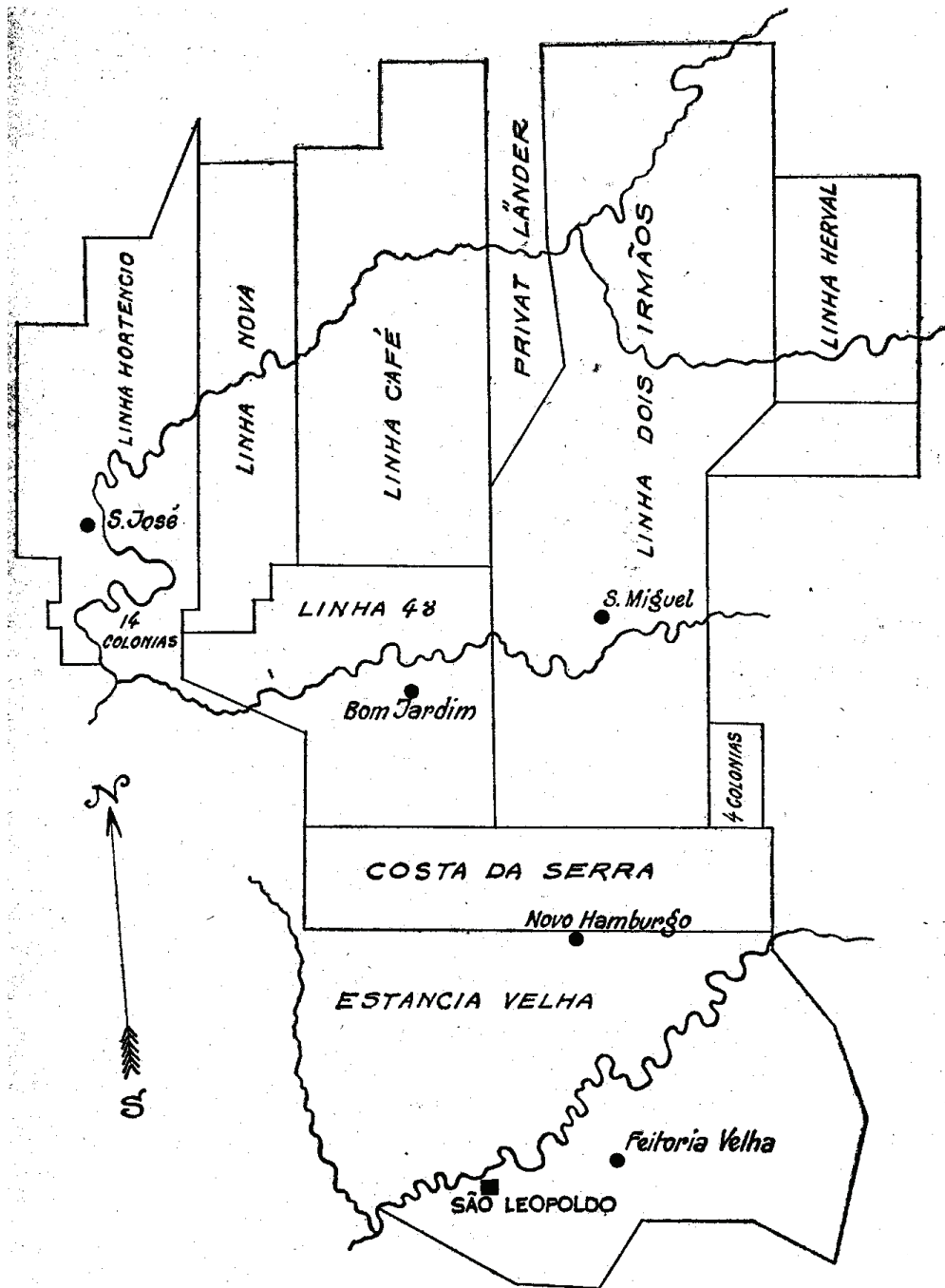
## APÊNDICE 1 – José Joaquim de Paula



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Gilberto de Paula



APÊNDICE 2 – Carta da Colônia de São Leopoldo



*Carta da Colônia de São Leopoldo*

Fonte: AMSTADT, Teodor. Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul.

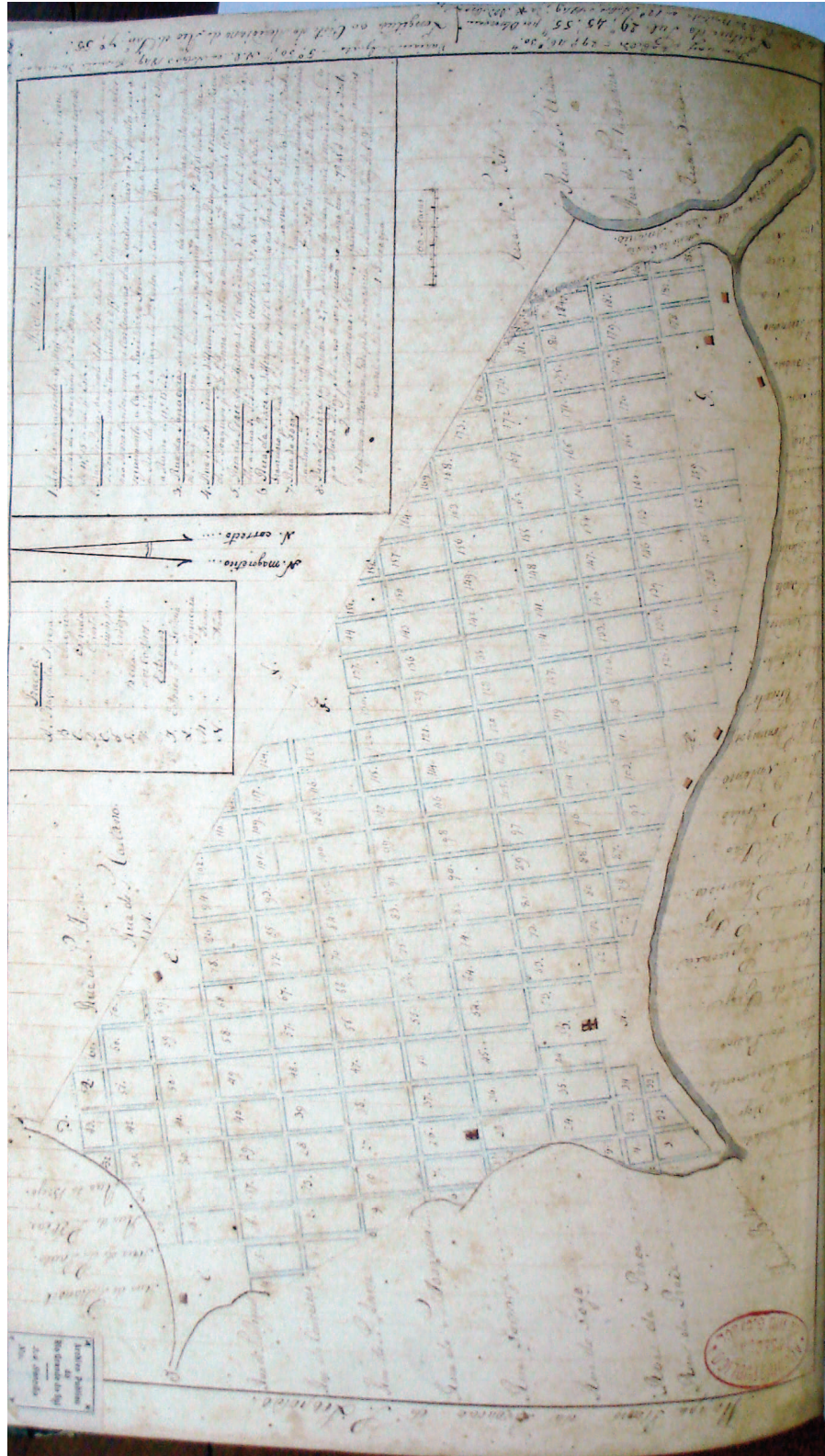
Verband deutscher Vereine. 1824-1924. Porto Alegre, 1924.

APÊNDICE 3 – Plano geográfico de São Leopoldo



Fonte: AHRS. Colonização e Imigração. C289.

### APÊNDICE 4 – Plano da Vila de São Leopoldo



Fonte: AHRs. Colonização e Imigração. C289.

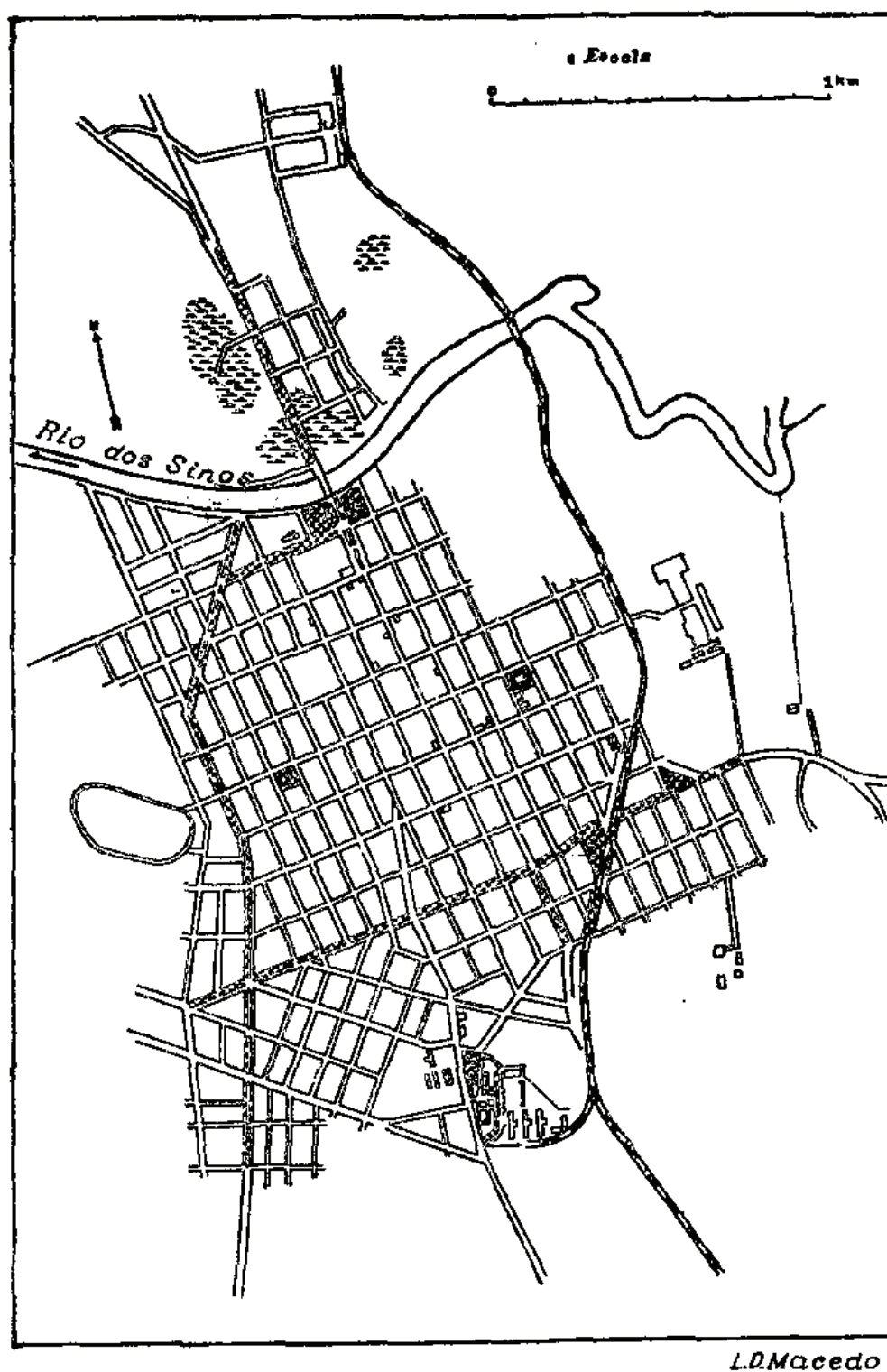
### APÊNDICE 5 – Região Colonial do Rio Grande do Sul



Fonte: VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul.

*Revista Brasileira de Geografia*. Ano X, N. 4, Outubro-Dezembro 1948, p. 481

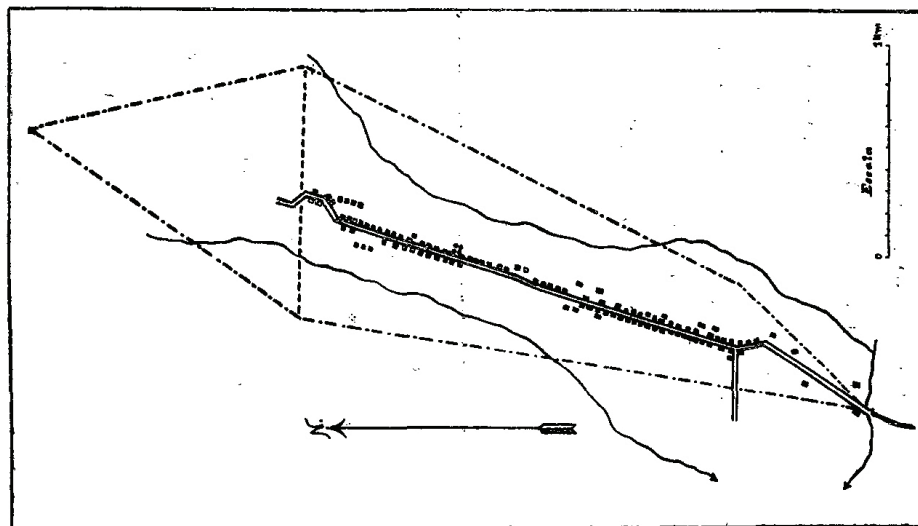
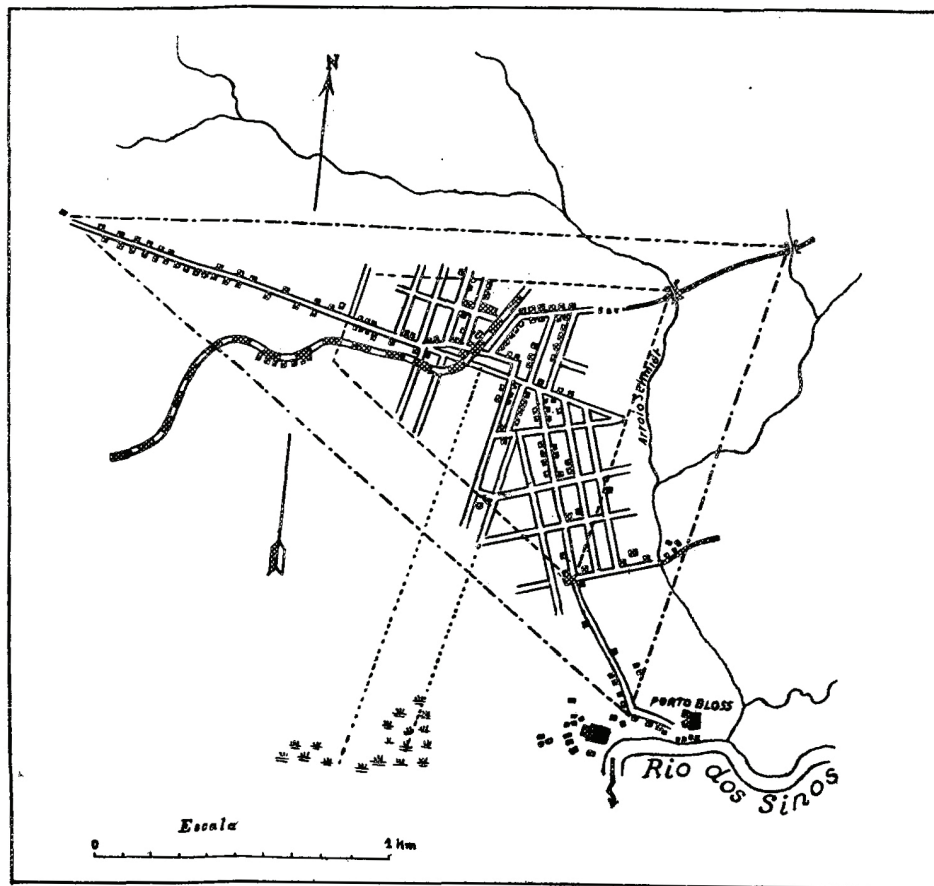
## APÊNDICE 6 – Ocupação nuclear de São Leopoldo



Fonte: VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul.

*Revista Brasileira de Geografia*. Ano X, N. 4, Outubro-Dezembro 1948, p. 483

## APÊNDICE 7 – Ocupação nuclear de Campo Bom e Dois Irmãos



Fonte: VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul.

*Revista Brasileira de Geografia*. Ano X, N. 4, Outubro-Dezembro 1948, p. 485 e 487.